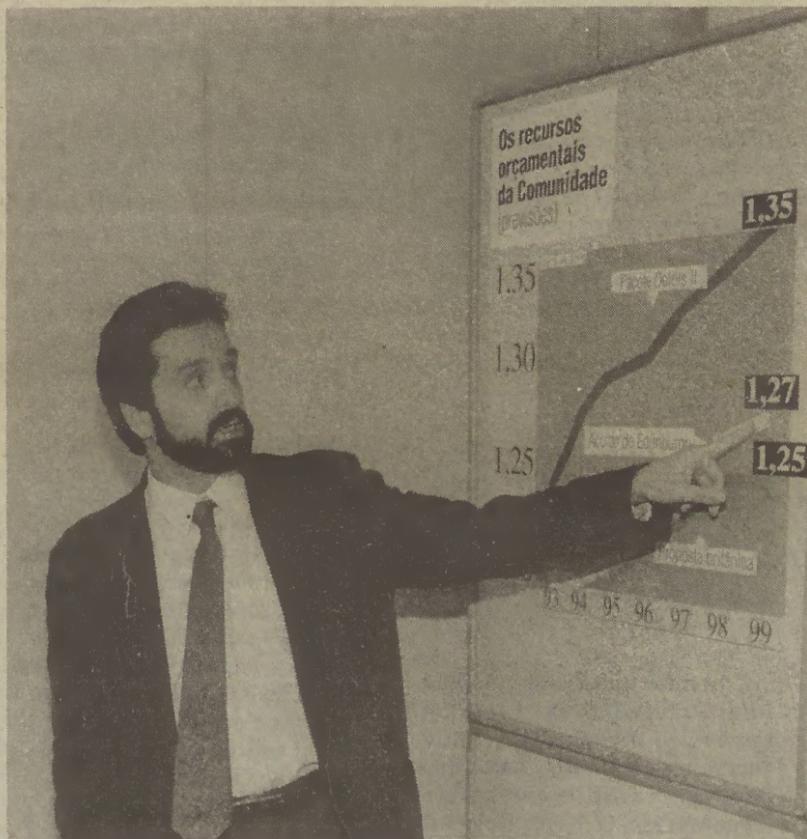
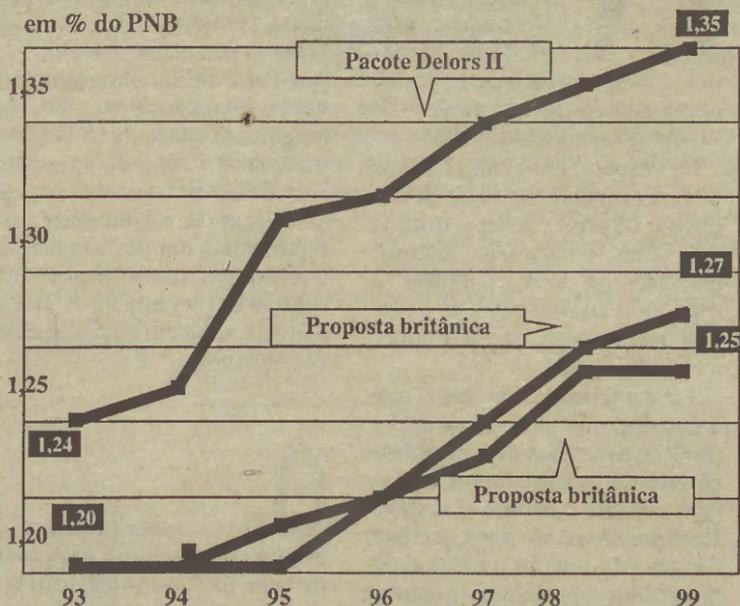


A «vitória» de Cavaco na Cimeira de Edimburgo

Menos 252 milhões de contos!

Fundos estruturais
diminuíram 252 milhões
de contos por ano
... e quem beneficia mais
é a Espanha

Nota da Comissão Política
- Pág. 3



Luís Sá durante a Conferência de Imprensa da Comissão Política do CC que divulgou a crítica do PCP aos desastrosos acordos de Edimburgo

Carlos Carvalhas leva ao Parlamento o NÃO a Maastricht

Pág. 20



Álvaro Cunhal em Milão

Pág. 5

O serviço público de TV

Págs. 22 e 23



ANGOLA

Págs. 4 e 25

XIV congresso

PCP

Democracia e Socialismo
o Futuro de Portugal



congresso

ALMADA 4, 5, 6 DEZEMBRO 1992

PCP

- Intervenção das Organizações Regionais
- Entrevistas com delegados estrangeiros
- Depoimento de delegados e convidados
- Artigo de José Casanova

Págs. 6 a 17



Senado de Aveiro adia propinas

RESUMO

9 Quarta-feira

A CGTP-IN envia uma carta ao primeiro-ministro, Cavaco Silva, a solicitar uma reunião urgente para discutir as propostas sobre a política de rendimentos para 1993 ■ O Senado da Universidade de Aveiro decide por maioria adiar *sine die* o início do pagamento das propinas por parte dos alunos ■ O Estado vende por 4,4 milhões de contos os 15 por cento que ainda detinha na companhia de seguros Bonança ■ O parlamento indiano decide suspender as suas sessões durante uma semana, depois da destruição da mesquita muçulmana de Ayodhya por fanáticos hindus ■ O Congresso dos deputados da Rússia rejeita a nomeação de Igor Gaidar para o cargo de primeiro-ministro ■ Marinês norte-americanos desembarcam na Somália para uma operação que se diz ter carácter puramente humanitário.

10 Quinta-feira

O Tratado de Maastricht é aprovado na Assembleia da República com 200 votos a favor e 21 contra ■ Os estudantes universitários cumprem o primeiro dia da campanha «todos às aulas», integrada na jornada nacional de defesa do ensino superior ■ A Federação Nacional dos Médicos anuncia que a sua luta contra a política do Ministério da Saúde será alargada a outros profissionais do sector ■ O Congresso de Deputados do Povo da URSS vota contra a proposta do presidente Ieltsin de realizar um referendo sobre as novas eleições.

11 Sexta-feira

Centenas de autarcas manifestam-se frente à Assembleia da República em protesto contra as novas disposições do Orçamento de Estado, que prevê um corte de 63 milhões de contos nas verbas para as autarquias; entretanto em todo o País a maioria das Câmaras encerra os seus serviços de atendimento ao público ■ A Assembleia da República aprova a proposta governamental do orçamento rectificativo para 1992 ■ O Sindicato dos Mineiros afirma que a empresa que explora as Minas da Panasqueira vai rescindir os contratos de trabalho com os cerca de 800 trabalhadores ■ Os ministros da Defesa da NATO terminam uma reunião em Bruxelas pronunciando-se a favor de possível pedido da ONU no sentido do uso da força para pôr termo ao conflito na Bósnia-Herzegovina ■ O Conselho de Segurança das Nações Unidas aprova o envio de cerca de oito mil «capacetes azuis» para Moçambique com a missão de garantir o cumprimento dos acordos de paz ■ Os líderes das facções em guerra na Somália acordam os termos de um cessar-fogo ■ O presidente eleito dos EUA, Bill Clinton, nomeia o senador texano Lloyd Bentsen para o cargo de secretário de Estado do Tesouro.

12 Sábado

Na cimeira dos chefes de Estado da Comunidade, em Edimburgo, é aprovado um aumento do orçamento da CE e constituído o Fundo de Coesão destinado a Portugal, Espanha, Irlanda e Grécia ■ Jonas Savimbi volta a afirmar

que está disposto a aceitar participar na segunda volta das eleições presidenciais ■ Um violento sismo varre Maumere, no Leste da Indonésia, destruindo 80 por cento da cidade e causando a morte de dezenas de pessoas.

13 Domingo

Álvaro Cunhal parte para Milão para participar num comício organizado pelo Partido de Refundação Comunista de Itália ■ Os agricultores do distrito de Leiria manifestam-se em Óbidos e cortam a Estrada Nacional nº 8, despejando vinho, fruta e batatas na via pública ■ Duzentos homens da Décima Divisão de Montanha americana assumem o controlo da base aérea de Beli Dogle, a 100 quilómetros a Oeste de Mogadíscio, na Somália ■ Um forte tremor de terra causa a morte de pelo menos 1100 pessoas, 500 feridos e grandes destruições em várias cidades e povoações costeiras da ilha das Flores, na província mais oriental da Indonésia ■ Mais de 100 mil pessoas assistem, em Frankfurt, a um concerto gratuito contra o racismo e a violência de extrema-direita ■ O enviado especial do Papa chega a Havana para coordenar a ajuda humanitária do Vaticano a Cuba.

14 Segunda-feira

Cerca de 1600 professores reúnem-se na Aula Magna da Reitoria de Lisboa para discutir o novo sistema de avaliação nos ensinos básicos e secundário ■ Valente de Oliveira reafirma que as autarquias não vão ter mais verbas do que as previstas no Orçamento de Estado para 1993 ■ Viktor Chermomyrdin é eleito primeiro-ministro da Rússia pelo Congresso de Deputados do Povo; enquanto que o ministro russo dos Negócios Estrangeiros pede o levantamento das sanções contra a Sérvia e Montenegro, durante a reunião ministerial da Conferência Sobre Segurança e Cooperação na Europa.

15 Terça-feira

A CGTP-IN, através do seu Coordenador, Carvalho da Silva, abandona o Conselho de Concertação Social afirmando que «esta fase do processo está encerrada» e que «o Governo assume claramente uma política de afrontamento aos Trabalhadores» ■ Enquanto a generalidade das autarquias se bate contra o novo esbulho decidido pelo Governo (veja-se a grande manifestação da passada semana frente à Assembleia da República), o PSD considera «muito positiva a evolução verificada nas verbas atribuídas às autarquias» ■ A Liga Lombarda regista, nas eleições autárquicas parciais realizadas ontem e anteontem em Itália, uma significativa subida (de 4,3% para 13,7%), tendo a Refundação Comunista subido também (de 5,8% para 6,3%), enquanto o PDS (antigo PCI) desce de 13,3% para 11,4%; todavia as grandes descidas (e desaires) atingiram a Democracia Cristã e, sobretudo, o PSI, que passou de 12,9% para 5,5% ■ O chanceler alemão Helmut Kohl desloca-se à Rússia no rescaldo das derrotas sofridas por Boris Ieltsin no Parlamento, pretendendo este renegociar a dívida russa à Alemanha e aquele que as tropas do ex-Exército Vermelho aceleram a retirada da ex-RDA.

Na segunda-feira, de manhã, um locutor da rádio oficial apregoava “Edimburgo dá a Portugal um milhão e meio de contos por dia”. Na mesma manhã, um jornal da área do governo ia mais longe e titulava “CE vai dar dois milhões por dia”.

Na véspera, tinha sido Cavaco Silva a anunciar “Portugal conseguiu a duplicação dos fundos estruturais” e tinha sido Guterres, para não ficar atrás, a enfatizar “o papel do Partido Socialista Europeu na aprovação do Pacote Delors II”.

Tal é a feira de farturas a que a propaganda governamental e do PS e os órgãos de comunicação que lhes são afectos tentaram reduzir o último Conselho Europeu marcado por um clima de grande tensão e crise e de resultados especialmente confusos e contraditórios para o futuro das Comunidades e de cada um dos Estados membros.

Não subestimamos naturalmente a importância dos fundos comunitários. Pelo contrário, temos exigido do Governo maior firmeza na sua reclamação, especialmente no que se refere ao Pacote Delors II, temos exigido maior transparência, rigor e participação democrática na sua gestão e maior eficácia, em termos de desenvolvimento do País, na sua aplicação.

É, por isso, que consideramos demagógico e sumamente ridículo o deslumbramento com que os principais responsáveis do Governo e do PS vêm a público festejar os resultados obtidos em Edimburgo. Noutros países, mesmo na vizinha Espanha que tem muitos mais motivos para proclamar vitória, o clima é completamente diferente.

É preciso esclarecer que não foi o Pacote Delors II que foi aprovado, nem sequer a sua versão reduzida, mas um outro pacote consideravelmente empobrecido. O Pacote Delors II já era considerado insuficiente para compensar os países economicamente menos desenvolvidos - como Portugal - das duríssimas consequências da concretização do Mercado Único. Ora, no pacote que foi aprovado não há duplicação de fundos mas apenas um aumento de cerca de 60 por cento, até 1999 (enquanto no Pacote Delors II se previa a duplicação até 1997). O corte verificado corresponde a 1260 milhões de contos, a preços de 1992, o que equivale a menos de cerca de 250 milhões de contos por ano. Subli-

nhe-se, por fim, que o Fundo de Coesão beneficia fundamentalmente a Espanha.

O alarido do bloco central pró-Maastricht (PSD-PS) em torno dos fundos estruturais tem também o objectivo de esconder as severas medidas anti-sociais acordadas em Edimburgo, nomeadamente a contenção salarial. Visa, por fim, deixar na sombra os novos rombos feitos, em Edimburgo, no Tratado da União Europeia, com o forçado adiamento *sine die* da sua entrada em vigor, as cedências à Dinamarca que representam um novo tratado e o atropelo jurídico que representa a decisão de que este novo Tratado não carece da ratificação dos Estados membros.

O que é extraordinariamente decepcionante nesta apregoada fartura de fundos estruturais é que ela não vem reduzir as nossas misérias, mas vem, pelo contrário, agravá-las.

O Primeiro-Ministro não deixou dúvidas a esse respeito quando

Os portugueses têm toda a legitimidade para interrogar indignados: que chuva de ecus é esta que obriga a bloquear os salários e a reduzir as nossas já pobres regalias sociais, que nos força a apertar o cinto e a fazer, em geral, ainda maiores sacrifícios?

advertiu os portugueses, como quem repreende meninos, de que os fundos só virão se aceitarem a moderação salarial (isto é, portuguesmente falando, a redução dos salários reais), os despedimentos em massa e outras orientações e medidas anti-sociais, como as que constam do Orçamento do Estado que acaba de ser aprovado, com a quebra das dotações para o ensino e para a saúde.

Isto é, os fundos são muito bonitos, mas para já começamos a pagar.

Então não é um absurdo que se esteja a apregoar a entrada de tanto dinheiro para estradas e pontes e que ao mesmo tempo se esteja a roubar às autarquias locais verbas que lhes são devidas por lei? E não é absurdo, nesta situação, que o Governo insista na sua proposta de aumento de 5 e 5,5 por cento para a função pública, que na prática seria pouco mais de

3 por cento, pois o Governo não conta com o aumento de 10 por cento que realmente se verificou no ano passado, mas apenas com os 8 por cento que fixou inicialmente?

Os portugueses têm toda a legitimidade para interrogar, indignados: que chuva de ecus é esta que obriga a bloquear os salários e a reduzir as nossas já pobres regalias sociais, que nos força a apertar o cinto e a fazer, em geral, ainda maiores sacrifícios?

A resposta é a que está a ser dada pelos trabalhadores da administração central e local recusando-se a aceitar a baixa real dos seus vencimentos e combatendo a “lei dos disponíveis”; pelos eleitos das autarquias exigindo o cumprimento da Lei das Finanças Locais; pelos trabalhadores da FEIS, da Marinha Grande, das Minas da Panasqueira, da Siderurgia Nacional, da Ideal de Coimbra, lutando contra os despedimentos colectivos, o encerramento ou a redução de actividades das suas empresas.

A resposta tem que ser organizada por todos os trabalhadores portugueses, pois é sobre eles que o Governo quer descarregar os custos das “convergências” forçadas por Maastricht e pela recessão em curso que nenhuma promessa de fundos comunitários consegue disfarçar.

Falando de misérias, é impossível não recordar as morais e neste sentido não referir as peças tristes que alguns semanários inseriram a título, pretensamente, de comentários ao XIV Congresso do PCP.

Entre todas distinguem-se, pela negativa, as do «Expresso». Delas se pode dizer que são uma miséria jornalística, deontológica e moral.

Tanto a peça assinada pelo Director, no corpo do jornal, como as da Revista, que parece ser agora da sua directa responsabilidade, abundam em inspiração de Palma Cavalão ou de qualquer outro marginal das regras do civismo e da cidadania.

É claro que estas práticas jornalísticas penalizam não quem pretendem atingir, mas o próprio jornal onde são perpetradas.

Em relação ao XIV Congresso do PCP o que merece ser referido, agora, é «o regozijo e a satisfação que têm sido manifestados pelas organizações e membros do Partido» pelo sucesso que constituiu, como foi assinalado por Luís Sá, falando em nome da Comissão Política do PCP, na conferência de imprensa da passada terça-feira.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Rua de São Bernardo, 14, 2.º, 1200 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47059. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial «Avante!» — R. S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira. Fax: 396 87 93; Telex: 65 791; Telef. (01) 395 21 93

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição.

Sede: Rua do Norte, 115, 1.º, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04.

Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra — Telef. (039) 71 35 77

Delegação Norte: R. Monte dos Pípos, 326, Guilões, 4450 Matosinhos Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: R. de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

PUBLICIDADE: Rua de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Composto e Impresso na Heka Portuguesa, SA R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 5.400\$00; 25 números: 2.790\$00

REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 6.786\$00

ESPAÑA — 50 números: 8.326\$00

MACAU — 50 números: 13.042\$00

GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 14.056\$00

EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA) — 50 números: 14.960\$00

EXTRA-EUROPA — 50 números: 18.760\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____ Telef. _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

Nota da Comissão Política

Cimeira de Edimburgo e leis eleitorais

A Comissão Política do Comité Central do PCP, reunida em 14 de Dezembro de 1992, analisou as conclusões do Conselho Europeu realizado em Edimburgo, debateu o agendamento de alterações às leis eleitorais para o dia 17 de Dezembro e as possibilidades de acordos do PSD e PS nesta matéria, e outros aspectos da situação política, em particular as lutas populares contra a política do Governo. A Comissão Política debateu igualmente as tarefas do PCP na sequência do êxito do XIV Congresso recentemente realizado.

A Comissão Política analisou as conclusões da Cimeira de Edimburgo realizada no passado fim-de-semana.

O PCP tem defendido e lutado pela duplicação dos fundos estruturais da Comunidade e pela sua reforma orientada para uma maior flexibilidade e uma maior incidência em favor dos países menos desenvolvidos.

Recorde-se, ainda, que as novas perspectivas financeiras para a Comunidade decorrem de um compromisso unanimemente assumido pelos doze na sequência do Acto Único Europeu e é anterior à existência do Tratado de Maastricht.

Por isso, desde o início do processo o PCP defendeu a rápida aprovação do Pacote Delors II, embora o considerasse insuficiente face ao impacto do Mercado Único e às necessidades de Portugal.

Assim, sendo um facto relevante que na Cimeira do passado fim-de-semana se tenha finalmente chegado a uma decisão sobre as novas perspectivas financeiras da Comunidade, na medida em que se pôs fim ao processo de sucessivos atrasos na sua implementação, a Comissão Política regista negativamente que o Conselho Europeu não tenha aprovado o Pacote Delors II, nem na sua versão inicial nem na sua versão reduzida.

As novas perspectivas financeiras acordadas em Edimburgo pelos doze Chefes de Estado e do Governo fixaram-se a um nível substancialmente inferior aos montantes propostos no Pacote Delors II: quer porque o prazo da sua aplicação foi alargado de cinco para sete anos, quer porque baixou (de 1,37% em 1997 para 1,27% em 1999) o valor dos recursos comunitários, designadamente para os fundos estruturais, em percentagem do Produto Nacional Bruto.

Assim, da perspectiva de duplicação dos fundos estruturais a favor dos quatro países menos desenvolvidos, até 1997, apresentada no Pacote Delors II, passou-se a um aumento desses fundos em apenas cerca de 60%... até 1999! O corte verificado corresponde a 1260 milhões de contos a preços de 1992, o que equivale a menos 252 milhões de contos por ano. Acresce que o montante do novo Fundo de Coesão, como é sabido, beneficia fundamentalmente a Espanha.

Para além deste facto negativo para os interesses de Portugal, consubstanciado na redução do montante previsto no Pacote Delors II, o PCP reafirma que a transferência de fundos comunitários para o nosso país, em si mesma desejável, nem de perto nem de longe é uma compensação para a liquidação ou entrega de postos-chave da economia ao estrangeiro, nem nunca poderia compensar os negativos efeitos económicos e sociais decorrentes da União Económica e Monetária.

Aliás, chama-se a atenção, para as recentes declarações de Jacques Delors, que confirmam que os fundos comunitários se traduzem em grande medida no favorecimento das exportações dos países mais ricos para os países mais pobres da Comunidade. E é neste sentido que se tem de entender os comentários de analistas financeiros de que a «factura de Maastricht» ficou barata para os países ricos e nomeadamente para o sr. Khol que ainda leva para a Alemanha uma fatia substancial dos fundos estruturais.

A Comissão Política do PCP alerta os portugueses para o acordo dos doze Chefes de Governo em Edimburgo, na chamada «declaração ao incentivo à recuperação económica na Europa». Nessa declaração, Cavaco Silva e os seus pares reafirmam publicamente o sacrifício e penalização das despesas orçamentais nas áreas sociais (atribuindo prioridade às despesas em infra-estruturas e outros investimentos) e a intenção declarada de redução real dos salários e de uma ainda maior desregulamentação do mercado de trabalho e de precarização do emprego.

O PCP reafirma a sua oposição a estas orientações de política anti-social e a intenção de reforçar a luta contra a sua implementação pelo Governo do PSD.

Por outro lado, nada justifica que os fundos não tenham adequada aplicação e que grandes investimentos sucessivamente adiados, em particular em obras públicas (como em acessibilidades na Área Metropolitana de Lisboa e Porto e no interior do País, travessia ferroviária do Tejo e tantas outras), não encontrem rápida concretização.

A Comissão Política considera que a «solução» de Edimburgo para o caso da Dinamarca se configura como uma real alteração do Tratado de Maastricht. Com efeito, este assenta no pressuposto da sua aplicação aos doze Estados e, quando tal não acontece, esse facto consta de protocolos anexos. É tal não acontece, esse facto consta de protocolos anexos. É uma profunda alteração do Tratado criar excepções e regímenes especiais para a Dinamarca em matéria de cidadania, União Económica e Monetária, política de defesa e justiça e assuntos internos. Pretender que tais alterações podem ser

feitas por mera «decisão» do Conselho Europeu, sem sujeição das alterações aos parlamentos nacionais para aprovação para ratificação constitui um atropelo às suas competências e aos mais elementares princípios e regras jurídicas.

A Comissão Política, reiterando a sua convicção de que o Tratado de Maastricht implica uma ampla alienação de poderes soberanos dos Estados, com a inerente degradação da democracia política, chama a atenção para o facto de as decisões da Cimeira de Edimburgo acerca da aplicação do princípio da subsidiariedade não corresponderem a uma interpretação que assegure uma reserva mínima de soberania dos Estados, antes corresponderem à afirmação da competência da Comunidade, em particular do Tribunal de Justiça, para decidir tal matéria. E é conhecido o facto de os órgãos comunitários terem uma orientação favorável à contínua tendência expansionista das competências comunitárias, com prejuízo para as competências dos Estados.

O PCP prosseguirá firmemente a luta contra a entrada em vigor do Tratado de Maastricht, em defesa da soberania e independência nacional, por uma Europa de igualdade e justiça social, pela aplicação ao serviço de Portugal, da economia, dos trabalhadores e do povo dos financiamentos comunitários, contra o desperdício, corrupção e compadrio.

II

A Comissão Política chama vivamente a atenção para o agendamento do debate na Assembleia da República, no próximo dia 17 de Dezembro, de projectos de lei de alteração à Lei Eleitoral para a Assembleia da República e à Lei Eleitoral para as Autarquias Locais.

Estes projectos de lei têm em comum o desrespeito pelo princípio da proporcionalidade e pela Constituição que o consagrou.

As alterações à Lei Eleitoral para a Assembleia da República que o PSD pretende têm como objectivo central a eternização do PSD no poder, procurando baixar o limiar necessário para obter a maioria absoluta. Um partido passaria a obtê-la com menos de 40%, podendo ter bem menos votos que os partidos da oposição. A criação de um círculo nacional de pequena dimensão e a divisão arbitrária dos actuais círculos eleitorais, ao arrefecimento da divisão administrativa, levariam a que o CDS perdesse três dos cinco deputados e conduziriam a intoleráveis distorções do princípio da proporcionalidade. Este projecto revela temor do descontentamento popular e das suas consequências em futuros resultados eleitorais do PSD.

As alterações à Lei Eleitoral para as Autarquias Locais visam converter as maiorias relativas em Câmaras Municipais em maiorias absolutas, artificialmente e desrespeitando os resultados eleitorais.

Tais alterações são escandalosamente inconstitucionais, como reconheceu em tempos o próprio Governo e o PSD ao incluir, entre as propostas que transmitiu aos partidos da oposição, uma proposta de revisão constitucional com vista a viabilizá-la. O PCP considera que tais alterações, além de antidemocráticas por não respeitarem os resultados eleitorais, não têm qualquer justificação do ponto de vista das necessidades da estabilidade e operacionalidade de gestão das câmaras municipais. Com efeito, as dezenas de câmaras municipais com maioria relativa têm funcionado na generalidade com base em acordos entre forças políticas, carecendo de fundamento a ideia de que se verificariam situações de instabilidade que urgiria enfrentar mesmo pondo em causa o respeito pelos resultados eleitorais.

O PCP encara com preocupação as posições do PS nesta matéria, que fazem legitimamente recear que se esteja a preparar a viabilização de alterações às leis eleitorais acordadas total ou parcialmente entre os dois partidos.

Recorde-se, designadamente, que o PSD declarou repetidamente que não avançaria com nenhuma alteração em matéria eleitoral que não incluísse o voto dos emigrantes nas eleições presidenciais nos termos fraudulentos que o PSD pretende e que alterações aos círculos eleitorais da Assembleia da República obrigam à aprovação por maioria alargada de dois terços dos deputados presentes. O facto de agendar tais propostas, no quadro de um clima de sucessivos acordos e convergências entre o PSD e o PS, faz legitimamente temer que se preparem entendimentos contra a proporcionalidade e a democraticidade das eleições, afectando a representatividade das instituições.

A anunciada proposta do PS no sentido de eleger metade dos deputados através de círculos uninominais corresponderia a transformá-los em «procuradores» de interesses locais - que, aliás, deveria ser o Poder Local a tratar - promovendo o caciquismo, o tráfico de influências, a desvalorização dos «deputados locais» em comparação com os restantes. Não correspondendo os círculos uninominais à divisão administrativa, fica aberto o campo para operações de engenharia eleitoral, arbitrárias e inconstitucionais. A criação de círculos uninominais constitui um intolerável precedente, que abre caminho para romper futuramente, de forma mais ampla, com o princípio da proporcionalidade.

Não é possível deixar aqui de chamar a atenção para que é no conhecimento dos objectivos e métodos de chantagem do PSD que o PS promoveu no mês passado o agendamento

do seu Projecto de Alterações à Lei Eleitoral para as Autarquias (projecto que o PSD viabilizou, considerando a iniciativa do PS como um sinal de encorajamento). E é no mesmo conhecimento e condições que agora o PS avança com o Projecto para a Assembleia da República, que legitima a suspeita de que a sua apresentação indicia a perspectiva de um entendimento entre os dois partidos. Tal perspectiva poderia favorecer aparentemente a bipolarização mas que, na realidade, favoreceria a eternização do PSD no poder e a dificuldade de conquistar uma alternativa democrática. Ainda que o acordo do PS e PSD não se revele imediatamente, e mesmo que surjam grandes divergências nomeadamente verbais de momento, tudo indica que os actuais episódios se enquadram numa dinâmica de aproximação de posições do PS e PSD no sentido de adulterar a proporcionalidade na conversão de votos em mandatos.

A Comissão Política chama a atenção para a hipocrisia que representa invocar motivos para as alterações como a «aproximação dos deputados ao eleitor» quando o que está em causa são os mais mesquinhos e sectários cálculos de cariz partidário. É contraditório, aliás, por parte do PSD, invocar tal pretenso objectivo quando prossegue uma política sistemática de desvalorização da Assembleia da República e dos deputados em benefício da concentração e centralização de poderes no Governo, que procura evitar qualquer controlo e fiscalização.

O PCP apela para que a mobilização da consciência e o combate dos democratas impeçam o êxito destas tentativas de esvaziar a proporcionalidade e degradar a democracia e o regime político e condena o facto de o Governo se envolver em sucessivas operações deste tipo em vez de prestar atenção aos reais problemas económicos e sociais do País que exigem urgentes soluções.

III

A Comissão Política congratula-se com o êxito das acções de luta e protesto desencadeadas pelas autarquias contra o escandaloso incumprimento da Lei de Finanças Locais e protesta contra a insensibilidade, as ameaças e falsidades com que o PSD e o Governo respondem a estas acções de luta.

Assumem, neste quadro, um particular destaque a ameaça de reforço de ingerências na actividade autárquica feita pelo Primeiro-Ministro no passado domingo e a arrogância com que o Secretário de Estado da Administração Regional e Local e novo Secretário-Geral do PSD manifesta desprezo pela luta do Poder Local e mente despuída e conscientemente, dizendo que o Governo está a cumprir a Lei de Finanças Locais, quando a está a violar, privando as autarquias de 64 milhões de contos.

O PCP reitera a solidariedade com a luta das autarquias e responsabiliza o Governo por todas as consequências negativas que o corte de verbas e a eventual imposição de novos encargos aos municípios vierem a representar para as populações.

IV

A Comissão Política analisou o desenvolvimento da luta dos trabalhadores da Administração Pública nas últimas semanas, com destaque para a combativa manifestação de 3 de Dezembro na baixa de Lisboa, no seguimento da greve de 13 de Novembro em que participaram centenas de milhares de trabalhadores. Avaliou de forma muito crítica a obstinação do Governo ao tentar impor uma actualização salarial com valores de 5 e 5,5%, claramente inferiores à própria inflação prevista, o que representa a redução dos salários reais dos trabalhadores. Em face da falta de credibilidade negocial do Governo, o PCP manifesta o pleno apoio e solidariedade para com a continuação da luta dos trabalhadores dos sectores envolvidos - Função Pública, Administração Local, Médicos, Enfermeiros e outros.

V

A Comissão Política sublinha o regozijo e a satisfação que têm sido manifestadas pelas organizações e membros do Partido pelo sucesso do XIV Congresso, tanto pela importância dos documentos aprovados e outras decisões tomadas, como pela grande afirmação que constituiu de unidade, identidade, confiança e entusiasmo partidários.

A Comissão Política salienta que se impõe agora reforçar a incorporação na actividade do Partido das grandes ideias e princípios constantes do Programa, Estatutos e da Resolução Política, dar plena concretização às estruturas de direcção e órgãos criados pelo Congresso e levar à prática a linha política aprovada em todas as suas componentes.

Com esse objectivo, a Comissão Política tomou um conjunto de medidas práticas e confirmou a convocação de uma reunião do Comité Central para o próximo mês de Janeiro.

15 de Dezembro de 1992

A Comissão Política



Aspecto da sessão promovida pela «Vértice», em que Mário Soares participou como convidado de honra

Vértice promove debate «Há uma crise da civilização?»

Numa época de cada vez maior interdependência das relações e de globalização dos problemas, mas também de grandes particularizações e profundas assimetrias, e em que alguns proclamam teses como as do «fim da história» e do «fim das ideologias» — numa época assim, será que se pode falar de crise da civilização?

A reflexão sobre esta temática foi o desafio lançado pela Vértice aos cerca de duzentos participantes — entre os quais colaboradores antigos (simbolizados na presença de Mário Dionísio) e mais recentes da revista, assim como personalidades dos meios intelectuais e políticos — no debate realizado no passado dia 9 no Hotel Roma, em Lisboa, o último de uma série destinada a assinalar os seus 50 anos.

Os professores José Barata-Moura (pró-reitor da Faculdade de Letras de Lisboa) e João Caraça (director dos serviços de ciência da Fundação Gulbenkian), o arqueólogo Cláudio Torres (bem conhecido pelo notável trabalho desenvolvido em Mértola) e, como convidado de honra, Mário Soares, Presidente da República, abriram o debate.

Cada um no seu registo próprio e na perspectiva das suas experiências específicas, os oradores concordaram na resposta afirmativa à questão inicial: sim, existe uma crise da civilização, cujos sintomas se sentem nos mais diversos planos, desde o visível esgotamento do «modelo de modernidade» vigente nos últimos 50 anos (João Caraça), passando pela agudização da fome, da miséria, da degradação ambiental, dos fanatismos, da ausência de participação cívica (Barata-Moura), até ao incrível absurdo de no Alentejo, por exemplo, se estar a pagar aos proprietários não para tosquiarem as ovelhas e apanhar as azeitonas, mas precisamente para não o fazerem... (Cláudio Torres).

Esta alusão viria a ser glosada por José Saramago, já no período de intervenções da assistência: o facto de «estarmos a ser subsidiados para ser tosquiados», no contexto de uma crise civilizacional caracterizada por uma angustiante

ausência de diálogo, parece querer afirmar que, afinal, «o homem é o único animal irracional sobre a Terra...»

Mas concordância também houve relativamente a uma das teses defendidas por Barata-Moura: «nem a história encerrou o seu curso, nem a reflexão convertível em ideologia mobilizadora de largas camadas de agentes sociais está condenada ao desaparecimento fatal». A verdade é que, ainda que em condições mais adversas, mas nem por isso isentas de novas possibilidades, objectivas e subjectivas — «as tarefas fundamentais perduram».

«Humanismo crítico»

Mário Soares, o último a intervir antes do debate, sublinhou que o «desmoronamento das sociedades socialistas» não impediu que «o capitalismo atravesse hoje uma crise pelo menos tão grande como a do comunismo», acentuando que se assiste a «uma crise de civilização gravíssima», da qual Portugal, ao contrário do que alguns parecem pensar, está longe de estar ao abrigo.

A este propósito, aludiu ao facto de, não obstante alguns êxitos, o nosso país continuar a ser o de mais baixo nível de vida da Europa, com um rendimento *per capita* inferior ao da Lituânia. Chamou a atenção para a necessidade da convergência na luta por valores como a tolerância e a liberdade, e apelou para um certo retomar, ainda que em condições diferentes, daquilo a que, há meio século, quando do lançamento da Vértice, se chamou o «humanismo crítico».

Mário Soares, que ao aceitar o convite para participar na sessão se quis assim associar às comemorações do cinquentário da revista, fez questão de sublinhar publicamente a sua simpatia e respeito pela acção da Vértice, saudando nela o papel, durante a ditadura, de «forum da resistência», de que ele próprio, aliás, conforme recordou, foi um «efémero colaborador», ao lado de amigos alguns infelizmente já desaparecidos, como Carlos de Oliveira e Piteira Santos.

Intelectuais angolanos repudiam assassinatos da Unita

Dirigido a todos os intelectuais angolanos por destacados docentes e investigadores da Universidade Agostinho Neto, circula em Angola um apelo à subscrição de um abaixo-assinado repudiando a série de assassinatos perpetrados pela Unita e de que têm sido vítimas prestigiadas personalidades da comunidade universitária e científica.

O apelo, que sublinha a profunda consternação sentida pela comunidade universitária e científica angolana com os assassinatos de intelectuais do Huambo, «zona reivindicada pela Unita como o seu Jambastão», refere-se expressamente ao dr. David Bernardino, «barbaramente assassinado na sua terra e no seu posto de trabalho, no bairro suburbano de Cacilhas, na cidade do Huambo». E o apelo sublinha:

«Igualmente docente desta Universidade, colaborando no núcleo do Huambo da Faculdade de Medicina, o dr. David Bernardino é um exemplo para os intelectuais angolanos. Ele iniciou no Huambo, ainda durante o período colonial, e continuou após a independência, um Centro de Saúde destinado a prestar assistência médica e medicamentosa gratuita à população mais carecida, baseado no trabalho voluntário de inúmeros trabalhadores, que aí fizeram a sua formação cívica e profissional. No Centro Médico de Cacilhas educava-se ainda a população a ter cuidados primários de saúde e a utilizar recursos locais, quando necessitada de certos tratamentos.»

É o seguinte o texto do abaixo-assinado:

«Desde 1975, docentes universitários, investigadores científicos e intelectuais angolanos e estrangeiros residentes em Angola, bem como estudantes universitários, têm sido assassinados, especialmente no Huambo, Bié e Huíla, por esquadrões da morte ligados à Unita e às forças do *apartheid*, que cometem homicídios selectivos, em bases ideológicas. Em Outubro de 1992 foram alvo de atentado o prof. Fernando Marcelino, dirigente universitário e escritor, sua esposa Miete Marcelino, dirigente da Organização da Mulher Angolana e directora da Biblioteca do Huambo, sua irmã Dilar Marcelino, freira católica, e Zaida Dáskalos, professora e escritora, a única sobrevivente do massacre.

«Agora foi a vez do dr. David Bernardino, médico e intelectual lutador desde a primeira hora contra o fascismo e pela independência de Angola, também docente universitário e director do recente jornal independente «Jango». Eram todos naturais de Angola, de ascendência europeia, residentes na cidade do Huambo, no Planalto Central, com marcante actividade intelectual, empenhados em diversas acções no campo da investigação científica e histórica e todos eles envolvidos no apoio social a uma população fustigada por anos sucessivos de guerra impiedosa.

«O seu assassinato foi dirigido deliberadamente contra tudo quanto representavam,

como integrantes das forças progressistas e humanistas angolanas.

«Urge desmascarar as cumplicidades internas e internacionais que atribuem o estatuto informal de «beligerantes» e formal de «partes», interlocutores em «diálogos» e governos, aos assassinos dos esquadrões da morte e aos seus chefes que, na sombra, têm até ao momento ficado impunes.

«Por estas razões, e ainda as indicadas no Apelo anexo, os docentes da Universidade Agostinho Neto, investigadores, médicos, engenheiros, juristas, economistas, escritores e outros intelectuais angolanos abaixo-assinados:

«1. Repudiam o terrorismo e o fascismo.

«2. Exigem que o Governo tome as medidas adequadas, se necessário recorrendo à cooperação internacional, para encontrar os autores de tão hediondos crimes e os membros e chefes dos esquadrões da morte.

«3. Apela a toda a população e à Comunidade Internacional para que colaborem com as autoridades angolanas nas acções referidas no número anterior.

«4. Exigem que o Governo tome medidas com vista à reposição da legalidade democrática e à prevenção das suas violações sistemáticas em especial no domínio dos Direitos Humanos dos cidadãos.

«5. Apela às Nações Unidas e à Comunidade Internacional para que assumam as suas responsabilidades relativamente ao cumprimento dos Acordos de Paz para Angola e ao respeito pelos Direitos Humanos no País, que incluem a desmilitarização urgente e completa da Unita e o desmantelamento dos seus grupos terroristas.

«6. Apela à solidariedade de todas as universidades, centros de investigação, organizações profissionais de intelectuais e associações de todo o mundo, para que pressionem os seus governos a tomarem posição contra o assassinato selectivo de intelectuais angolanos por esquadrões da morte e, em geral, contra as violações sistemáticas dos Direitos Humanos em Angola.»

Sessão pública de homenagem a David Bernardino

Os amigos e democratas solidários com o médico angolano David Bernardino promovem, e convidam à livre participação de quem queira participar, uma Sessão que exprima a profunda indignação e repúdio pelo seu assassinato no Huambo, sua terra natal, no passado dia 3 de Dezembro e que homenageie o homem, o médico, o lutador progressista em Portugal e na sua Pátria.

Serão projectados vídeos com a sua participação na denúncia de outras vítimas da Unita. Falarão amigos do homenageado e intervirá o Coro da Academia dos Amadores de Música de que David Bernardino fez parte até ao seu regresso a Angola em 1960.

A Sessão decorrerá no próximo dia 21 de Dezembro, segunda-feira, pelas 21.30, no Teatro Vilaret.

Moção aprovada no Congresso

Os delegados ao XIV Congresso do PCP aprovaram por unanimidade a moção que a seguir transcrevemos, tendo, após a aprovação, observado um minuto de silêncio.

Já no decurso do nosso Congresso, tivemos conhecimento do assassinato do médico angolano David Bernardino, irmão do nosso camarada, membro do Comité Central, José Bernardino, escolheu viver e trabalhar na sua terra — Angola — e nas fileiras do seu partido — o MPLA —, lutar corajosamente pela liberdade do seu povo e pelo progresso e independência do seu país.

Foi um assassinato com endereço, foi um acto de ódio e de vingança personalizada, foi o calar de uma voz que só assim se calaria e que, para se concretizar, à segunda tentativa, provocou antes três outras mortes, igualmente merecedoras da mais viva repulsa e indignação.

O XIV Congresso do PCP denuncia mais este crime da Unita, organização que continua a provocar a destruição e a morte na pátria angolana, exige a firme condenação desta sistemática prática terrorista, endereça à família de David Bernardino as suas condolências e exprime os votos sinceros e a confiança revolucionária no triunfo em Angola da liberdade, da paz, da justiça e do progresso social.

Álvaro Cunhal em Milão

O camarada Álvaro Cunhal participou, no passado domingo, dia 13, em Milão, num importante Comício Internacional, tendo como tema central «Por uma outra Europa: em defesa das conquistas sociais e da democracia, contra o Tratado de Maastricht, por um Europa de paz e dos povos». O camarada Álvaro Cunhal viajou acompanhado pelo camarada Albano Nunes, membro do Secretariado e Responsável da S. Internacional do nosso Partido. Promovido pela Federação de Milão do Partido da Refundação Comunista de Itália, o Comício teve lugar no Palácio dos Desportos de Sesto S. Giovanni, com a participação calorosa de cerca de três mil pessoas, constituindo uma entusiástica manifestação de solidariedade internacionalista

movimento francês Socialisme Republicque; Gregor Gysi, presidente do PSD da Alemanha; Manuel Moneiro, da presidência da Esquerda Unida e secretário do PC de Espanha; Aleka Papatriga, secretário-geral do PC Grécia, e Francis Wurtz, do Bureau Político do PC Francês.

Das intervenções realizadas ressaltava, por um lado a generalizada ofensiva, no plano europeu, das forças da direita e do capital contra direitos democráticos e conquistas sociais dos trabalhadores e dos povos, os perigos decorrentes do Tratado de Maastricht, as ameaças que pesam sobre a segurança e a paz na Europa e no mundo. Ressaltava, por outro lado, a resistência e a luta popular que se desenvolve nos diversos países e uma

larga convergência de opiniões quanto à necessidade do fortalecimento da solidariedade e da cooperação dos comunistas e das forças de esquerda e progressistas, de que aliás este comício é, por si, uma importante expressão. Uma solidariedade que importa reforçar no plano europeu, mas também no plano mundial. Nesse sentido assumem particular significado as mensagens enviadas ao comício pelo camarada Fidel Castro, pelo secretário-geral do Partido Comunista da África do Sul, camarada Chris Hani, e pela Organização de Libertação da Palestina.

O comício que foi encerrado com uma intervenção de Rino Serri, coordenador do Comité Operativo Nacional do PRC, terminou com toda a assistência cantando

a «Bandeira Rossa» e a «Internacional».

De notar ainda o acolhimento dispensado pelos camaradas italianos à delegação do PCP durante a sua estadia em Milão e, em particular, o ambiente particularmente caloroso que rodeou a intervenção do camarada Álvaro Cunhal no comício sublinhando a importância determinante dos partidos comunistas para a unidade ou convergência da Esquerda.

Nos encontros realizados com o camarada Cossuta e outros dirigentes do Partido da Refundação Comunista, foi afirmada a vontade de prosseguir e aprofundar a cooperação entre o PCP e o PRC.

A comunicação deu larga cobertura à iniciativa, sendo de referir as entrevistas

dadas pelo camarada Álvaro Cunhal ao «Corriere della Sera» e à Televisão italiana.

A presença em Milão de dirigentes altamente responsáveis de outros partidos, possibilitou à delegação do PCP úteis trocas de informações e opiniões. Nestas foi particularmente evidenciada e partilhada a necessidade de aprofundar as relações bilaterais, promover iniciativas comuns ou convergentes e, nomeadamente, contribuir para o desenvolvimento de acções junto da opinião pública, com ampla expressão unitária, tendo como objectivo impedir uma intervenção militar imperialista na Jugoslávia e encontrar uma solução pacífica negociada para os complexos problemas da região.

Extractos do discurso de Álvaro Cunhal Encontrar os caminhos da unidade e da acção comum

Estamos aqui unidos com objectivos que correspondem aos interesses dos nossos povos e países e para alcançar os quais estamos empenhados em encontrar os caminhos da unidade e da acção comum.

Estamos aqui neste comício, conforme foi anunciado, na defesa das conquistas sociais e da democracia, contra o Tratado de Maastricht, por uma outra Europa, não a Europa dos monopólios, mas uma Europa de paz e dos povos. Na luta por estes objectivos, podeis contar com a determinação firme e convicta dos comunistas portugueses.

O nosso Partido rejeita soluções isolacionistas ou autárquicas. Defendemos uma política que tem em conta a realidade de ser Portugal membro da CEE. Mas não defendemos uma Europa com desenvolvimento a duas velocidades e política social a duas velocidades. (...)

O Tratado de Maastricht, a ser finalmente ratificado como em Portugal acaba de o ser há dois dias no Parlamento com os votos do Partido do Governo apoiado pelo Partido Socialista - terá graves consequências para os trabalhadores, o povo português e Portugal. Nós, os comunistas portugueses reclamamos um referendo que foi negado e dizemos «Não» ao Tratado de Maastricht. Juntamos assim a nossa voz à vossa voz.

Defendemos há muito uma política de unidade democrática para afastar a direita do poder, para alcançar uma

alternativa democrática ao Governo e à política de direita.

Temos ao mesmo tempo consciência de que o Partido Comunista tem um papel determinante a desempenhar para tal unidade ou convergência.

Os trabalhadores, o povo, a democracia portuguesa continuam a ter necessidade de um partido seu, um partido independente dos interesses, da ideologia e dos objectivos das forças do capital. Têm necessidade de um partido capaz de defender os interesses e direitos das mais largas massas populares. De um grande partido lutando pela liberdade e a democracia, não apenas em palavras, mas nos actos. (...) As características do Partido têm-se enriquecido e aprofundado acompanhando a vida e a experiência. Mas, em aspectos essenciais, a identidade do Partido que a actualidade confirma é a razão de ser da sua própria existência.

Desmentindo as ressuscitadas teorizações acerca do «capitalismo popular» e da «democratização do capital» o capitalismo - bem o mostra na Europa - mantém, reafirma e reforça a sua natureza exploradora e agressiva. Pretende impor como seu direito a intervenção na vida de outros povos. Abafa processos progressistas. Substitui governos e regimes, utilizando meios económicos, financeiros e diplomáticos ou desencadeando agressões armadas, terrorismo e guerra. (...) O capitalismo - bem o mostra na Europa - é incapaz de resolver os grandes problemas da humanidade.

Por isso continua a luta emancipadora dos trabalhadores e dos povos em defesa dos seus interesses, direitos e liberdades. A luta continua pela democracia, o progresso

social, a paz e a independência nacional. Continua, por ser inteiramente válida, a luta pela transformação revolucionária da sociedade que, a partir da revolução russa de 1917 e a nível planetário, marca o século XX na história da humanidade.

Por isso a luta continua também por uma sociedade socialista. Sociedade concebida, não segundo um «modelo» que, em aspectos essenciais se afastou dos ideais sempre proclamados pelos comunistas, mas tendo em conta as condições de cada país e as experiências positivas e negativas na construção da nova sociedade. (...) O século XX é o século em que o comunismo nasceu como empreendimento de transformação concreta e efectiva da sociedade. Aos ideais comunistas continua a pertencer o futuro.

Com esta visão do mundo, travamos a luta presente, com objectivos concretos e imediatos, a curto e a médio prazo.

O nosso XIV Congresso reafirmou que o Partido Comunista Português, caldeado pelo seu passado, com uma viva e dinâmica intervenção no presente e voltado para o futuro foi, e por vontade dos seus militantes continuará a ser um Partido Comunista que tudo faremos para que seja digno deste nome.

A perda da identidade do Partido Comunista, a sua evolução num sentido social-democratizante, e pior a sua eventual diluição na Esquerda, como alguns pretendiam, não reforçaria mas enfraqueceria a Esquerda no seu conjunto. A identidade do Partido Comunista não enfraquece antes reforça a Esquerda.

POLITICA *Corriere della Sera* «distacco» la Terzi *Kinasec* l'Internazionale? Gli organizzatori smentiscono: «Non guardiamo al passato» *«Torino al voto: Pri responsabile»*

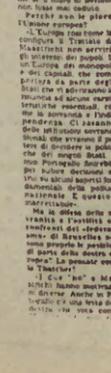
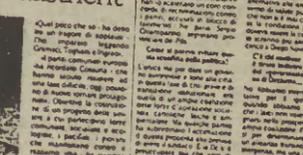
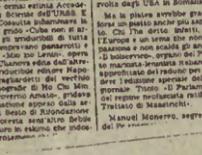
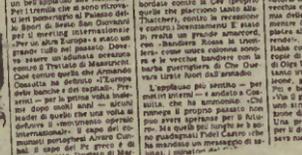
Tornano gli irriducibili del comunismo
Tra Bandiere rosse e immagini del Che, in tremila si rifutano nel passato contro Maastricht e il colonialismo in Somalia
Milano - Finito il comício, Álvaro Cunhal, presidente do Partido Comunista de Portugal, dirigiu-se para o Palácio dos Desportos de Sesto S. Giovanni, onde se realizou o comício internacional. Cunhal, acompanhado pelo camarada Albano Nunes, dirigiu-se para o Palácio dos Desportos de Sesto S. Giovanni, onde se realizou o comício internacional. Cunhal, acompanhado pelo camarada Albano Nunes, dirigiu-se para o Palácio dos Desportos de Sesto S. Giovanni, onde se realizou o comício internacional.

«Comunisti d'Europa unitevi»
Meeting con Cossuta e Cunhal contro Maastricht
«Por una otra Europa», sono queste le parole che il segretario del Prc, Rino Serri, ha pronunciato durante il comício internazionale di Milano. Serri ha sottolineato l'importanza di una convergenza tra i comunisti di tutti i paesi per affrontare le sfide del futuro.

L'amarcord di falce e martello
«No agli accordi di Maastricht, no alla Comunità delle banche e dei capitali»
L'amarcord di falce e martello, simbolo del comunismo, è stato al centro di una manifestazione organizzata dai comunisti di tutta Europa. I partecipanti hanno sfilato con bandiere rosse e immagini del Che, rifiutando il Trattato di Maastricht e il colonialismo in Somalia.

Lo dice il Papa: «Anche i ricchi sono infelici»
«Trascurando lo spirito»
Il Papa ha parlato di infelicità per i ricchi, un tema che ha suscitato molte reazioni. I comunisti hanno sottolineato che la vera felicità si trova nella lotta per la giustizia sociale e la libertà per tutti.

6 INTERNI
Ieri a Sesto San Giovanni manifestazione dei partiti comunisti dell'Europa occidentale: unico assente Marchais
A Sesto San Giovanni si è svolta una manifestazione importante dei partiti comunisti dell'Europa occidentale. Unico assente è stato il Pcf, guidato da Georges Marchais.



Cá estamos

1. Os três dias, durante os quais o Congresso do PCP esteve reunido em Almada, constituíram, simultaneamente, o culminar de um amplo partidário e a concretização de uma nova fase na abordagem dos problemas em questão.

Confirmando uma situação única no quadro partidário nacional, muitos milhares de comunistas haviam debatido, durante meses, a situação nacional, internacional e partidária, contribuindo assim de forma decisiva para a correcta definição das orientações políticas do Partido.

Em Almada, cerca de 1800 delegados, na presença de milhares de convidados militantes comunistas, representantes de associações políticas e sociais, cidadãos independentes, dirigentes de partidos nacionais e estrangeiros — fizeram a síntese desse debate prévio, aprofundando-o e concluindo o que consideraram possível e necessário concluir.

Tratou-se de uma abordagem serena e lúcida da situação no país, das consequências da política de direita, da necessidade e da possibilidade de a combater e derrotar, de uma procura de soluções para os problemas do povo e do país e dos caminhos capazes de conduzir à concretização dessas soluções, de uma reafirmação clara e determinada da disponibilidade para a luta sem a qual nenhum objectivo pode ser alcançado.

Tratou-se de uma profunda análise da situação internacional, das suas evoluções nos últimos anos e dos reflexos dessas evoluções, das dificuldades maiores com que hoje deparam os povos em luta, da solidariedade necessária e indispensável. Em todo o Congresso esteve presente de forma viva e permanente uma concreta e expressiva manifestação de solidariedade internacionalista. As lutas dos povos da Palestina, de Cuba, de Angola, da África do Sul, de Timor, entre outras tiveram a solidariedade fraterna, combativa e revolucionária do Congresso — expressa na resolução política aclamada de pé por delegados e convidados, expressa na maioria das intervenções dos cerca de 50 convidados estrangeiros presentes no Congresso.

Tratou-se ainda de, com ponderação, com a sensibilidade política e humana só possível num partido revolucionário, discutir e decidir sobre um conjunto de importantes medidas de direcção: medidas respeitantes à estrutura da direcção central, eleição do CC, do Presidente do Conselho Nacional, do Secretário-Geral do Partido.

É evidente a grande satisfação que percorre todo o Partido com os resultados do Congresso. É incontestável que o Partido sai deste Congresso em melhores condições para travar a batalha do futuro, com a sua coesão e unidade consolidadas, com a sua capacidade de intervenção e a sua determinação para a luta reforçadas. Porque este foi o Congresso do Partido de que Portugal precisa: o Congresso vivo de um Partido vivo e virado para o futuro.

2. Não é esta, obviamente, a conclusão da comunicação social dominante (salvo raras e honrosas excepções). Outra coisa não seria de esperar. Tendo decretado há meses atrás, a morte do comunismo e do PCP — e mostrando desde então uma postura de autismo patético e pateta face à actividade do PCP — os vários comentadores e analistas viram-se, agora, na contraditória situação de terem de apreciar o forte Congresso de um Partido cujo passamento haviam profusamente anunciado.

Programados para apreciar um morto foram incapazes de entender a presença viva de um partido vivo, profundamente ligado aos trabalhadores e ao povo, prestigiado nacional e internacionalmente. Incapazes de discutir ideias e de as combater, não viram o Congresso, espreitaram-mo por detrás das bambinelas da fofuice parola, da especulação gratuita, da intriga e da manipulação habituais. Face à unanimidade de algumas votações bramaram contra o terrível unanimismo (que, para eles, é criticável quando acontece no PCP e é apenas unanimismo quando acontece nos outros partidos); face a dezenas de votos contra e abstenções noutras votações exultaram com as graves «divisões» no Partido. E por aí fora: desde o artigo de São José Almeida no Público de 4.12 (curiosamente lembrando muito o estilo e o método de raciocínio de Pina Moura), até às notáveis peças analíticas difundidas pelo Independente e pelo Expresso uma semana depois — peças que devem ser lidas com prévias e posteriores precauções higiénicas.

3. Ei-los: os «Ex». O tempo de um Congresso do PCP está para eles como um dia de sol está para os caracóis: é o seu tempo ideal, dá para o objectivo maior da sua vida — dá para serem falados e falarem de si. Valendo não pelo que são mas pelo que foram, mal o Congresso abriu ei-los em bicos de pés, aos saltinhos, semilevantando os braços (não fosse alguém julgá-los defensores do voto assim), oferecendo os seus préstimos, ou seja: oferecendo a única coisa que lhes resta, essa espécie de anticomunismo pós-primário de que se alimentam todos os arrependidos dos tempos modernos.

A peça mais representativa do pensamento veio naturalmente a Público assinada por Joaquim Pina Moura. Trata-se de um cardume de falsificações, de provocações mesquinhas, de disparates, de afirmações de fé na nova ordem — tudo muito à forma e ao jeito do autor e dos seus gémeos da esquerda cabisbaixa (curiosamente lembrando muito o estilo e o método de



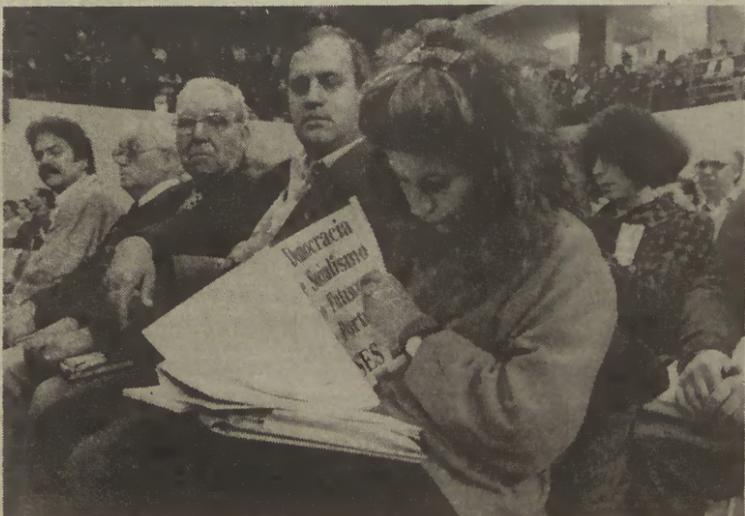
JOSÉ CASANOVA
Membro da Comissão Política

É incontestável que o Partido sai deste Congresso em melhores condições para travar a batalha do futuro, com a sua coesão e unidade consolidadas, com a sua capacidade de intervenção e a sua determinação para a luta reforçada.

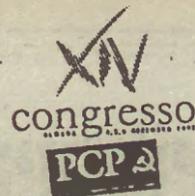
raciocínio da jornalista São José Almeida). De sublinhar na peça em questão dois aspectos: o primeiro é o alaranjado apelo ao PS para nunca, jamais, em tempo algum se entender com o PCP para derrotar a direita; o segundo tem a ver com a repetida revelação da posse de milagrosas e novas soluções (no caso em questão genericamente traduzidas por «políticas de esquerda renovadas e atractivas»), cujo conteúdo concreto continua envolto em profundo secretismo. De tal forma que, não tendo o autor em causa, nem qualquer das suas cópias, produzido até hoje uma única ideia nova, uma única reflexão inovadora, o que ressalta da sua prática é tão-somente, e na melhor das hipóteses, o prosaico e velho desejo de se tornarem assistentes sociais do capitalismo.

Deixemo-los, pois, na sua plataforma à esquerda nem eles sabem de quê, angustiados entre a espada de um lugar na nova ordem e a parede de não saber que mais fazerem para isso.

4. Cá estamos: por muito que doa a todos os que viram estilhaçar-se as suas análises, previsões e desejos; por muito que lhes custe o êxito do XIV Congresso e o que ele significou para o reforço do Partido e da sua intervenção na vida nacional: por muito difícil que lhes seja entender a razão da existência, depois de tudo o que se passou no Mundo, de um PCP forte, influente, prestigiado, activo: cá estamos. E estaremos. Por uma razão simples: é que o PCP é um partido que se afirma comunista porque o é e tem orgulho em sê-lo.

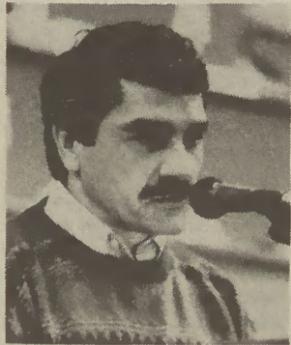


PCP



Tribuna do Congresso

Intervenção da Direcção da Organização Regional de Aveiro



Artur Ramísio
Membro do Secretariado e do Executivo da Direcção da Organização Regional de Aveiro

Camaradas,

A observação da realidade económica e social do distrito de Aveiro comprova a tese sobre o crescimento económico verificado nos últimos anos, ao qual não corresponde "um efectivo e equilibrado desenvolvimento económico e social".

Verificou-se crescimento demográfico e urbanístico. Verificou-se - sobretudo em consequência da conjuntura externa favorável e do fluxo de fundos comunitários - um crescimento económico de grande parte dos sectores de actividade.

Esta situação é utilizada pelos PSDs mais entusiastas como exemplo da chamada "política de sucesso" de Cavaco Silva. Mas vejamos então o conteúdo concreto dessa política.

Os resultados económicos no distrito são conseguidos geralmente através da maximização do lucro, resultado não do aumento de produtividade ou de novas tecnologias, mas sim da intensificação dos ritmos de trabalho, dos baixos salários que nas indústrias transformadoras são dos mais baixos do País (calçado, cortiça, têxteis, entre outros), da precarização das relações de trabalho, da utilização de mão-de-obra infantil e clandestina, da desvalorização sistemática da mão-de-obra feminina, da repressão dos dirigentes e activistas sindicais e dos despedimentos selectivos. Como exemplo recente citamos a EFACEC; onde, apesar dos lucros de milhões de contos, acrescidos de 364 mil contos dados pelo Governo para a criação de postos de trabalho, se prepara o despedimento colectivo de 27 trabalhadores - na sua maior parte membros da CT e activistas sindicais.

A realidade diz-nos também que se registam crescentes dificuldades em diversos sectores (agrícola, pescas, construção naval e civil, têxteis, entre outros), em contraste com o crescimento a olhos vistos de novos grupos económicos - grupo Amorim, Colep e Vista Alegre. Tal como nos diz que se aprofundam assimetrias dentro do próprio distrito e que se multiplicam as agressões ao meio ambiente, sendo a poluição do Rio Vouga e da Ria de Aveiro alguns dos exemplos mais significativos.

Se a tudo isto somarmos as dificuldades de acesso das populações aos cuidados de saúde, as insuficiências das redes de escolas, de transportes, de abastecimento de água e de saneamento, a degradação de valores manifesta na multiplicação de actividades marginais, ilícitas e criminosas, então facilmente concluímos que, se isto acontece no distri-

to que os governantes apontam como exemplo, então, no plano nacional, o que está a ser posto gravemente em causa é o futuro dos portugueses.

Não tem sido passiva a atitude dos trabalhadores e das populações do distrito em relação a esta política. As greves, manifestações e outras acções de massas, mobilizaram milhares de operários, de empregados, de agricultores, de intelectuais, de estudantes.

Sem pretendermos diminuir a importância das outras lutas sociais, destacamos, pela sua envergadura e significado, as lutas estudantis, ocorridas este ano, paralisando escolas e universidades e trazendo às ruas milhares de jovens.

Os comunistas através da sua intervenção nas estruturas de massas tiveram um papel fundamental na iniciativa e na dinamização da luta e da acção popular.

Tal como as Teses referem, também no distrito de Aveiro se fizeram sentir os factores de desânimo e de desmobilização provocados pelas alterações na situação internacional e

nacional, que criaram dificuldades acrescidas à organização e à actividade do Partido. Esta situação obrigou a encarar estes problemas e a tomar novas medidas, tais como a redefinição de prioridades, uma maior responsabilização de organismos e de camaradas não funcionários alguns dos quais respondem hoje por algumas das mais importantes organizações concelhias e frentes de trabalho.

Apesar de considerarmos positivo o balanço ao nosso trabalho global, temos consciência de que precisamos de encontrar outras e mais ousadas respostas para ultrapassar dificuldades orgânicas e de intervenção política, fundamentalmente em relação à organização do Partido nas empresas e sectores, à actividade sindical, ao trabalho virado para a juventude, ao trabalho autárquico, e, no imediato, à procura de meios humanos e materiais que permitam enfrentar com confiança a próxima batalha eleitoral para as Autarquias Locais, batalha esta importante para o reforço das posições da CDU e do Partido na região.

Intervenção da Direcção Regional do Porto



Jorge Sarabando
Membro da Direcção da Organização Regional do Porto
Membro Suplente do Comité Central

As reuniões e assembleias plenárias para eleição dos delegados culminaram um prolongado trabalho de preparação deste XIV Congresso, no qual se inseriu a 3ª Assembleia da Organização Regional do Porto, realizada em Junho. Tanto na primeira fase, com a realização de diversos debates - dos quais destacamos os que incidiram sobre a integração europeia, o poder e a informação, as mutações sociais, a reforma educativa, o ambiente, o estado da democracia, a regionalização, a situação internacional, os problemas de organização - como mais recentemente com a realização de cerca de duas centenas de pequenas e grandes iniciativas, contando com cerca de três mil e quinhentas presenças, tendo como tema principal os Estatutos, o Programa e as Teses.

Do conjunto das iniciativas realizadas ressalta como traço essencial um acordo muito generalizado com as ideias centrais expostas nos documentos apresentados pelo CC.

Quanto aos Estatutos, foi manifestado particular interesse sobre os artigos referentes à identidade do Partido e aos seus objectivos, à sua natureza de classe e base ideológica, à política de alianças, aos direitos e deveres dos militan-

tes, aos princípios do centralismo democrático, tendo merecido o consenso as propostas apresentadas pelo CC, incidindo os reparos e emendas feitos na procura de definições mais rigorosas.

As Teses, em especial os capítulos iniciais, suscitaram bastante interesse. Foram muitos os camaradas que expressamente afirmaram o seu acordo com as Teses no que respeita às incidências da política da direita na esfera das liberdades e dos direitos dos trabalhadores e na degradação social. Foi valorizado o avanço da análise das mutações de classe e sublinhada a necessidade de prosseguir e aprofundar este estudo.

Os debates decorreram num ambiente sereno e responsável, com ponderação e frontalidade, transparecendo um sentimento de satisfação e confiança no Partido.

Nos últimos anos verificaram-se profundas alterações na vida económica e social do distrito, gerando-se problemas devidos a um crescimento económico sem correspondência adequada no desenvolvimento social e na melhoria da qualidade de vida das populações.

No nosso distrito confirmam-se as Teses relativas ao agravamento das desigualdades e das assimetrias resultantes dum crescimento desarticulado e não sustentado. Cresceu a actividade económica, mas a média do rendimento distribuído por pessoa é inferior à média nacional e menos de metade da média comunitária; cresceu a população e o número de famílias, mas diminuiu a oferta de habitação acessível - daí que tenha diminuído notoriamente a população da cidade do Porto e aumentado a dos concelhos limítrofes; aumentou transitoriamente a oferta de emprego, mas generalizou-se o trabalho precário; o sector terciário cresceu acentuadamente nos centros urbanos e no litoral, o que provocou o aumento do tempo gasto em deslocações diárias entre a casa e o trabalho; a forte concentração em

têxteis, vestuário e calçado, sectores responsáveis por cerca de metade do emprego na indústria transformadora, gerou uma séria vulnerabilidade regional, atendendo à crise que neles se instalou provocada pela actuação irresponsável de certo patronato e pela orientação monetarista do Governo; o maior acesso ao ensino é acompanhado por algumas das mais altas taxas nacionais de abandono e insucesso escolar; o aumento da densidade demográfica e do investimento industrial, sem assentarem numa política de ordenamento territorial, produziu maiores agressões ambientais, tornou mais visíveis as carências do saneamento básico e puseram a nu exemplos flagrantes dum modelo de crescimento selvagem e aviltador da dignidade humana.

Enquanto os serviços públicos se degradam, a saúde, a educação, a cultura, a justiça ficam mais caras e inacessíveis, a política do Governo continua a ser a da descentralização dos custos e responsa-

bilidades e da centralização dos seus poderes.

É neste quadro que tem decorrido a luta dos trabalhadores, com iniciativa sindical mas também no âmbito de cada empresa. Lutas por aumentos salariais, mas também por direitos e regalias sociais, pelas carreiras profissionais, pela redução dos horários, ou de solidariedade. Lutas de operários, mas também em número crescente de trabalhadores da administração central e local, de magistrados como de agricultores, de gente da cultura ou do desporto.

Nestas lutas e com estas lutas estão os comunistas, como sempre têm estado, na primeira linha.

Quiseram alguns, nestes anos cinzentos de regressões e desencantos, que abandonássemos a bandeira vermelha que foi e é dos nossos mais belos sonhos e lutas, e a encerrássemos num recatado museu que logo designaram de "património histórico".

Isso não aconteceu nem acontecerá. Pois mesmo que assim erradamente procedéssemos, outros a levantariam de novo - aqueles jovens revoltados com a falta de emprego, aquelas mulheres trabalhadoras que encontramos no fim da tarde com os olhos inundados de fadiga, aqueles artistas que não aceitam véus ou grades para a livre criação, aqueles cidadãos que não se resignam com subtis ou brutais ofensas e violações à democracia, esses e muitos outros que finalmente distinguiram o rosto atraente e a mão impiedosa do capitalismo.

A bandeira vermelha que é dum passado glorioso, que em Portugal tem sido a dos mais férteis momentos da construção da liberdade, da paz, da igualdade de direitos, também é a da abnegada, laboriosa, tenaz construção dum futuro melhor para todos.

Por isso, a bandeira vermelha é e será a bandeira comunista.

Intervenção da Direcção da Organização Regional de Portalegre



João J. Alfacinha Pinheiro
Membro do Secretariado e Executivo da DORPOR
Membro do Comité Central

- desarticulação entre os diferentes níveis de decisão do Governo.

Este é o panorama bem demonstrativo do insucesso da política de direita do Governo PSD no distrito de Portalegre.

O PCP é a única força política no distrito de Portalegre que de uma forma séria e isenta tem sabido promover iniciativas, como jornadas e debates, em torno da problemática do desenvolvimento.

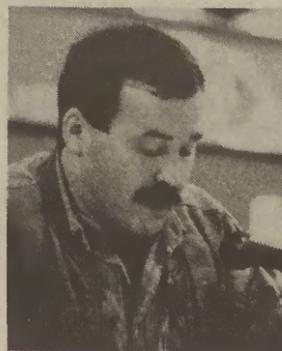
Nesta ordem de ideias temos afirmado que a regionalização é um factor de desenvolvimento que urge concretizar como forma de assegurar uma participação de órgãos eleitos e das populações no futuro Plano Integrado de Desenvolvimento Regional que permita criar condições para fixar o homem à região, que aproveite correctamente os recursos endógenos, que melhore a rede de infra-estruturas de apoio, que estimule o investimento produtivo com criação de postos de trabalho, com preservação do património natural e histórico e final-

mente que garanta a participação das organizações dos trabalhadores, dos empresários, das autarquias e dos agentes culturais.

A riqueza de intervenção que tem caracterizado a actuação do Partido em Portalegre, só tem sido possível pelo empenhamento e valorização e maior disponibilização dos seus quadros, como resultado das últimas decisões do XIII Congresso que promoveu a descentralização da Organização do Alentejo.

Apesar dos avanços qualitativos verificados, ajudando a afirmação da identidade do Partido, como Partido necessário e insubstituível na sociedade portuguesa na defesa dos interesses da população, pensamos que no futuro a nossa acção deverá ser orientada para aumentar a influência do Partido na mobilização social de sectores como a juventude, os trabalhadores das empresas, o movimento sindical e a ligação às populações pelo reforço do trabalho dos eleitos comunistas no Poder Local.

Intervenção da Direcção da Organização Regional de Vila Real



Fernando Mendes
Membro do Secretariado da Direcção da Organização Regional de Vila Real

Os acontecimentos no leste e no mundo, as maiorias do PSD, os caciquismos locais, os menores recursos financeiros e de quadros no Partido, agravaram dificuldades, provocaram desânimos, entristeceram a organização e os militantes. Não interessa negá-lo, nem escondê-lo.

Com menos quadros funcionários e menos dinheiro, operamos uma viragem no trabalho - concentramos os nossos esforços nos concelhos e sectores mais importantes e responsabilizamos diversos militantes.

A questão põe-se assim: ou os da terra assumem, ou os problemas não se resolvem com apoios de fora. E em vários locais há camaradas que têm vindo a assumir essa responsabilidade. Durante anos habituamos mal a organização, esta inversão, este assumir é lento e difícil, mas não há outro caminho. A própria Direcção Regional reflecte essa dinâmica e o nosso

O distrito de Vila Real é uma região atrasada, abandonada, com naturais dificuldades para o trabalho do Partido. Não nos vimos para aqui lamentar. Aquilo que vos trago em nome da DORVIR do PCP é a informação de como tentamos superar as dificuldades.

PCP

congresso
PCP

Tribuna do Congresso

objectivo é que em cada concelho exista um coordenador do Partido.

Uma parte importante da nossa atenção vai para a agricultura e o movimento camponês - região do Douro com o seu vinho de fama mundial, o Norte do distrito com uma agricultura - mais pobre. O Partido está atento, toma posições públicas, coloca os problemas na Assembleia da República, divulga nas rádios, distribui nas feiras e mercados. Damos todo o nosso apoio ao movimento camponês e as lutas saltam - são os baldios, os produtores de vinho, os criadores de gado, os pastores e tantos outros.

Podemos afirmar que quer nos problemas agrícolas, quer nas minas e empresas que encerram, quer nos problemas locais, regionais ou até mais vastos não há semana que passe em que não se ouça a voz e as propostas do PCP.

Não nos encolhemos a olhar para o umbigo - saímos para a rua, fazemos propaganda e sessões públicas, mobilizamos o Partido e as massas - não fazemos tudo o que desejaríamos, mas fazemos muito.

O distrito tem vindo a ser abandonado pelo Governo PSD. Podem dizer que não há desemprego - mas há falta de emprego, os jovens e menos jovens continuam por isso a

emigrar. E isto dificulta a acção do Partido porque não poucas vezes os militantes emigram e temos de recomeçar tudo.

Se queremos continuar a renovar o Partido - temos de trazer nova gente. Esta tem sido também a nossa aposta - ganhar a juventude, ajudar a construir a JCP no distrito. Não pode ser um trabalho só lá para os jovens e a JCP - tem de se empenhar todo o Partido. Já temos núcleos em vários concelhos, temos lutas quer no secundário, quer no superior e cada mais jovens se inscrevem na JCP e temos inclusive aqui delegados jovens do distrito. Podemos ter confiança - está aí uma geração jovem, boa, dinâmica e irreverente, em que muitos caminham para nós e ao nosso lado.

Para terminar - a preparação do Congresso. Não foram Assembleias com muita gente e muita discussão, mas fizemo-las em todos os 14 concelhos do distrito. E de todos estão aqui delegados e em muitos concelhos serviram também já para calendarizar a nossa actividade e arrancar com as listas para as autarquias.

Em suma, camaradas, no distrito de Vila Real o Partido existe, vive e luta e há muito partido para construir, muito partido para lutar.

da política económica e monetária do Governo (nomeadamente a valorização do escudo e as altas taxas de juro, preços de energia, etc.), não só estão a agudizar todas as deficiências e debilidades da indústria têxtil como a impedir a sua modernização e reestruturação.

A par da crescente desorganização do sector, em que se acentuam todos os fenómenos da economia paralela, da concorrência desleal e do salve-se quem puder, aprofundam-se escandalosamente as desigualdades sociais na região, assentando cada vez mais a frágil subsistência da indústria têxtil, na brutal exploração dos trabalhadores, nos baixos salários, no trabalho infantil, nas jornadas de trabalho de 10 e mais horas, nos atentados mais desumanos aos direitos e liberdades dos trabalhadores, como há dias foram publicamente denunciadas no Tribu-

nal de Opinião Pública realizada em Braga pela União dos Sindicatos de Braga.

Esta é a dura realidade da nossa região, na indústria têxtil, como noutros sectores industriais, metalurgia ou construção civil, a qual ilustra, de forma inegável, as análises apresentadas nas Teses.

A luta dos trabalhadores no distrito de Braga contra esta situação, o papel de destaque dos comunistas na denúncia, na apresentação de propostas para a sua resolução, na condução da luta, apesar das inúmeras dificuldades, objectivas e subjectivas, com que se defrontam, confirmam aqui também a justeza do que nos Estatutos, no seu artigo 12º está inscrito - o PCP é a vanguarda da classe operária e de todos os trabalhadores portugueses -, não só por ser esse o nosso desejo, mas porque corresponde a uma verdade pela qual continuaremos a lutar com firmeza e convicção.

Intervenção da Direcção da Organização Regional de Viseu



António Macário
Membro do Executivo da Direcção da Organização Regional de Viseu

Encarregou-me a DORV de transmitir ao XIV Congresso o resultado da reflexão realizada nos trabalhos preparatórios em torno de uma questão de extraordinária importância para o nosso trabalho: a não correspondência entre a influência político-partidária e eleitoral com a influência social.

Esta é uma situação que verificamos no dia-a-dia da nossa luta.

Muitos comunistas no distrito de Viseu, homens, mulheres, jovens, que são dirigentes sindicais, de organizações de agricultores e de baldios, de associações de estudantes, de associações culturais e recreativas, têm um elevado prestígio na sua classe, no meio onde actuam, nas localidades onde vivem, mas não tem sido fácil transformar esse prestígio individual em resultados políticos e eleitorais favoráveis. A luta e a influência sociais não se transformam automaticamente em influência política e eleitoral. Aqui cabe dizer que os resultados políticos se têm alcançado mais facilmente (reforça-se o prestígio do nosso Partido, consegue-se uma maior abertura para o nosso trabalho e um maior reconhecimento do papel do PCP), mas no plano eleitoral pesam outras dinâmicas e outros factores que inibem a transformação do apoio social em apoio eleitoral: a falta de uma perspectiva clara de alternativa ao poder do PSD, o peso de uma cultura anticomunista cultivada persistentemente nos meios de comunicação e no aparelho de poder e aumentada pelos acontecimentos na URSS e nos países

do Leste da Europa e as pressões e mesmo ameaças de carácter político e profissional, são factores que não podem ser subestimados.

Têm também grande importância as dificuldades de carácter organizativo do Partido e o facto de muitos membros do Partido que actuam nos sindicatos, em outras organizações sociais, em colectividades, etc., considerarem não ser necessário nem útil organizar partidariamente essa actuação e o seu trabalho afirmando mesmo "quando entro no sindicato ou na colectividade deixo o Partido à porta", ou "política só faço às 4^{as} feiras na Junta de Freguesia". São formas de fugir à prestação de contas (que em muitos casos não é feita sequer perante os associados) e são actuações que prejudicam seriamente o trabalho do Partido na luta pelos seus legítimos objectivos políticos. Existe por vezes a ideia de que todos se podem organizar partidariamente, mas que isso é vedado aos comunistas. Pontuais situações de sectarismo também não têm contribuído para o alargamento da nossa influência.

Grande parte da nossa actividade de comunistas é virada para animar a luta contra as medidas do Governo. Só esta luta tem impedido o Governo de ir ainda mais longe no seu ataque ao regime democrático. Mas é fundamental para a afirmação do Partido e para o seu reforço eleitoral a afirmação do nosso Programa e do nosso projecto de sociedade. Para tal os militantes devem conhecê-lo, divulgá-lo e defendê-lo. Ora, o que acontece é que o nosso projecto para "Uma Democracia Avançada no Limiar do Século XXI" não foi ainda assimilado por grande parte dos militantes do Partido na região.

No próximo ano vão realizar-se eleições para as Autarquias Locais. Não é uma batalha fácil no distrito de Viseu, mas encaramo-la com confiança. Temos um Partido coeso e unido, com homens, mulheres e jovens prestigiados e profundamente ligados à vida e à luta do nosso povo. Temos um amplo espaço para trabalhar e um Projecto para um Portugal melhor. Vamos conseguir.

Intervenção da Direcção da Organização Regional de Braga



Francisco Vieira
Operário têxtil
Membro da Direcção da Organização Regional de Braga

Tendo em conta os limites de tempo, propomo-nos, trazer a este nosso Congresso, alguns dos aspectos mais marcantes da crise da indústria têxtil, das suas incidências económicas e sociais e as experiências da nossa intervenção sobre esta grave situação vivida no nosso distrito, dada a sua importância regional e nacional e porque ilustra a justeza das análises e orientações propostas nas Teses, nomeadamente as referentes à evolução da situação económica e social de Portugal e às consequências da integração europeia.

Confirmando, quer as análises feitas pelo Partido nas Jornadas sobre o Sector Têxtil realizadas há mais de um ano em Guimarães, quer as posições do movimento sindical, a evolução da crise do sector têxtil é no sentido do seu agravamento. Tal situação resulta, no essencial, da manutenção dos factores fundamentais que a determinam, quer no seu aparecimento, quer no seu desenvolvimento. As medidas que o Governo vem declarando e procurando concretizar, embrulhadas num crescente número de siglas e de promessas de milhões de contos, têm-se mostrado, na prática, ineficazes e insuficientes para travar o crescente número de empresas a falir ou em vias de encerramento, ou com graves problemas de laboração, arrastando consigo milhares de trabalhadores para o desemprego e para a existência de um número, nunca visto, de trabalhadores com salários e subsídios em atraso - cerca de 10 mil. Contrariamente ao que o Governo procura fazer crer, as razões fundamentais da crise na indústria têxtil radicam na subordinação da sua política económica e social à reconstrução dos grandes grupos financeiros e à integração na Europa dos monopólios das estruturas da economia portuguesa. A conjugação dos atrasos estruturais existentes nas diferentes áreas do sector, a par dos factores decorrentes

Intervenção da Direcção da Organização Regional do Algarve



Mário Sousa
Membro do Executivo da Direcção da Organização Regional do Algarve

Em nome dos comunistas do Algarve saúdo os delegados e convidados presentes. Desejo também transmitir uma saudação muito particular ao camarada Álvaro Cunhal.

Ao longo de meses a organização do Algarve empenhou-se na mobilização do Partido para a preparação do Congresso. A par de um cuidado trabalho organizativo, promoveu múltiplas iniciativas, cujos resultados nem sempre traduziram o esforço desenvolvido.

Os debates realizados na terceira fase preparatória confirmaram dificuldades de mobilização, na leitura e estudo crítico dos documentos. Nem por isso deixou de ser um debate amplo e vivo, bem patente nas 85 Assembleias Plenárias, reuniões e outras iniciativas realizadas com um total de 1636 presenças e nas várias propostas de emendas aos documentos.

No Algarve os sucessivos Planos de Desenvolvimento Regional, da competência exclusiva da CCRA, têm sido meros somatórios de projectos desarticulados, sem instrumentos financeiros, nem estratégia de desenvolvimento capaz de responder às inúmeras fragilidades da economia regional.

Os resultados estão à vista. No plano económico, continua a afunilar-se no turismo a actividade regional. Reduz-se drasticamente na economia o peso de sectores tradicionais como a agricultura, as pescas e as indústrias transformadoras afins, que correm o risco de sucumbir perante o peso dos parceiros mais fortes e organizados da Comunidade Europeia e até de outros mercados produtores altamente competitivos.

No plano social, avoluma-se a precariedade e a insegurança do emprego. Centenas de trabalhadores permanecem com salários em atraso, muitos dos quais na hotelaria, ou seja, na principal actividade económica da região.

As carências de habitação e serviços de saúde pública, o insucesso escolar a atingir níveis preocupantes, o aumento da criminalidade, marginalidade e toxicodependência, com incidência particular na juventude, caracterizam uma região que continua a viver sem projecto coerente. A situação é marcada pela artificialidade e pelo improviso irresponsáveis. Desperdiçam-se energias e recursos, sacrificados à política do imediato.

O planeamento regional exige a participação das forças sociais da região. Só assim, podem definir-se as políticas ajustadas às necessidades concretas, num quadro complementar com as comunidades locais e na perspectiva do aproveitamento das energias e empenhamento das populações.

Neste contexto, impõe-se a necessidade de prosseguir o processo legislativo tendente à aprovação da Lei de Delimitação das Regiões e da Lei das Finanças Regionais para que se possa instituir a Região Administrativa do Algarve.

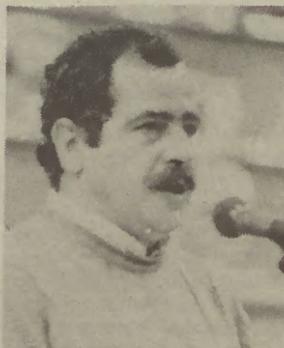
Tal como em relação a outros problemas nacionais, também no que à regionalização diz respeito, o que está em causa é alterar a política que desenvolve o Governo de Cavaco Silva, substituindo-a pela política de um Governo democrático.

O Partido no Algarve mantém uma elevada iniciativa política, em muitos casos superior às forças disponíveis no plano da sua militância e tem respondido, graças à dedicação e ao trabalho de um importante conjunto de quadros dirigentes capazes de desenvolver as tarefas mais modestas e as que exigem um maior grau de especialização e experiência política.

Continuamos a trabalhar, procurando manter uma intensa e criativa actividade, porque só assim será possível ampliar a mobilização, aumentar a influência do Partido, procurando trazer à actividade novos quadros, novas forças, capazes de responder às dificuldades e desafios que o futuro nos reserva.

Pela democracia e o socialismo - o futuro de Portugal.

Intervenção da Direcção da Organização Regional da Guarda



José Manuel Costa

Membro do Secretariado da Direcção da Organização Regional da Guarda

A política económica e social do Governo PSD não promove o desenvolvimento e, como referem as Teses, gera situações de bloqueamento económico com custos sociais ele-

vados nos trabalhadores e na restante população do distrito. São exemplos actuais, os despedimentos na REICAB na Guarda, os salários em atraso na FISEL em Seia, os despedimentos fraudulentos, sem indemnização, de todos os trabalhadores do Hotel das Caldas em Manteigas, em que os trabalhadores da INATUR são agora contratados a prazo do INATEL; são também exemplos dessa política, as tentativas de aplicação do pacote laboral nas Vaz Leal em Loriga, assim como a crise na agricultura, sem apoios, com preços de miséria pagos ao produtor e as dificuldades de escoamento de diversos produtos, vinho, fruta, o gado ou ainda a desactivação da fronteira de Vilar Formoso no fim do ano, sem apoios e alternativas, o que pode vir a transformar-se num desastre social. A falta de uma verdadeira política de desenvolvimento e

PCP

Tribuna do Congresso

de investimento do sector público em sectores tradicionais da agricultura e da indústria, assim como de outras medidas estruturais, agravada com a política anti-social levada a cabo pelo Governo PSD, é causa principal do atraso e da desertificação do interior. A emigração continua a ser uma saída para muitos trabalhadores, especialmente para os jovens que não aceitam situações de bloqueamento social e as condições gravosas de exploração. O distrito tem perdido muita mão-de-obra qualificada necessária ao lançamento futuro de empreendimentos económicos. A não fixação de técnicos é um ciclo de causa e efeito que dificulta o desenvolvimento. O Instituto Politécnico tem dificuldades em contratar doutorados e mestrados, por os mesmos não encontrarem na região os atractivos e as possibilidades de realização. A desertificação do distrito continua, confirmando-se pelo Censos/91 que diminuiu a população em todos os concelhos, com reflexo em todas as áreas. Damos como exemplo a Escola Secundária de Figueira de Castelo Rodrigo, onde numa área do 12º ano se inscreveram 13 alunos, tendo estes de ser transferidos para Almeida que fica a cerca de 30 quilómetros.

Em diversas iniciativas sobre o desenvolvimento regional apurámos que o distrito da Guarda tem potencialidades económicas e humanas

para proporcionar o desenvolvimento, se precedidas de uma nova política de efectivo apoio à agricultura e aos agricultores nas actividades de maior expressão e tradição, os vinhos maduros e generoso, a floresta, a fruta, os cereais, o queijo da serra e os pequenos ruminantes; de apoio à indústria têxtil e à instalação de indústrias agro-alimentares; de apoio e fomento do turismo, aproveitando e defendendo o riquíssimo património histórico e cultural. É indispensável uma estratégia global de desenvolvimento, com correspondentes investimentos públicos em infra-estruturas nas várias áreas: comunicações, ensino e cultura, saúde e outras. O investimento nas áreas sociais que podem promover o bem-estar da população é indispensável para as fixar e é em si mesmo, progresso e desenvolvimento. A regionalização, como refere o Projecto de Programa, é factor da diminuição das assimetrias regionais e um contributo para o desenvolvimento harmonioso do País e decisivo para levar à prática um projecto global de desenvolvimento do interior. A vida social e política na sua permanente mobilidade exige do Partido a capacidade de responder às novas situações e de protagonizar as necessárias transformações. O debate preparatório confirmou um amplo consenso sobre a linha política e o papel que cabe ao Partido na luta pelo progresso, a democracia e o socialismo.

tunísticos, como o que lhe foi dado pela UDP, captar inutilmente alguns votos que já eram contra o PSD.

A CDU/Açores teve globalmente um mau resultado eleitoral.

Descemos a votação e não conseguimos atingir todos os objectivos definidos.

Conseguimos, porém, com a excelente reconfirmação do mandato obtido em 88 nas Flores, manter presença e participação na Assembleia Legislativa Regional.

Aliás, o resultado obtido nessa Ilha, fruto do esforço realizado localmente pela organização do Partido e pela área da CDU, e fruto também da boa integração que a problemática específica daquela Ilha tem na acção regional do Partido, foi especialmente significativo por ter deixado de ter a natureza conjuntural que alguns quiseram atribuir-lhe exclusivamente, em 88.

O apelo ao chamado voto útil na mudança, a incompreensão de sectores progressistas, especialmente na Ilha de S. Miguel, sobre a natureza, fraqueza e objectivos da proposta descaracterizadora do PS, levou à penalização da

CDU, com óbvias desvantagens para a luta política subseqüente.

A luta continua e a acção do nosso Partido e da CDU/Açores também.

O PSD/Açores está a realizar uma séria ofensiva, na qual sobressai, desde já, a intenção de revogar diversa legislação aprovada no período em que não dispôs de maioria absoluta. A revogação, já proposta, da Remuneração Complementar para a Administração Regional e Local insere-se nessa ofensiva contra os trabalhadores.

Defendemos sempre e continuamos a defender a unidade de todos os sectores que lutam por uma mudança e se identificam com o sistema constitucional da autonomia. Mas temos que ter presente que só com o reforço da nossa própria capacidade de intervir na sociedade e da nossa própria capacidade de gerar uma maior expressão eleitoral, poderemos ter condições de contribuir para a mudança regional que é urgente.

Com o apoio de todo o Partido, procuraremos trabalhar nesse sentido.



O Programa do PCP, a que o Congresso vai introduzir alterações, aponta as medidas necessárias, que no caso concreto do distrito de Bragança se deverão adequar à realidade local.

Para impedir o agravamento das assimetrias regionais e o atraso cada vez mais acentuado do distrito de Bragança é necessário uma estratégia de

desenvolvimento que tenha em conta nomeadamente:

- o aproveitamento, a mobilização e a gestão adequada dos recursos naturais (agropecuários, florestais, cinegéticos, minerais, hídricos, energéticos e turísticos);

- o aproveitamento e valorização dos recursos humanos, criando condições para que os nordestinos se fixem na sua região.

Intervenção da Direcção da Organização Regional de Santarém



Joaquim Jorge Ferreira
Membro do Executivo da Direcção da Organização Regional de Santarém

o desmembramento da empresa com a perspectiva de entregar os sectores rentáveis à exploração privada, o encerramento de linhas, ramais, estações, apeadeiros, mesmo com prejuízo das populações e do desenvolvimento económico. Diminuição da qualidade dos serviços prestados, menos segurança, pior manutenção com a degradação de instalações, da via, da própria exploração e um descarrilar para a extinção selvagem de postos de trabalho sem quaisquer critérios e depois de provado que esta solução não resolve nem visa resolver os problemas da empresa.

Este não é o caminho para a solução dos problemas da CP. Por nós, insistimos que a alternativa passa por um verdadeiro projecto de reestruturação e modernização e para isso os trabalhadores apresentaram propostas que pretendem ver implementadas a partir de uma mesa de negociações sérias.

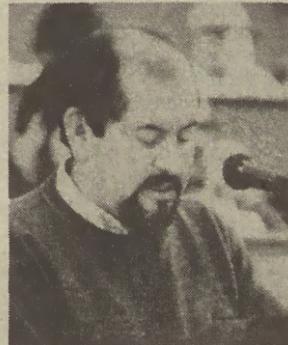
Consideramos o balanço preparatório do Congresso no distrito com aspectos muito positivos mas aquém dos nossos objectivos de discussão e de participação. O debate foi vivo sobre as Teses, Programa e Estatutos e na maior parte dos casos sobre a situação política nacional, internacional e as questões do Partido, onde teve lugar a crítica e a autocrítica, assumidas com naturalidade, franqueza e frontalidade.

É clara a compreensão quanto à validade da luta contra o capitalismo, quanto à validade do projecto e do papel do PCP na sociedade portuguesa, quanto ao seu ideal comunista, quanto à sua natureza de classe. É com este entendimento que os membros do Partido no distrito se identificam e apoiam os documentos e as propostas neles contidas.

Trazemos aqui as nossas experiências, dificuldades e preocupações, as nossas propostas e a vontade de continuar a batalha. Levamos a certeza e a confiança renovada para prosseguirmos firmes a luta. Com o nosso empenho, sem regatear esforços, procuraremos levar por diante as decisões aqui tomadas e as tarefas regionais que nos esperam.

Conscientes da importância de prosseguir a luta nas várias frentes, bem como o reforço do Partido, as próximas eleições autárquicas assumem importante papel particularmente num distrito em que temos tão grandes responsabilidades.

Intervenção da Direcção da Organização Regional de Bragança



Serafim Brás da Silva
Membro da Comissão Executiva Nacional

concelhos atravessados pela futura IP4 (Bragança/Macedo/Mirandela), os quais concentram 50% dos habitantes do distrito.

A desertificação tende a acentuar-se se não for travada a política de direita do Governo PSD/Cavaco Silva. A emigração tem vindo a aumentar, bem como a deslocação para as regiões do litoral.

A emigração sazonal e temporária ainda agravam mais a situação.

As nossas aldeias são cada vez mais depósitos de idosos. Os jovens e as pessoas de meia idade foram partindo. As crianças são cada vez menos.

No início do ano lectivo, por escassez de alunos, nos 5 concelhos do Norte do distrito, não abriram as portas 28 escolas do Ensino Primário, 8 Jardins de Infância e 5 Tele-Escolas.

Com o agravamento da situação social - encerramento de empresas, despedimentos e rescisões forçadas de contratos de trabalho, supressão ou transferência de serviços para outras regiões - a situação vai piorar. Desde há um ano verificou-se:

- o encerramento da maior empresa do distrito - o CAICA;
- o fecho do troço entre Mirandela e Bragança da linha férrea do Tua;
- o encerramento ou redução de pessoal nas delegações locais da EPAC;
- a transferência de quadros e outro pessoal da TELECOM e dos CTT;
- o encerramento das salas de ordenha do Planalto Mirandês.

A reestruturação dos serviços do Estado não se faz tendo em conta as necessidades da comunidade, mas apenas para reduzir despesas e postos de trabalho.

Quando se aproxima o fim do período de integração europeia, constata-se que os fundos estruturais não foram convenientemente aproveitados, havendo uma ausência quase absoluta de investimentos produtivos.

Para resolver os problemas é necessário uma política que ponha travão à sangria populacional que o Nordeste Transmontano vem a sofrer.

No decurso da preparação do Congresso realizámos no distrito de Bragança 9 Assembleias Plenárias, que abrangendo os 12 concelhos, elegeram os 14 delegados da região.

A discussão fez-se também em reuniões de organismos, tendo o debate culminado com uma reunião de quadros, em que participaram camaradas dos 4 concelhos com maior implantação do Partido.

Nas assembleias e reuniões verificou-se um generalizado apoio às propostas de documentos apresentados para debate. Mas verificou-se também que um elevado número de camaradas presentes não lera os Projectos em discussão.

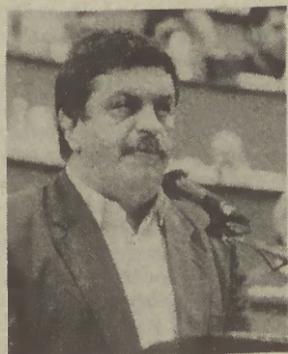
Desde o XIII Congresso, data da criação da Direcção da Organização Regional de Bragança, acentuou-se o processo de desertificação do Nordeste Transmontano. Na última década o distrito perdeu 26 mil habitantes, 14% da sua população.

As perdas são generalizadas (as excepções são a capital de distrito e meia dúzia de vilas) mas verificam-se, como refere o Projecto de Resolução Política, também no distrito de Bragança duas situações diferenciadas:

- uma área fronteiriça cada vez mais desertificada, empobrecida, havendo perdas que atingem os 26% em Vimioso e 21% em Vinhais;

- uma área com perdas mais reduzidas e crescimento de alguns meios urbanos, que, no essencial, corresponde aos

Intervenção da Direcção da Organização da Região Autónoma dos Açores



José Decq Mota
Membro da Comissão Executiva Nacional

A evolução da situação específica da Região Autónoma dos Açores está, indubitavelmente, marcada pelos resultados das recentes eleições regionais, nas quais o PSD/Açores renovou, pela quinta vez consecutiva, a maioria absoluta no Parlamento Regional.

Não se pense porém que a obtenção, pelo PSD, de tal resultado deriva de uma situação de imobilismo social e político na Região. De facto, nos últimos 4 anos verificaram-se desenvolvimentos muito marcados pelo crescimento do descontentamento político e social em todas as Ilhas. Tais desenvolvimentos chegaram a ter repercussão na própria área do PSD, onde se verificaram demissões e divisões de diverso tipo. Dessas divisões chegou a resultar a perda pelo PSD da maioria absoluta parlamentar durante mais de um ano.

No plano social também cresceu a capacidade de expressar o descontentamento, nomeadamente no que respeita à actividade específica de alguns sectores sindicais.

De toda essa evolução política e social realizada entre 88

e 92 resultou a expectativa legítima de que seria possível, nas eleições de Outubro passado, retirar a maioria absoluta ao PSD. Tal expectativa assentava também no facto de em 88 a maioria absoluta ter sido tangencial e no facto de em 92 o PSD se apresentar dividido em algumas Ilhas. Essa expectativa não foi, porém, confirmada.

Muitas e complexas serão as razões de facto. Mas três há que a DORAA entende dever realçar perante este nosso Congresso.

Em primeiro lugar há que sublinhar que uma mudança política na nossa Região exige um esforço mais profundo dos diversos sectores da oposição no sentido de modificar a correlação das forças em presença. Não basta constatar a existência de descontentamento, nem basta esgrimir politicamente nas instituições. É necessário criar as condições para que do descontentamento nasça a alternativa.

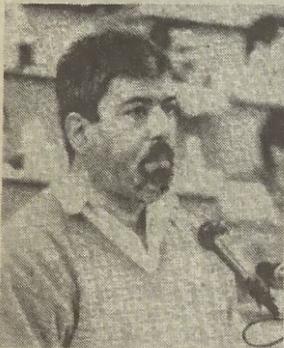
Em segundo lugar há que sublinhar a enorme manipulação pré-eleitoral realizada pelo Governo Regional e pelo PSD. Basta referir o facto de em Setembro de 92 terem sido distribuídos, nos sectores rurais, cerca de 4 milhões de contos em subsídios, para se perceber a dimensão dessa manipulação.

Em terceiro lugar não se pode deixar de referir a especial responsabilidade do maior partido da oposição, o PS, que, aliando-se a um grupo de personalidades de direita e extrema direita e lançando uma cruzada contra os outros sectores oposicionistas, nomeadamente a CDU, descaracterizou a luta política, perdeu capacidade de captar votos descontentes na área do PSD, desacreditou a possibilidade de uma alternativa e apenas conseguiu, com alguns apoios oportu-

PCP

Tribuna do Congresso

Intervenção da Direcção da Organização Regional da Região Autónoma da Madeira



Leonel Nunes
Coordenador da DORAM
Membro do Secretariado da USAM

Na nossa região, o período de preparação do Congresso esteve em grande parte ocupado pela campanha para as eleições regionais de 11 de Outubro, tal facto prejudicou a discussão dos documentos para o Congresso, mas, por outro lado implicou o reforço da nossa prática política, da ligação do Partido às massas e do alargamento da sua influência na Região. Como sabeis recuperámos um lugar de deputado na Assembleia Regional da Madeira.

Pensamos, camaradas, que o trabalho desenvolvido e os resultados obtidos foram uma boa contribuição para o prestígio e reforço do nosso Partido e como tal para o nosso Congresso Nacional.

Invertimos a tendência de descida que vínhamos tendo há já alguns anos, nos actos eleitorais. Conseguimos mesmo igualar os melhores resultados conseguidos na Região. Não conseguimos entretanto atingir integralmente os nossos objectivos, que passava pela eleição de dois deputados, nomeadamente a de um dirigente regional do Partido. Mas a personalidade do candidato independente que foi eleito, dá-nos confiança quanto ao trabalho que será realizado na Assembleia Regional, e constitui um importante passo na política de unidade que o nosso Partido tem defendido na Madeira. É evidente o desejo de acções comuns, por parte daqueles que se opõem ao asfíxiante poder do PSD, mas os interesses pessoais dos dirigentes do PS e da UDP têm impedido a concretização desse desejo. No entanto, apesar deste panorama, desde há alguns anos o Partido vinha realçando o importante papel de grupos católicos, que se destacavam no marasmo da vida política regional. E, por outro lado, a UDP regional veio a sofrer fortes conflitos internos, fruto da política oportunista de alguns dos seus dirigentes. Nestas últimas eleições foi possível alargar a unidade em ambas as direcções, sendo legítimo esperar que se alargue ainda mais no futuro. Uma outra questão, que sendo um problema nacional da actividade política do Partido, nós sentimos particularmente na Região é que, mesmo tendo aumentado a nossa votação em mais de 50%, os nossos resultados eleitorais estão muito longe de corresponder à nossa influência social. Sendo certo que há factores objectivos que influenciam grandemente esta situação, pensamos, entretanto, que muito há a fazer naquilo que depende da nossa actividade.

Parece-nos, que a frente de trabalho eleitoral tem que ter o melhor tratamento da parte das organizações do Partido e não pode ser vista mecanica-

mente como a soma da influência de massas mais a colagem de cartazes. Sem enfraquecer ou prejudicar minimamente as nossas tradicionais frentes de trabalho, supomos que será possível e desejável, que as organizações abordem a luta eleitoral como uma frente de trabalho específica e permanente de acordo com a realidade concreta de cada região. Entretanto, camaradas, batemo-nos com grandes dificuldades de organização, de quadros e de participação dos militantes na vida do Partido. O alargamento da nossa influência política eleitoral, o reforço da influência do Partido no movimento sindical e até em alguns sectores da juventude, assim como uma maior ligação

do Partido às populações e aos seus problemas, não foi acompanhado do reforço e do aprofundamento da nossa estrutura orgânica. Estamos num momento de reflexão acerca deste problema e começamos já a encontrar algumas soluções de direcção e organização que nos permitam dar resposta a estas dificuldades.

Gostaríamos de, nas eleições autárquicas que estão à porta, aumentar ainda mais a nossa votação e levar aos órgãos do Poder Local da Região, o trabalho, a honestidade e a competência dos comunistas e seus aliados para bem da população da Madeira e do Porto Santo.

A situação na Emigração



João Armando
Membro da Comissão de Trabalho e Emigração do PCP

Em nome dos comunistas emigrados saúdo o XIV Congresso, certos de que com a sua realização o Partido sairá mais reforçado.

Portugal continua a ser marcado por uma emigração extremamente numerosa.

Naturalmente, caberia ao Governo dedicar atenção aos problemas que os emigrantes sentem e sofrem por todo o Mundo.

Mas não é assim que procede!

Com efeito, ao mesmo tempo que faz grandes tiradas eloquentes sobre as comunidades portuguesas, como "elemento estrutural da Nação Portuguesa" e que se farta de falar dos emigrantes de sucesso, afirma que Portugal já não é um país de emigração.

Entretanto, nós assistimos ao desmantelamento do SEE, ao encerramento de muitas empresas e à miséria dos nossos agricultores.

Tudo isso tem arrastado para o desemprego milhares de trabalhadores, que são obrigados, por isso, a emigrar, sendo muitos deles enganados por empregadores sem escrúpulos.

Nós assistimos à desertificação de regiões do nosso país.

Nós assistimos, lá fora, num cada vez maior número de países, a situações de grandes dificuldades em que vivem as comunidades portuguesas, nomeadamente no Brasil, EUA, França e RFA, para só citar os mais importantes.

Já o dissemos e reafirmamos: os governos do PSD/Cavaco Silva foram os que mais prejudicaram os emigrantes. Factos não faltam para o confirmar.

Foram os acordos com a França, em matéria de abonos de família, que atribuiu valores inferiores aos estabelecidos pela legislação comunitária.

É a legislação relativa às pensões e reformas aos ex-

-emigrantes, que é discriminatória e atribui-lhes valores irracionais.

Não reage ao encerramento de cursos de portugueses (criados na base de acordo bilateral) no ensino oficial francês.

Ao mesmo tempo não deu resposta, até hoje, aos pedidos de abertura de cursos de portugueses feitos no início do ano escolar nas localidades de Nemours em França e Neuchâtel na Suíça.

Ameaça encerrar consulados na Europa e extinguir as delegações do IAECP, reduzindo ainda mais o já fraco atendimento e apoio aos emigrantes.

Desmantelou a única estrutura existente de consultas às CP formada com base no movimento associativo. Criou por Decreto-Lei outras estruturas que não funcionam porque estão divorciadas das realidades da emigração.

A emigração portuguesa continua a caracterizar-se na sua imensa maioria por trabalhadores por conta de outrem.

Mas é uma realidade com características diferentes e muito dispersas.

No entanto é fácil encontrar membros das comunidades portuguesas a intervir e a lutar em defesa dos interesses específicos e mesmo nas lutas mais gerais dos trabalhadores nos países onde vivem.

Eis alguns exemplos:

Recentemente em Toronto (Canadá) um movimento grevista paralisou uma empresa, a maioria dos trabalhadores eram portugueses.

Em França, na região de Paris, os trabalhadores de uma empresa de construção civil paralisaram durante algumas horas como forma de protesto pelas condições de trabalho, também lá estavam portugueses.

O ditador Suharto foi a Paris, portugueses concentraram-se à entrada do hotel onde ele está para exigir a independência de Timor.

Na Suíça, durante o mês de Novembro, realizaram-se vários plenários sindicais que contaram com a presença de centenas de trabalhadores portugueses.

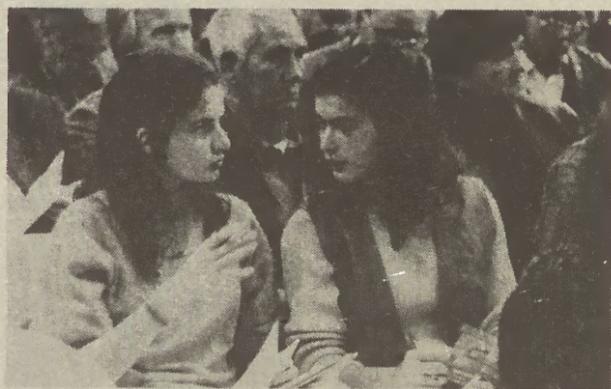
Ainda em França, o movimento associativo acaba de realizar o II Congresso da Comunidade Portuguesa de França.

Precisamente neste fim de semana, está a decorrer no Luxemburgo o I Encontro de responsáveis sindicais portugueses na Europa, para analisar a situação dos trabalhadores portugueses.

Terminava fazendo uma

referência ao abaixo-assinado, promovido por membros das comunidades portuguesas em oito países da Europa, que está a circular, onde exigem do Governo português soluções para problemas concretos, tais como o apoio consular e o ensino do português.

Os comunistas portugueses emigrados, ao mesmo tempo que estão envolvidos nestas acções, estão também eles empenhados na luta por uma alternativa às políticas de direita no nosso país.



Intervenção da Direcção da Organização Regional de Castelo Branco



Jorge Amorim
Membro da Direcção da Organização Regional de Castelo Branco

O distrito de Castelo Branco, com mais de 200 mil habitantes, sendo muito visitado por ministros e secretários, não deixa, por isso, de ser dos mais desfavorecidos e abandonados pelos governos de direita. Prova disso, o envelhecimento e desertificação, sobretudo dos concelhos rurais, levando à perda, na última década, de 20 mil habitantes. Não há dinheiro para o Interior, como se vê nos Orçamentos de Estado onde as receitas vão minguando.

A política ruinosa do Governo PSD conduz sectores tão importantes como os lanifícios e a agricultura para a falência. A captação de novos ramos para a região esbarra com as piores vias rodoviárias e ferroviárias. Degradam-se as condições de vida, aumenta a

instabilidade de emprego. O nosso Partido é a força política mais empenhada na luta pelo desenvolvimento regional. Tem propostas concretas e viáveis, apontadas na 2ª Assembleia de Organização e no nosso quotidiano. Entre outras, destacamos:

- A defesa dos lanifícios: este sector e o vestuário abrangem cerca de 12 000 trabalhadores, 73% dos postos de trabalho da indústria no distrito. Defendemos a integração dos lanifícios no programa global da indústria têxtil. Reivindicamos que a reestruturação deve assegurar os postos de trabalho. Defendemos um segundo PEDIP de apoio ao sector laneiro.

- Lutamos pela diversificação das actividades económicas, a instalação de novos ramos e empresas. Defendemos a implementação de uma Operação Integrada de Desenvolvimento. Reivindicamos a urgente execução do Projecto de Regadio da Cova da Beira, a construção do Hospital Distrital da Cova da Beira, a construção do troço entre Castelo Branco e Guarda da IP2, a remodelação e electrificação da via férrea da Beira Baixa. Castelo Branco não é pobre, tem recursos e potencialidades!

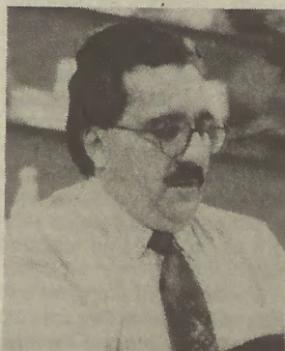
Entre esses recursos contam-se os 275 000 hectares de floresta, nos últimos anos flagelada por 2125 incêndios, muitos dos quais de origem criminosa, que destruíram 46 083

hectares, 17% da floresta distrital. O Governo não está a defender a floresta! Sugerimos que em 1993 se realize uma grande iniciativa em defesa da floresta, abrangendo os distritos do Centro do País mais afectados pelos fogos.

Nos debates preparatórios para o Congresso realizaram-se 31 reuniões, debates e assembleias com cerca de 490 presenças. Houve debates vivos e participados mas houve também outros fracos. Constatámos dificuldades na leitura dos documentos, sendo evocada a sua extensão. Todavia, as Teses, as alterações ao Programa e Estatutos mereceram a aprovação, e muitos militantes destacaram a sua importância. Desde a 2ª Assembleia deram-se passos no reforço do nosso trabalho sindical, autárquico, camponês. O Partido esteve no centro das lutas e iniciativas. Realizámos obras de vulto no Centro de Trabalho da Covilhã, dando lugar a uma alteração na vida do Centro, hoje frequentado todas as noites por dezenas de estudantes universitários e militantes.

As Teses destacam as questões de organização. No nosso distrito, uma das tarefas prioritárias é o aprofundamento dos problemas de organização, sobretudo no plano das principais concelhias e empresas. Coloca-se a necessidade de realizar, em 1993, a 3ª Assembleia da Organização Regional.

Intervenção da Direcção da Organização Regional de Leiria



José Luís de Sousa
Membro da Comissão Concelhia da Marinha Grande e Membro da Direcção da Organização Regional de Leiria

A identidade de pontos de vista da esmagadora maioria dos militantes do distrito de Leiria foi o traço marcante do debate preparatório deste nosso XIV Congresso. Foi da confrontação da nossa realidade regional com as análises e direcção de trabalho propostas nas Teses e no Programa que nos deram a segurança de podermos afirmar a justeza das orientações propostas.

Na agricultura vive-se uma situação dramática. O sector frutícola, para além dos altos custos de produção e da falta de meios para promover a renovação dos pomares, enfrenta a crescente concorrência estrangeira. Quem investiu na modernização vive a ameaça de ficar sem terra por insolvência. A produção vinícola não tem procura e os preços são de tal forma baixos que não são compensadores. Na produção pecuária são também as dificuldades de escoamento e o esmagamento dos preços, e particularmente na produção suínica, a sua total dependência alimentar das rações a preços cada vez menos portáveis. Como se não bastasse, as explorações caseiras são ameaçadas por novos regulamentos higiénico-sanitários, que, aplicados nas condições que o Governo impõe, seria a sua completa liquidação. Escamoteando as suas responsabilidades no estrangulamento das produções tradicionais, que empurrou milhares de agricultores para a suinicultura à procura da sobrevivência, o Governo lava as mãos como Pilatos. Sem uma

política regional de ambiente, o Governo não assume as suas responsabilidades, e na mesma linha não resolve os graves problemas da água inquinada de Mira d'Aire, da despoluição da lagoa de Óbidos, da bacia do Liz ou da bacia de S. Martinho do Porto.

Nas pescas, e particularmente na de cerco, a situação não é melhor. Este ano os rendimentos dos pescadores caíram cerca de 50%. Milhares de toneladas de sardinha são devolvidas ao mar e, caricato, a indústria conserveira tem de importar grande parte da matéria-prima para sobreviver.

Na indústria transformadora, o seu traço geral é o contínuo avolumar das dificuldades, num processo de desindustrialização crescente.

A cristalaria, têxteis e limas definham a "olhos vistos". Na cristalaria, só no ano em curso, foram despedidos ou obrigados a rescindir contratos cerca de 600 trabalhadores. O sector limeiro está confinado a 300 trabalhadores. O sector têxtil tem seguido o mesmo caminho, com a agravante de se localizarem nos concelhos de mono-indústria. Nos plásticos

Tribuna do Congresso

A situação da agricultura portuguesa

está em marcha um processo de encerramento de algumas empresas. Nos últimos meses, tal como acontece no vidro, nas limas e nos têxteis reapareceram os salários em atraso, e perspectivam-se despedimentos de cerca de 700 trabalhadores.

Os fortes sectores que, como os moldes e a cerâmica, conheceram alguma expansão nos últimos anos, estão agora também em crise e durante o corrente ano dezenas de pequenas empresas encerraram.

No sector dos moldes, apesar de ter os mais elevados índices de investimento (e dos mais baixos salários do con-

junto dos países produtores), perde competitividade no mercado mundial. A desajustada política de educação e formação profissional de Cavaco Silva e do patronato tem aqui um bom exemplo da sua ineficácia.

O sucesso e as ilusões cavacistas estão agora à vista. Mais desemprego, mais trabalho precário, contenção salarial, repressão e despedimentos de activistas sindicais.

A organização, a luta e a intervenção do nosso Partido é agora mais decisiva na procura de uma alternativa democrática que defenda os interesses do nosso povo.



Carlos Amaro

Membro da Comissão de Agricultura Junto do Comité Central

Doze anos da responsabilidade do PSD e seis anos após a adesão à CEE, a agricultura vive uma das mais dramáticas crises da sua história recente.

A questão já não é a estagnação e o défice alimentar. É o retrocesso e desaparecimento da agricultura em muitas regiões. É o declínio acelerado do mundo rural.

Num tempo em que ideólogos e oportunistas anunciam a convergência do capital e do trabalho; se procura remeter o processo social para o âmbito da tecnocracia - a política agrícola de direita é apenas um exemplo da inconsistência destas profecias.

A situação da agricultura não resulta de condicionamentos naturais ou estruturais, ou de menor capacidade profissional dos agricultores. Não é atribuível linearmente à CEE. Sendo certo que a agricultura, como o PCP preveniu, seria o sector mais atingido, não se podem eludir as graves responsabilidades do Governo. O descalabro do sector agrícola é devido à política de classe da direita pela qual o PSD é responsável em 1º lugar. Mas o PS tem também de ser responsabilizado pelo que fez, pelo apoio e silêncios face à política do PSD: a liquidação da Reforma Agrária, iniciada pelo PS; a política de emparcelamento; os ataques aos baldios; a insegurança dos rendeiros; a discriminação dos pequenos agricultores nos subsídios; o desmantelamento da EPAC, Juntas, matadouros, e o domínio do grande capital; a crise no sector cooperativo, perda de mercados; ruptura financeira; a entrega à CAP de serviços e dinheiros e a marginalização da CNA; a concentração vertical de capitais e terra nos sectores mais rentáveis - Vinho do Porto, florestas, onde as celuloses dominam já cerca de 200 mil hectares.

A natureza de classe da política de direita caracteriza-se pela submissão ao capital transnacional. Atinge as diversas classes que intervêm no processo produtivo. Lesa gravemente o País: limitações ao investimento em sectores em que o País é deficitário; aceleração da redução dos preços enquanto os custos dos factores se mantiveram os mais elevados da CEE; liberalização dos mercados com a produção estrangeira a bloquear o escoamento da produção nacional; abdicção de um projecto de desenvolvimento no quadro da PAC.

Nos últimos cinco anos, gastaram-se 450 milhões de contos. Este investimento não é um mérito, mas a demonstração do fracasso desta política: a cobertura das importações agro-alimentares passou de 49% em 1986 para 38% em 1991; os rendimentos baixaram 28% enquanto na CEE aumentaram 6%; agravaram-se disparidades sociais e

regionais no País e face à CEE.

As explorações familiares são cada vez mais uma reserva de trabalho. Crescem as situações de pluriactividade e pluri-rendimento. A distribuição alimentar e agro-indústrias dominam a produção. Os agricultores tornam-se fornecedores de matéria-prima. De produtores autónomos, transformam-se em trabalhadores dos complexos empresariais agro-alimentares.

Nas Beiras e Norte interiores acentua-se o despovoamento e envelhecimento. A floresta surge como única alternativa à agricultura.

No Alentejo, a Reforma Agrária impulsionou o progresso. Agora, ressurgem os sistemas extensivos, retornam as coutadas (1,5 milhões de ha no País), cresce o absentismo. A floresta mediterrânica, associada com agricultura e pecuária, é substituída pelo eucalipto. O mundo rural está em declínio e despovoamento.

A Reforma Agrária constituiu um processo de emancipação dos trabalhadores e desenvolvimento da agricultura e economia regionais. Foi uma exigência da consolidação da democracia. No Alentejo do latifúndio e da fome, da exploração humilhante e da repressão violenta, foi com a Reforma Agrária que se transformaram a vida e as relações dos homens; que a liberdade chegou às vilas e aldeias; que se alicerçou o poder local democrático.

A situação evidencia que uma reforma agrária - certamente distinta da realizada - é uma necessidade.

A agricultura do País é hoje o espelho da "modernidade" da direita.

A reforma da PAC culmina a hipoteca da nossa agricultura às multinacionais. O Governo abdicou da defesa da sua especificidade; atira para a falência agricultores que incentivou a investir, contraíram encargos, e a quem agora diz que não produzam; condena o País a ser consumidor dos alimentos que outros produzem. Com Maastricht apertar-se-á mais o garrote.

A reforma da PAC articula-se com o GATT. Visa a partilha mundial dos mercados agro-alimentares entre os países grandes produtores, à custa das agriculturas menos evoluídas, como a nossa. Insere-se na "nova ordem internacional" de rapina do Terceiro Mundo, que é empurrado para as culturas de exportação a baixo preço e o recurso a importações para alimentar as populações.

A direita e alguns acólitos procuram deturpar a posição do Partido. Afirmam que não queremos nenhuma reforma. Que temos a posição da CAP, por esta organização dar o dito por não dito para salvar a face perante os agricultores, que iludiu com a CEE.

O PCP exigiu e exige uma reforma que tenha em conta a diversidade das agriculturas da CEE. Que corrija a distribuição desigual de fundos, aumente os rendimentos dos agricultores e contribua para o desenvolvimento agrícola e rural. Não são estes os objectivos da reforma da PAC. Esta reforma institui a irracionalidade de se pagar para não produzir, quando países como Portugal são deficitários e milhões de homens morrem de fome. Não corrige desigualdades sociais ao atribuir subsídios iguais, independentemente da dimensão das explorações. Não impede agressões ambientais.

irá agravá-las pela intensificação da produção e provocá-las onde não existem, pelo seu abandono e desertificação. Não dignifica o estatuto social dos agricultores. Nega-lhes o direito a produzir e viver do seu trabalho. Remete-os para o âmbito de população assistida a quem se dá uma reforma.

O PCP defende uma política de desenvolvimento que melhore as condições de vida

no campo e permita a segurança alimentar do País. Esta política não reflecte uma visão autárca do desenvolvimento: enraíza nos interesses de classe dos trabalhadores agrícolas e dos pequenos e médios agricultores; defende a inserção da agricultura na economia mundial, na base do princípio da reciprocidade de interesses e salvaguarda da independência do País.

Intervenção da Direcção da Organização Regional de Évora



Alexandre Rodrigues
Membro do Executivo da Direcção da Organização Regional de Évora

Évora-Distrito assumiu-se em Abril, com as suas gentes, em terra de Poder Local democrático e Reforma Agrária.

Percorridos 16 anos de Poder Local, construídos com trabalho e participação das populações, muitos aspectos da realidade socioeconómica foram profundamente alterados.

É impossível desligar os resultados da obra realizada pelas autarquias CDU. No distrito de Évora, e, comparativamente a outras regiões geridas por autarquias do PS ou do PSD, constata-se um avanço substancial nos índices de abastecimento de água, rede de esgotos, limpeza, recolha e tratamento de lixo, electrificação e rede viária. Igualmente se pode apreciar o contributo desempenhado em áreas como a habitação, a saúde, o ensino, a acção social, a cultura, o desporto e o associativismo. Na defesa e preservação do património histórico é exemplo vivo da gestão comunista a classificação de Évora como Património Mundial pela UNESCO.

É neste contexto que as autarquias da CDU têm contribuído para o desenvolvimento socioeconómico, melhorando e criando caminhos e estradas municipais, zonas e parques industriais, criação e dinamização de mercados e feiras, elaboração de PDMs e do PID-DEV, criação de estruturas de coordenação, articulação e promoção, de que são exemplos a AMDE e a RTE. O PITE, paralisado durante cinco anos pelo Governo, foi adquirido pela CME. Está já a iniciar a fixação de empresários nacionais e estrangeiros. Exemplo é também a responsabilidade internacional que hoje recai sobre a CME, como líder do Projecto de Planos Estratégicos para as cidades de média dimensão da Europa.

À destruição da Reforma Agrária não sucederam explorações agrícolas que aproveitassem os recursos e gerassem emprego: hoje a taxa de desemprego na região situa-se em cerca de 14%, acima portanto da média nacional. É necessária uma política para a região, que tenha como núcleo fundamental o desenvolvimento regional, o respeito pelo ser humano, enquanto vida e fonte

da própria vida, e que tenha em conta uma imensa região deste País, e respeite os alentejanos sem paternalismos, a sua maneira de ser e estar na vida, enquanto pessoas laboriosas e solidárias, amantes da liberdade e por ela lutadores. O PSD, o Governo Cavaco Silva, têm contraposto uma política, que se orienta contra os mais importantes projectos regionais de desenvolvimento.

Como se pode aceitar que Alqueva, depois de tantos e tantos estudos, todos eles reveladores da sua importância para a região e para o País, continue adiado?

E a Barragem dos Minutos, em Montemor-o-Novo, já ela objecto de várias promessas eleitorais, caía depois no esquecimento, e mais uma vez as verbas para a sua construção não constem do OE 93?

Que o Hospital do Patrocinio, em Évora, cujo início das obras remontam à década de 70, continue por concluir e entrar em funcionamento?

Tal política tem o apoio dos deputados do PSD na AR e com a complacência dos deputados do PS.

Estamos com serenidade e confiança, mas com uma atitude interventora a dar passos na abordagem do que serão as eleições autárquicas do próximo ano.

Muito há ainda a fazer. Mas, temos uma obra realizada de que muito justamente nos orgulhamos. Temos conosco homens, mulheres e jovens dispostos a trabalhar na construção de um distrito onde vale a pena viver. É com esta vontade e este inabalável querer que, em reuniões, em Plenários e Encontros de Quadros do Partido, com operários, com empregados, com intelectuais e quadros técnicos, com a valiosa participação da juventude, auscultando opiniões e sugestões, de homens e mulheres que, não sendo comunistas, estão solidários com esta luta, em encontros com as organizações de trabalhadores e agricultores, podemos dizer que este Partido - o PCP - está vivo, actuante, atento à vida e às transformações da vida actual. Na preparação do Congresso discutimos a vida do Partido e os problemas do nosso povo. Constatámos insuficiências do nosso trabalho para as quais sem preconceitos devemos estar atentos.

No distrito de Évora, o PCP é hoje um Partido prestigiado. Prestígio que lhe advém da nossa acção política, do que somos e do que propomos. Queremos e lutamos para que no distrito de Évora, a paz, a justiça social, a solidariedade, sejam valores autênticos. Lutamos para que terminem as desigualdades sociais. Lutamos por um distrito em que haja vida e bem-estar para as populações.

Intervenção da Direcção da Organização Regional de Beja



Miguel Ramalho
Membro da Direcção da Organização Regional de Beja

O Alentejo, com os recursos de que dispõe, poderia ser hoje uma florescente região agro-pecuária e florestal, com uma significativa base industrial a montante e a jusante do sector agrícola.

O PCP, interpretando as realidades, necessidades e aspirações dos trabalhadores, dos pequenos e médios agricultores e industriais, e das populações alentejanas, apresenta e luta por propostas construtivas para uma política alternativa à reconhecidamente fracassada política governamental para o Alentejo.

A Comissão de Coordenação do Alentejo, que é um departamento do Governo, reconhece que a aplicação dos fundos estruturais, designadamente na agricultura, não tiveram os resultados necessários no sector produtivo agrícola, na criação de postos de trabalho, na fixação das populações, particularmente da juventude.

O Ministério do Ambiente e Recursos Naturais e o Ministério do Planeamento e da Administração do Território reconhecem que "o Alentejo continua a defrontar-se com as situações de maior decréscimo populacional, tendo perdido cerca de 6% da sua população no período 1981/1991". Sendo cerca de 1/3 do território nacional, o Alentejo, conta apenas com 5,7% da população, em acelerado envelhecimento e despovoamento.

Os mesmos ministérios reconhecem também que o Alentejo é a única região do País que regista um grande "saldo negativo das disponibilidades de água face às utilizações", reconhecem que "o Alentejo é, sem dúvida, a região portuguesa mais afectada pela degradação dos solos e ecossistemas, embora não a única".

O País tem hoje consciência de que face às necessidades alimentares nacionais e face à Política Agrícola Comum é necessário e urgente um adequado aproveitamento dos fun-

dos nacionais e comunitários no sentido de uma profunda reconversão da nossa agricultura, na qual o regadio terá um papel central.

Estamos perante o segundo ano consecutivo da maior seca dos últimos decénios, que veio mostrar, mais uma vez, a fragilidade a que a política governamental e os grandes senhores da terra, conduziram a economia agrícola da região.

Contudo, e perante tão claras evidências do fracasso da sua política, o Governo persiste em adiar a decisão sobre a construção do Alqueva e do Plano de Rega do Alentejo, continua a limitar a capacidade financeira e a autonomia das autarquias e a impedir a regionalização.

Mas será derrotado, porque em todo o Alentejo, cresce a convergência das mais diversas entidades, reivindicando uma nova política, com a construção do Alqueva e do Plano de Rega.

Alqueva é, já hoje, a bandeira de esperança, de praticamente todos os alentejanos, num futuro melhor. Desde 1969 que são feitos estudos sobre a viabilidade do aproveitamento dos 5000 milhões de metros cúbicos de água que anualmente o rio Guadiana despeja, inaproveitados, no oceano, depois de atravessar uma região que define lentamente de sede e se desertifica.

Os últimos estudos encomendados pelo próprio Governo, no âmbito da Comunidade Europeia, e que o Governo já tem em seu poder há meses, vieram mais uma vez confirmar os resultados dos estudos anteriores e dar razão e força ao que o PCP e o povo do Alentejo reivindicam e afirmam: Alqueva é, não só possível, como indispensável, quer do ponto de vista económico e social, quer do ambiental. Sem Alqueva não é possível regar o Alentejo e sem regar será a desertificação humana e económica, a morte, de 1/3 do território nacional e isso, estamos confiantes, o povo português não o permitirá.

Com Alqueva e o Plano de Rega, o aprofundamento do Poder Local democrático e a concretização da Regionalização, o Alentejo construirá um presente e um futuro de progresso, liberdade e democracia, na perspectiva da difícil e longa caminhada para o socialismo.

Tribuna do Congresso

Intervenção da Direcção da Organização Regional de Setúbal



Jorge Pires
Membro do Executivo e do Secretariado da Direcção da Organização Regional de Setúbal

Nas Teses para o XIV Congresso afirma-se que a restauração do capitalismo monopolista tem sido acompanhada pela degradação da democracia política, pela intensificação da exploração dos trabalhadores, pelo aumento das desigualdades sociais, entre muitos outros aspectos. No nosso distrito a vida confirma esta Tese.

Peça fundamental da estratégia do Governo na promoção da reconstrução dos grandes monopólios são as chamadas reestruturações das empresas que, para além das indemnizações pagas aos antigos monopolistas, custam milhões de contos ao Estado, empregues sobretudo para a redução dos postos de trabalho, para posterior entrega ao capital privado. São exemplo disto a Quimigal, o Sector Naval e a Siderurgia Nacional. Só na Siderurgia Nacional os governos gastaram mais de 90 milhões de contos para agora proporem a sua venda por 21 milhões. Vendem as acções do Estado por Setenave à Lisnave dos Melos por um preço abaixo da sua avaliação.

Tal política tem conduzido a que se mantenha no distrito uma elevada taxa de desemprego, a existência de salários em atraso e o aumento constante do trabalho precário e de insegurança no emprego.

Entretanto, o tão apregoado "slogan" do Governo "Setúbal um caso de sucesso", apesar do crescimento económico verificado, está longe de promover um desenvolvimento consolidado e integrado e de atingir os objectivos da criação dos 38 000 novos postos de trabalho prometidos até 1992.

O distrito de Setúbal não se caracteriza só pelas consequências da política da direita do PSD. Rejeitamos qualquer caracterização demagógica e eleitoralista, quer seja a do sucesso do distrito quer seja a de fome e de miséria. Somos um distrito de luta, de fraternidade, de imensas riquezas em recursos naturais e em recursos humanos. Orgulhamo-nos também pelo facto de em comparação com o resto do País a nossa população desfrutar dos mais elevados índices de qualidade de vida nas áreas de intervenção da responsabilidade das autarquias.

O distrito de Setúbal dispõe dos índices mais elevados na cobertura de infra-estruturas básicas para a população, de alfabetização, de aproveitamento escolar e os mais baixos de mortalidade infantil. Um trabalho notório na recuperação do património histórico, na redescoberta e requalificação das zonas ribeirinhas, na construção de estradas, bibliotecas, equipamentos desportivos, de que este belo e funcional Pavilhão é um exemplo, na

harmonia da indústria com o ambiente, a construção de ETAR's, a modernização da gestão, no desenvolvimento do turismo, o apoio ao Movimento Associativo, entre muitos outros aspectos que caracterizam a nossa gestão nas autarquias.

Interessante também é o facto de o PS, e particularmente o PSD, terem tantas preocupações eleitorais com a grande capacidade que as autarquias da CDU têm dado provas na utilização dos Fundos Comunitários.

Queremos afirmar aqui da tribuna do nosso XIV Congresso, a cerca de um ano das eleições autárquicas, que tudo faremos para continuar a merecer, da parte das populações do nosso distrito, a confiança que elas têm depositado em nós.

É num quadro de profundas alterações políticas, económicas e sociais que a organização do Partido intervém.

Conhecemos as nossas insuficiências e as suas causas. No debate realizado na fase preparatória do nosso Congresso apareceram muitas referências ao desaparecimento de muitas células de empresa, com a saída de muitas centenas de activistas que, depois, têm dificuldade em enquadrar-se nas organizações por local de residência; ao insuficiente número de quadros de direcção dificultando uma maior descentralização e responsabilização; à falta de ligação regular a muitos milhares de membros do Partido; à insuficiente formação política e ideológica; à informação sobre o nosso trabalho, objectivos e propostas, que não chega aos trabalhadores e à população. Mas estão enganados aqueles que pensam que nos deixaremos derrotar pelas dificuldades, como se concluiu do debate realizado.

Este sentimento de defender o Partido e o empurrar para a frente é um estímulo para milhares de membros do Partido que intervêm nas Autarquias,

no Movimento Sindical e CT's, no movimento associativo, nos movimentos de mulheres, reformados, nas escolas e junto dos jovens.

A juventude, força social em constante renovação, que é futuro, que é presente, tem merecido da DORS atenção, medidas e apoios que se saldaram em importantes saltos qualitativos no trabalho, apesar das dificuldades referidas no ponto 5.2.24 das Teses.

As lutas sociais da juventude, tal como o referem também as Teses, têm atingido importância relevante particularmente a luta dos estudantes do secundário contra a PGA que foram as mais amplas lutas juvenis do distrito.

A melhoria do trabalho do Partido e da JCP é notória e visível:

- inscreveram-se ultimamente cerca de 300 jovens na JCP para além das muitas dezenas que aderiram ao Partido;

- foi destacado um quadro do executivo da DORS para acompanhar e intervir mais regularmente no trabalho com a juventude;

- fazem-se reuniões regulares de coordenação distrital entre a JCP e o Partido;

- criou-se uma rubrica orçamental de valor significativo para o trabalho com a juventude;

- dinamizou-se o trabalho com a JCP em praticamente todos os concelhos, podendo afirmar-se que há ligação regular em 12 dos 13 existentes;

- realizaram-se dezenas de iniciativas distritais e concelhias de vários tipos;

- depois de muitos anos de domínio da JSD, no ano lectivo de 1991/1992 as listas unitárias concorreram em 21 eleições para as Associações de Estudantes do Secundário, tendo ganho 12.

Muitos foram os passos dados, muitos são os passos a dar, os campos estão adubados, é necessário semear e colher.

O Partido e a JCP vão fazê-lo.

Intervenção da Direcção da Organização Regional de Lisboa



Rosa Rablals
Membro do Executivo da DORL
Membro do Comité Central

Chegamos ao nosso Congresso no quadro de uma dinamização da luta e da acção das massas na Região de Lisboa, acção e luta intimamente ligadas à intervenção do Partido e à acção dos comunistas. Este facto tem em si mesmo uma importância política de primeiro plano.

Novembro constituiu, no distrito de Lisboa, um mês de forte intervenção e luta da classe operária, dos trabalhadores, dos estudantes, de sectores intelectuais e da população con-

tra os mais variados aspectos da política do Governo.

Foi a jornada de esclarecimento e a greve nacional de toda a Administração Pública. Foi o desfile do Rossio a S. Bento em defesa dos salários, do emprego, do direito à greve e à contratação colectiva, contra a destruição do aparelho produtivo e de mais de 25 000 postos de trabalho. Foi a greve dos médicos. Foi a concentração dos trabalhadores da SNP, das cantinas e dos transportes. É a luta pelo pagamento dos salários em atraso que atinge mais de 2000 trabalhadores. Foram os numerosos plenários de empresa com elevadas participações.

Foram RGA's, plenários, referendos e a participação massiva dos estudantes do ensino superior na manifestação contra o aumento das propinas.

Populações lutaram em torno de questões da rede viária, transportes, acessibilidades, Centros de Saúde, e do ensino e contra o encerramento de esquadras da PSP.

Cuba, Timor e Angola estiveram presentes na vida do Partido com a promoção de iniciativas de solidariedade activa. Estamos a realizar uma

vasta campanha de esclarecimento pelo NÃO a Maastricht.

Confirmando-se o papel determinante que a classe operária continua a ter na luta, a nossa realidade confirma também o alargamento desta a sectores e camadas sociais muito diversificados.

Vivemos desde o XII Congresso momentos particularmente difíceis e complexos para os trabalhadores e para o Partido.

Foi com uma grande determinação e coragem que em Lisboa fomos ao combate político e ideológico, combatendo e derrotando a actividade fraccional, defendendo a validade do ideal comunista, as características fundamentais do nosso Partido, reafirmando o papel insubstituível da luta e da intervenção das massas.

As teses da inevitabilidade da exploração, do conformismo e da resignação, às teses que consideravam ultrapassado o papel da classe operária e do Partido, ao esforço concertado do grande capital, da UGT e do Governo para dividir e desorientar os trabalhadores, respondeu o nosso Partido no campo da batalha das ideias e simultaneamente na organização concreta da luta contra a exploração, a repressão e o desânimo, pela unidade de todos os trabalhadores e democratas. A associação destas duas questões foi essencial.

No trabalho preparatório do Congresso do Partido estiveram sempre presentes os problemas, a luta e o seu desenvolvimento futuro, as medidas para o reforço do Partido no distrito e a necessidade de tudo fazermos como contributo para afastar a direita do poder e construir uma alternativa democrática, justamente apontada nas Teses como a tarefa das tarefas.

As eleições autárquicas de 1993 constituem um acontecimento de máxima importância política. Dos seus resultados vai depender em muitos aspectos o desenvolvimento e o progresso da região de Lisboa, indissociável da resolução dos problemas concretos das populações e da melhoria da qualidade de vida dos que aí vivem e trabalham na continuidade do valioso trabalho dos eleitos comunistas e da CDU.

Em Lisboa, temos considerado que a resolução dos problemas das populações e a luta por uma vida melhor se desenvolvem em várias frentes interligadas - o trabalho das autarquias locais; o trabalho das organizações populares; a luta e a intervenção das populações e a intervenção directa do Partido. Com dificuldades e deficiências temos realizado um esforço sério para intervir nestas várias direcções e conjugar e unificar o trabalho. Não é tarefa fácil. Muitas vezes a tendência é para afunilar o trabalho nas autarquias desligando-o das massas e das suas organizações ou para subestimar o papel do Partido enquanto tal na intervenção directa nos problemas.

Mas estamos convictos que é este o caminho e é com esta orientação que estamos a preparar as próximas eleições.

O nosso Partido é a força política maioritária nos 18 municípios de Lisboa e Setúbal que constituem a AML e são comunistas os Presidentes da Junta e da Assembleia Metropolitana.

Estamos na gestão dos dois maiores concelhos do País - a capital, integrados na Coligação "Por Lisboa" que defendemos se mantenha na base do respeito pelo acordo de 1989, e Loures cuja presidência é CDU. Temos a presidência da Amadora, Vila Franca

de Xira e Sobral e de setenta Juntas de Freguesia. Temos como objectivo reforçar as posições da CDU, conquistar novas presidências e estamos a trabalhar para alargar cada vez mais a CDU como um grande espaço de diálogo, de trabalho, e de luta comum de todos os que querem resolver os problemas.

Definimos, na nossa 2ª Assembleia em Dezembro de 1990, como questão essencial o reforço da ligação do Partido às massas e como direcções fundamentais de trabalho - a acção junto da classe operária e dos trabalhadores; a acção junto das populações; a acção junto dos intelectuais e quadros técnicos e a acção junto da Juventude em íntima colaboração com a JCP, hoje com acrescida importância e res-

ponsabilidade num quadro de impressionantes lutas estudantis, numa crescente participação e disposição de luta ao nível da juventude trabalhadora, e de um papel cada vez mais activo e interveniente de largos sectores da juventude no plano social, cultural e político.

Conscientes das dificuldades que temos pela frente, mas conscientes também das enormes potencialidades de que dispomos, encaramos a actividade futura da ORL e os seus resultados com grande confiança e optimismo.

Com a confiança e o optimismo resultantes da certeza de pertencermos a um Partido necessário, indispensável e insubstituível na vida nacional, de pertencermos ao nosso PCP.

Intervenção da Direcção da Organização Regional de Coimbra



Mário Nogueira
Membro da Direcção da Organização Regional de Coimbra
Presidente do Sindcato dos Professores da Zona Centro

Os problemas que a Universidade de Coimbra tem enfrentado são uma amostra viva da dramática situação em que vive o Ensino Superior Público.

Devendo ser o ensino superior um sector prioritário para assegurar o desenvolvimento autónomo, integrado e democrático do País, o PSD mergulhou-o, contudo, numa autêntica situação de crise, ruptura, degradação e desânimo, actuando de forma "institucional" e "ilegal", diminuindo a responsabilidade social do Estado e procurando com ele servir o voraz apetite das suas clientelas.

O ensino superior público (universitário e politécnico) encontra-se subfinanciado; o seu desenvolvimento e aperfeiçoamento é boicotado e não tem um plano de adequação às realidades e necessidades do País. Faltam docentes e funcionários, instalações, infra-estruturas e materiais de apoio. As remunerações e os estatutos de carreira dos docentes e funcionários são insuficientes e desmotivadores.

Camaradas, para que o ensino superior público possa responder às necessidades do País nas áreas do ensino, da investigação e divulgação científica e tecnológica e da prestação de serviços especializados à comunidade, é necessário:

1. Definir uma estratégia global de planeamento, expansão e melhoria do sector, apoiada na atribuição de adequados meios (financeiros, humanos e logísticos) e na promoção pelo Estado da investigação científica e tecnológica.

2. Diferenciar as funções do ensino universitário e politécnico e aperfeiçoar a regulamentação da sua autonomia e gestão reafirmando a sua plurali-

dade e responsabilidade internas e a responsabilidade do Estado.

3. Criar mecanismos de avaliação que detectem as insuficiências existentes e promovam a sua superação.

4. Definir critérios de financiamento que permitam o seu desenvolvimento, a redução das desigualdades regionais e sectoriais e a captação de financiamentos complementares.

5. Realizar uma reforma dos currículos que, pela sua estrutura interna e pela duração dos cursos, preserve e reforce a qualidade da formação das licenciaturas, reduza o insucesso escolar e complemente as licenciaturas com cursos posteriores de especialização e profissionalização.

6. Negociar estatutos da carreira docente e condições de trabalho e de investigação que permitam às Universidades recrutar os mais capazes e atrair estes à dedicação exclusiva.

7. Definir e aplicar sistemas de apoio social aos estudantes que assegurem a não discriminação social e geográfica no acesso ao ensino superior e ao sucesso escolar.

O ensino superior particular e cooperativo, apoiado pelo Estado e potenciado pelos estrangulamentos artificiais do ensino superior público, é hoje um florescente negócio, que deve ser redimensionado para salvaguardar o tipo e diversidade dos cursos assegurados, a estabilidade e a qualidade do corpo docente, das instalações, das estruturas e do ensino, modalidades de apoio social aos estudantes, etc.

Camaradas, o projecto do PSD de aumento progressivo das propinas visa fazer pagar daí a cinco anos a cada estudante o seu custo real no ensino superior. Por isso, entre outros motivos, a DORC tem estado ao lado dos estudantes de Coimbra e de muitos professores e funcionários universitários que condenam o aumento das propinas, defendem o aperfeiçoamento e a ampliação das modalidades de apoio social e denunciam o carácter demagógico do chamado "Acordo Social".

Viva a luta dos estudantes e dos professores em defesa do Ensino Superior Público!

Tribuna do Congresso

A Juventude e a JCP



Jorge Amador

Membro do Secretariado da Direcção Nacional da JCP

A todos vós, calorosas saudações da Juventude Comunista Portuguesa.

Gostaríamos de afirmar o orgulho e a alegria que sentimos em sermos jovens comunistas e fazermos parte deste colectivo: o Partido Comunista Português.

A situação social da juventude tem como traço dominante a precariedade no emprego, no ensino e nas condições de vida em geral.

O Governo é o primeiro responsável pela crescente degradação da situação social dos jovens e protagonista dos mais cerrados ataques aos seus direitos. O Governo teme o imenso potencial e força transformadora e revolucionária que a juventude representa tentando ganhá-la para o apoio à sua política.

E é assim que temos vindo a assistir ao desenvolvimento da política espectacular assente em medidas superficiais apoiadas, quanto muito na resolução de problemas pontuais e na mistificação dos objectivos e alcance reais das suas políticas, uma acção prontamente empolada e divulgada por uma comunicação social subserviente e justificada por comentadores de serviço que se desunham por nos explicar quão inteligentes e justos são conceitos como "aumentar as pro-

pinas é aumentar a justiça social" e "trabalho precário é o trabalho ideal para os jovens".

Da mesma forma que o Governo e o PSD, quer utilizando a JSD, quer usando todas as formas de pressão e subjugação de que dispõe pelo uso abusivo que faz do poder, procurou instrumentalizar, controlar e manipular o movimento juvenil português, afastando-o da defesa dos direitos legítimos dos jovens e transformando-os em instrumentos do Governo. Tal política falhou.

Falhou porque a juventude tem tido uma grande capacidade de resposta demonstrando, pelas lutas que desenvolveu, que tem voz activa, que tem um imenso potencial e força transformadora e revolucionária.

Temos em Portugal uma juventude que vive e sente os problemas e não se resigna e que tenta resolvê-los. É uma juventude que sonha, tem projectos e ideias, luta por aquilo que considera justo.

1992 é efectivamente um ano de grandiosas lutas estudantis.

Provam-no os estudantes do Ensino Superior que desenvolvem há mais de um ano a maior luta travada na última década, contra a tentativa de aumento brutal das propinas e pela defesa do Ensino Superior Público. Milhares e milhares de estudantes, em acções de ampla unidade, promovidas por todo o País, têm assumido posições inequívocas sobre a situação do Ensino Superior e de clara oposição à política do PSD.

Provam-no igualmente os estudantes do Ensino Secundário na luta que travaram contra a PGA, luta que assumiu proporções inéditas no Ensino Secundário em todo o País, com uma notável afirmação de força e de unidade estudantis que levaram à extinção da PGA e à demissão do ministro da Educação.

Provam-no os jovens tra-

balhadores nas suas iniciativas e lutas.

Provaram-no os mais diversos sectores juvenis nas manifestações contra a Guerra do Golfo e a favor de uma paz duradoura no Médio Oriente, na solidariedade com o povo maubere por Timor-Leste livre e independente, no repúdio pelo racismo e a xenofobia.

Nestas inúmeras lutas têm estado sempre presentes a alegria, a camaradagem e a confiança com que os jovens encaram o futuro, mas também a sua capacidade de mostrar, pela acção e luta, que não basta ao PSD dispor de uma maioria absoluta, abusando do poder para impor a sua política.

Os jovens comunistas têm tido um papel decisivo imprimindo às diferentes componentes do movimento juvenil uma expressão mais reivindicativa.

Estimulando a intervenção dos jovens comunistas no movimento e na luta juvenis, beneficiando da dinâmica de massas em que se têm empenhado profundamente, promovendo o mais diverso tipo de iniciativas próprias, a JCP reforçou a sua intervenção própria, aumentou a sua influência, reforçou a organização e a sua base militante.

A reflexão e o debate sobre os documentos em discussão na fase preparatória do XIV Congresso caracterizaram a participação dos jovens comunistas. Do debate realizado, para além da situação nacional, do papel do Partido na sociedade portuguesa, surgiram preocupações diversas face ao alastramento de conflitos internacionais e ao papel dos EUA que, desde os desmembramentos da URSS e dos restantes países da Europa de Leste, têm assumido cada vez mais o papel de polícias do mundo.

A época em que vivemos, de profundas alterações na Europa e no Mundo, é uma época de dúvidas e incertezas, mas também de uma cruel realidade: as desigualdades e injustiças sociais agravam-se; os

fenómenos, como o racismo e a xenofobia, alastram; a fome, a miséria e as condições de vida sub-humanas estão espalhadas por quase todo o mundo.

Mas, por outro lado, verificam-se também avanços e vitórias das forças progressistas em vários pontos do mundo.

Estas realidades demonstram a validade dos nossos ideais e da nossa luta.

É neste quadro que os jovens comunistas portugueses agem sobre a realidade portuguesa, para a mudar, para a transformar, exprimindo simultaneamente a sua solidariedade e apoio àqueles que, em todo o mundo, lutam para construir uma sociedade mais justa.

É para isso que existem o PCP e a JCP!

A JCP é vida e desafio, amor e paixão, luta e transformação, mas também sonho e determinação. É uma organização apostada na defesa dos direitos e aspirações dos jovens e empenhada na construção de uma sociedade capaz de dar resposta aos sonhos de felicidade humana.

São estas as nossas características e é com este sentimento que vamos continuar a intervenção, lutando e agindo pelos direitos e aspirações juvenis, preparando a nossa participação nas eleições autárquicas de 93 e empenhando-nos activamente na preparação e realização do nosso 4º Congresso.

Assim, nos dias 3 e 4 de Abril de 93, no Barreiro, sob o lema: "**Ser comunista, agir para transformar**", sabermos fazer do nosso Congresso ponto alto de reflexão colectiva, com o objectivo de ultrapassar dificuldades orgânicas e de intervenção que temos e assumimos.

Faremos este nosso Congresso em festa, em luta, conscientes do papel que os jovens comunistas desempenham no seio da juventude portuguesa, e das responsabilidades que a JCP, organização de juventude do PCP.



Maria Emília,
presidente
da Câmara
Municipal
de Almada

A obra autárquica

O discurso flui, rápido. Em cada frase, indisfarçável, de forma articulada, sinais de satisfação e confiança. Razões, essas não faltam. O trabalho em curso, com bases numa qualificada gestão que se desenvolve de há anos a esta parte, aí está, à vista de todos, para o comprovar. É uma obra autárquica, de vulto, de que o próprio Pavilhão onde decorreu o XIV Congresso do PCP é, afinal, um eloquente testemunho. Foi ele de resto o ponto de partida para a breve conversa que mantivemos com Maria Emília, responsável pela equipa que dirige os destinos do Município de Almada.

Trata-se de um complexo desportivo em relação ao qual existe hoje claramente a ideia - generalizada, diga-se de passagem - de que está a cumprir os objectivos para que foi criado, objectivos que no essencial, como nos diz a presidente da edilidade, passam pelo desenvolvimento desportivo do concelho e pela realização no seu território de importantes acontecimentos, de âmbito nacional e internacional, com isso promovendo nos planos cultural, desportivo e turístico o Município de Almada.

Não deixa por isso de ser altamente positivo e animador que o Pavilhão Cidade de Almada, na sua curta existência de pouco mais de meio ano, conte já no seu activo com grandes realizações desportivas de âmbito nacional e internacional em praticamente todas as modalidades, do mesmo modo que a realização de congressos nos mais variados domínios começa a ser também uma constante, como mostram os recentes Congressos da ANAFRE (Associação Nacional de Freguesias), do próprio PCP, e o agendamento para 1993 do Congresso Nacional das Colectividades de Cultura e Recreio.

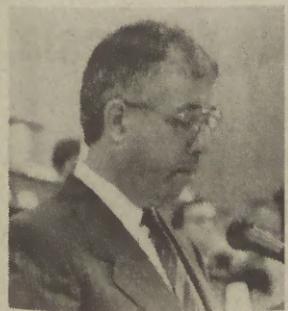
De uma outra iniciativa, segundo as suas palavras de "grande importância e futuro", fala-nos ainda Maria Emília, com especial entusiasmo e carinho. Trata-se de um projecto conjunto de Almada e Seixal, denominado "Alfabetização Musical", como o próprio nome indica relacionado com a área instrumental e do canto, abrangendo qualquer coisa como cinco mil alunos das escolas do primeiro nível do Ensino Básico, respectivas famílias e centenas de professores.

Mas se este é um bom exemplo da "importância e utilidade do Complexo e do seu equipamento de topo", vocacionado especialmente para o treino, a formação e a prática desportiva, a verdade é que nem ele é o único testemunho nem a intervenção da autarquia neste capítulo se fica por aqui. É que, como Maria Emília fez questão de chamar a atenção, para lá das várias dezenas de polidesportivos de ar livre existentes, está neste momento em curso a construção de uma rede intermédia de pavilhões, um dos quais, com bandadas para dois mil lugares, já está a funcionar no Laranjeiro com condições para todas as modalidades, prevendo-se para breve a inauguração de outros dois, um, na área da Costa da Caparica/Trafaria, o outro, na área da Charneca/Sobreda.

"Tudo isto reflecte bem o empenhamento e importância que conferimos à prática desportiva, enquanto factor de desenvolvimento humano, sem esquecer naturalmente a componente de recreação e espectáculo", observa ainda Maria Emília, antes de concluir que a aposta da sua equipa é construir "respostas que sirvam a população e que sejam também factor de desenvolvimento económico do concelho de Almada".

Respostas, ficámos a saber, que integram um todo multidimensional onde se incluem as mais variadas frentes da vida autárquica, sejam as ligadas ao ensino e à cultura ou à componente ambiental, as que se preocupam com as questões do desenvolvimento económico ou com o turismo, e que se traduzem muito concretamente em projectos e obras que vão desde a construção de uma ETAR (estação de tratamento de águas residuais) até à recuperação de dois palácios, passando, entre tantas outras coisas, pela instalação de um parque de ciência e tecnologia.

Intervenção da Direcção da Organização Regional de Viana do Castelo



António Gonçalves Silva

Membro da Direcção da Organização Regional de Viana do Castelo

De acordo com o levantamento dos dados caracterizadores da realidade socioeconómica feito pela Comissão Coordenadora da Região Norte, a região do Alto Minho apresenta-nos um quadro característico das economias deprimidas e subdesenvolvidas, que a coloca como a terceira região com piores índices de desenvolvimento em todo o espaço da CEE.

Uma região que, tendo como referência os dados respeitantes a 1989, empregava 57,5% da sua população activa no sector primário, 21,5% no sector secundário e 21% no terciário.

Uma região em que o concelho de Viana do Castelo, um

dos dez concelhos do distrito, é o único a possuir um número de activos no sector secundário, superior ao do sector primário e, sozinho, possui maior número de activos no sector secundário que o conjunto dos restantes nove concelhos.

Uma região onde a actividade agrícola, quase de subsistência, se apresenta como actividade predominante, com taxas de 70,3% no concelho de Arcos de Valdevez, de 69,2% em Paredes de Coura e de 67,4% em Melgaço.

Uma região em que o concelho de Viana do Castelo contribui com 63,2% do VAB geral da região, 14,3% o concelho de Ponte de Lima, 10,4% o de Valença e os outros sete concelhos, em conjunto, com os restantes 12,1%.

Uma região que, quando apostar no fortalecimento da sua estrutura produtiva, esbarra nas deficientes infra-estruturas rodoviárias e ferroviárias que a servem.

A isto acresce a perspectiva de privatização das duas grandes empresas da região, os Estaleiros Navais e a Portucel, e uma clara política de desaproveitamento dos recursos humanos tão essenciais ao desenvolvimento sustentado, como recentemente se verificou com a dispensa de 18 professores da ESE de Viana do Castelo possuidores e/ou em fase de conclusão de cursos

de doutoramento ou de mestrado.

A Comissão de Trabalhadores, em parecer ao projecto de Decreto-Lei que transformou os Estaleiros Navais, empresa nacionalizada, em sociedade anónima, refere dados de grande importância e que demonstram ao serviço de quem se encontra este Governo.

Nele historiam a situação de grave crise económica e financeira experimentada pela empresa antes da nacionalização, com um passivo de 500 mil contos, e que se foi elevando até 1500 mil contos em 1982. Nele sobressai o papel dos trabalhadores, na recuperação da empresa, salientando a existência de disponibilidade financeira na ordem dos 4 milhões de contos.

Nele referem a importância de uma empresa que contribui, no contexto da indústria transformadora, com 30% do emprego e 53% do produto da região e chamam a atenção para o facto de tudo poder ser colocado em perigo com a privatização dos ENVC, levando a região "a poder experimentar um dos seus mais conturbados momentos de sempre".

Tal situação e tais factos são um claro exemplo, passados vários anos em que o Governo dispôs de uma situação extremamente favorável resultante

nomeadamente dos milhões de contos provenientes dos fundos comunitários, das privatizações, do abaixamento do preço do petróleo e do dólar, de que a política deste Governo desperdiçou as várias oportunidades que lhe foram dadas para o desenvolvimento global do País e da diminuição das profundas assimetrias existentes, não cuidando da modernização e da especialização do aparelho produtivo, conforme é referido nas Teses.

Os comunistas de Viana do Castelo, apesar das pressões diárias desenvolvidas através da comunicação social no sentido da glorificação do capitalismo como sistema sem alternativa, possuidores de uma visão humanista da Vida e do Homem:

1. Continuarão a lutar pela aprovação de um plano de emergência que, "implicando uma intervenção exterior e extraordinária de apoio à região", a retire da situação de atraso e de estagnação a que foi votada pelo abandono e marginalização do Poder Central;

2. Saúdam os participantes neste Congresso, incentivando-os à aprovação das Teses e do Programa propostos que fundamentarão o projecto de transformação da sociedade no sentido de uma vida de liberdade, de bem-estar, de cooperação e de paz.

PCP

Uma tribuna aberta ao mundo

Luciano Bettinari Itália

O Partido da Refundação Comunista está em fase de formação. Criado após a extinção do PC Italiano, dá agora os primeiros passos na sua afirmação na cena política italiana. Segundo Luciano Bettinari, responsável do Bureau Internacional e do Secretariado-Geral do partido, são encorajadores os resultados até agora alcançados, quer ao nível das adesões, quer dos resultados eleitorais e da capacidade de suscitar a luta política em Itália.

Só no último mês, afirmou aquele dirigente, o PRC foi protagonista da forte contestação de massas à política económica do governo e o impulsor do debate e da tomada de iniciativas a nível sindical. A importância deste reactivar do papel do movimento sindical em Itália é tanto maior quanto se sabe que, em Julho passado, os sindicatos haviam estabelecido um acordo muito negativo com o governo, altamente lesivo dos interesses dos trabalhadores.

Para Luciano Bettinari, a grave crise política, moral, económica e social que afecta a Itália, a que o governo italiano, cada vez mais descreditado, tem vindo a responder com a tomada de medidas antipopulares (despedimentos, baixa de salários, cortes drásticos na assistência social), exigem mais do que nunca o cerrar de fileiras do movimento operário e de todos os trabalhadores na luta por uma nova política e um novo governo. Neste contexto, assume particular importância a batalha contra a revisão da lei eleitoral, com que o governo da democracia-cristã procura perpetuar-se no poder.

Ao contrário de outras forças políticas, o PRC está contra a substituição do sistema proporcional pelo sistema maioritário e uninominal, que tem por objectivo enfraquecer as forças da oposição e impossibilitar a sua representação parlamentar.

O PRC, garante Luciano Bettinari, está empenhado nesta batalha que considera de defesa da democracia, tanto mais importante quanto ocorre num momento em que a degeneração do sistema político italiano está a dar origem a fenómenos de desenvolvimento da extrema direita, de que é exemplo o crescimento da Liga da Lombardia; apostada na divisão da Itália. Preocupados com a sua própria sobrevivência no poder, os partidos governamentais não estão a reagir a esta nova ameaça ao sistema democrático. Por isso mesmo o PRC está empenhado na unidade das forças de esquerda para fazer face ao perigo que espreita a Itália.

Uma unidade que não é fácil, pois muitas são as questões que opõem as forças políticas em presença. É o caso, por exemplo, do Tratado de Maastricht, de que o PRC faz uma apreciação muito negativa, considerando que tem como objectivo a unidade monetária e não a unidade dos povos da Europa.

Em Itália, esclarece o representante do PRC, o Tratado foi aprovado de forma quase clandestina - a votação ocorreu apenas na comissão parlamentar -, tendo o governo rejeitado a proposta daquele partido para a realização de um referendo, ainda que consultivo, sobre a questão, uma vez que a Constituição não o prevê para casos destes.

Nesta matéria, o PRC defende o empenhamento das forças de esquerda europeias na construção de uma Europa do progresso, apostada na eliminação dos desequilíbrios sociais e na defesa dos interesses dos cidadãos.

Uma postura diferente da do PDS (ex-PCI), com quem no entanto o PRC procura manter relações. Segundo Luciano Bettinari, o partido está interessado em envolver o PDS na batalha da oposição, porque considera que nesta fase do processo político são muitas as tentações do PDS de se associar ao governo, o que não poderia deixar de ser um contributo para a manutenção da política antipopular. Criticando a ambiguidade do PDS em questões tão decisivas como a União Europeia, a reforma da lei eleitoral, a política anti-social do governo, o papel do

Elga Montagna Itália

Elga Montagna é italiana e esteve no XIV Congresso do PCP em representação do Partido da Esquerda Democrática (PDS), a designação adoptada pelo PCI quando mudou de nome.

Para Elga Montagna, em conversa com o nosso jornal, a queda do muro de Berlim, a desagregação da URSS e o desaparecimento do bloco socialista provocaram alterações profundas na Europa e no mundo, deram origem a novos problemas, a que se deve responder, considera com a unidade alargada da esquerda. Para o PDS, também a construção europeia requer um empenhamento das forças de esquerda, não para o combate ao processo de união em curso mas para a sua extensão aos países de Leste e para a formação de uma frente comum contra a aliança do capital.

Por esquerda, precisou Elga Montagna, entende-se todas as forças de "mudança da sociedade", desde os "partidos tradicionais - comunistas, socialistas, sociais-democratas", às novas formações "ecologistas, cívicas, etc..".

Favorável à integração europeia e ao Tratado de Maastricht, o PDS está agora preocupado com a grave crise económica italiana que levanta grandes obstáculos à manutenção do ritmo exigido pela união europeia. Responsabilizando o governo italiano pela crise do país, o PDS considera essencial "arrumar primeiro a casa" para que a Itália possa contribuir para o aprofundamento da integração e alargamento comunitário.



movimento sindical (dirigentes houve que subscreveram tudo o que o executivo propôs sem terem em conta os mais elementares direitos dos trabalhadores), o PRC considera que a eventual aliança daquele partido com o governo seria um autêntico desastre para a esquerda italiana e para o próprio PDS.

Do XIV Congresso do PCP, Luciano Bettinari ficou com uma impressão positiva. Na sua opinião, o Congresso "repropôs com força um Partido baseado e consolidado na classe operária e no povo". Pelas intervenções sectoriais de fundo, que "acompanhou com interesse", disse, o PCP revela a sua capacidade de intervenção social e de renovação da sua actividade política, o que "pode traduzir-se no futuro em resultados positivos, designadamente a nível eleitoral".

Pirjo Aalto Finlândia

Pirjo Aalto soa a estranho, em português. Tanto, que não se lhe vislumbra um sentido. Mas em finlandês tudo se esclarece: é um nome de mulher. No caso vertente, uma mulher grande, de expressivos olhos verdes, membro da Comissão sobre Política Internacional da Aliança de Esquerda (AE) da Finlândia, que acompanhou com interesse e atenção os trabalhos do XIV Congresso do PCP.

O entusiasmo dos delegados e a combatividade das intervenções, a começar pela de Álvaro Cunhal ainda na qualidade de secretário-geral do PCP, impressionaram Pirjo Aalto positivamente, como começou por referir em conversa com o "Avante!", sobretudo tendo em conta o complexo período político que se vive a nível mundial, de "retrocesso do movimento comunista internacional". Fazendo notar que a linguagem utilizada pela AE é bastante diferente da do PCP, a representante finlandesa fez questão de sublinhar, no entanto, que no seu partido não se pensa que exista um único caminho para as forças de esquerda e que cada um, tendo em conta a realidade em que se insere, deve procurar o seu próprio caminho.

Na Finlândia, na sua opinião, os tempos são de confiança para as forças de esquerda. Passado o conturbado processo que levou à cisão do PC da Finlândia e à dissolução da Aliança Eleitoral (SKDL), registado ainda antes da derrocada dos países de Leste, as forças de esquerda reorganizam-se no país. É neste contexto que surge a

Aliança de Esquerda, em 1990.

A primeira experiência eleitoral, diz Pirjo Aalto, foi muito positiva. Nas eleições autárquicas de Outubro passado a AE obteve 11,7 por cento dos votos, elegendo 1300 candidatos, o que lhe abre perspectivas na sua luta contra a coligação governamental e a próxima batalha das eleições gerais.

Ao contrário do que se costuma pensar por cá, nem tudo são "rosas" nbs ricos de certos sectores (só a construção civil tem 40 por cento dos desempregados), o desemprego afecta agora cada vez mais os jovens (dando origem a crescentes problemas de marginalidade) e os serviços, o que está a deixar os "coralinhos brancos" em estado de choque.

Flagelo até há pouco tempo quase exclusivo de certos sectores (só a construção civil tem 40 por cento dos desempregados), o desemprego afecta agora cada vez mais os jovens (dando origem a crescentes problemas de marginalidade) e os serviços, o que está a deixar os "coralinhos brancos" em estado de choque.

Com a desagregação da URSS a situação económica da Finlândia agravou-se. Como faz notar Pirjo Aalto, os empresários finlandeses estavam habituados a exportar tudo para a URSS, mesmo os produtos de menor qualidade. Hoje, a falta de encomendas por falta de verbas deixou o mercado finlandês sem alternativas e as falências em sectores como os têxteis, calçado e outros sucedem-se. Os empresários, sublinha, estavam preparados para o lucro fácil, mas



não estavam preparados para a crise.

É nesta situação que a Finlândia se volta para a Comunidade Económica Europeia, de cujas instâncias já recebeu "luz verde" para a formalização do seu pedido de adesão.

Curiosamente, diz a representante da AE, esta é uma questão de que se fala pouco na Finlândia. Não há debate público sobre o assunto e o Tratado de Maastricht é desconhecido da generalidade da população. Apenas um aspecto parece preocupar as autoridades finlandesas: a questão da defesa e a integração na União da Europa Ocidental (UEO).

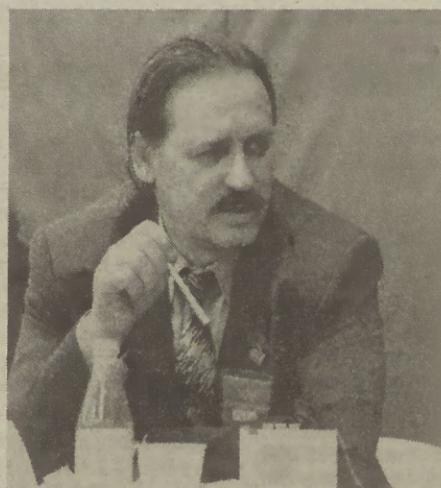
A adesão à CEE não é no entanto um assunto pacífico. Ao contrário do que sucede em relação à adesão ao Espaço Económico Europeu (EEE), que não é posta em causa, a entrada na CEE é encarada pela AE de forma bastante crítica. Num referendo interno, a maioria dos seus apoiantes (60 por cento) pronunciou-se contra, enquanto os restantes se dividiram entre uma adesão incondicional e uma adesão com certas condições. Um resultado que leva a AE a exigir a realização de um referendo nacional sobre esta polémica questão.



A nível interno, o PDS está apostado na revisão da lei eleitoral em vigor (semelhante à legislação portuguesa - sistema proporcional) e a sua substituição por um sistema de maioria, que favoreça a "alternância entre forças de esquerda e conservadoras". O pretexto invocado é o de tentar pôr termo a trinta anos de governo da democracia-cristã em coligação com os socialistas e impedir a ascensão da Liga da Lombardia (extrema-direita) que se propõe dividir a Itália em três partes.

Para Elga Montagna, o crescente descrédito do governo italiano, os escândalos das suas ligações à Mafia, a grave crise económica do país, abrem perspectivas ao PDS.

Apesar das notórias diferenças políticas, o PDS está interessado, afirmou Elga Montagna, em manter as relações com toda a esquerda europeia e do mundo e também com o PCP, de que aprecia o grande passado antifascista e a capacidade de defender os interesses do povo português.



Alexandre Iline é, dos dois vice-directores do «Pravda», o responsável pela informação nacional. Esteve agora pela primeira vez em Portugal para assistir ao 14º Congresso do PCP. Pedimos-lhe um breve depoimento acerca da situação que se vive na Rússia e nas repúblicas que faziam parte da URSS.

Notícias da Rússia

Depoimento do vice-director do «Pravda»

Começou por dizer que os acontecimentos evoluem muito rapidamente e que ele próprio já não estava actualizado acerca de alguns pormenores, nomeadamente quanto aos trabalhos do Congresso de Deputados do Povo. Na conversa, de pouco mais de meia hora, foi dada uma atenção especial aos esforços dos comunistas e outros homens e mulheres de esquerda que se opõem à política de reinstauração do capitalismo.

O Congresso de Deputados

Para Alexandre Iline, a reunião do 7º Congresso de Deputados do Povo da Rússia é um acontecimento de maior importância, determinando a dinâmica da vida política do país. Foi motivo de intensa luta política ainda antes de iniciar os seus trabalhos. Ieltsin e os que o rodeiam tentaram evitar a convocação do Congresso, pois consideravam - e com razão - que nele podiam ser levantadas questões relativamente à demissão do Governo de Ieltsin ou até a um impeachment contra o próprio presidente.

Uma tribuna aberta ao mundo

João Lourenço Angola

A conversa com João Lourenço, membro do Bureau Político do MPLA e Secretário de Informação, é uma conversa datada. No actual quadro político de Angola, algo muda em cada semana. Mas nas suas grandes linhas mantêm toda a sua actualidade.

«A única razão da crise actual tem um nome — Savimbi», começa por dizer-nos João Lourenço. «Savimbi nunca lutou verdadeiramente pela democracia».

A evolução dos acontecimentos após as eleições fala por si. «Savimbi não só não aceitou os resultados eleitorais como pegou em armas.» O governo do MPLA e a UNITA conseguiu ocupar grande parte do território nacional. «Acreditámos que as diferenças políticas seriam esbatidas no seio do Parlamento.»

Perspectivas para o futuro, são ainda incertas. E nas palavras de João Lourenço «não muito animadoras», dada a postura belicista assumida pela UNITA, que entretanto contou com apoios por parte da África do Sul.

O arrastar e reacender de situações de guerra, a instabilidade ainda não ultrapassada, os combates registados, outra vez no pós-eleições por todo o país, contribuíram de forma determinante para

uma situação económica muito grave.

«As confrontações entre as forças do governo e as da UNITA, nos parques industriais de Luanda, Benguela e Huambo, levaram à destruição de boa parte da indústria». A produção nacional é neste momento das mais baixas. Não há circulação de mercadorias, não apenas devido à escassez, mas pela insegurança das vias de circulação para as pessoas. A fome é uma realidade de generalizada.

Para a população angolana, os confrontos armados, a situação de guerra, representa também deslocamentos forçados — a fuga aos ataques armados e à fome.

«O refugiados dirigem-se para todos os locais ainda seguros, sob controlo do governo. O número de deslocados nos grandes centros urbanos aumentou em flecha — particularmente em Luanda, Benguela, Lobito».

Nas zonas de ocupação da UNITA, «os massacres são uma prática sistemática». Quando a UNITA «ocupa militarmente uma localidade, desencadeia uma verdadeira matança dos dirigentes locais do MPLA, de simples funcionários. Uma caça a tudo o que seja polícia, ex-militar das FAPLA, militantes das organizações juvenis ou femininas».



No que se refere aos dramáticos acontecimentos de Luanda, que alguma imprensa portuguesa referenciou como um massacre deliberado, promovido pelo MPLA contra a UNITA, João Lourenço comenta: «O que se passa é que somos um partido aberto, não tapamos as câmaras, os jornalistas tiveram liberdade de circular nos dois campos, não houve o mínimo de censura. Não temos nada a esconder».

O dirigente do MPLA sublinha que, quando se pretende desencadear massacres, veda-se naturalmente o acesso aos órgãos de informação. «Nas zonas de ocupação da UNITA, os jornalistas ficaram sem equipamento», comenta, para concluir — «a UNITA tem muito a esconder».

Factos que João Lourenço considera que estão a ser internacionalmente reconhecidos. Esperamos — e já estamos a sentir — uma mudança para melhor na postura da comunidade internacional».

Klaus Steinitz Alemanha

A dimensão «multicultural de um país não é um handicap, mas antes um factor de enriquecimento», defende Klaus Steinitz — membro do Executivo Nacional e porta-voz do Partido do Socialismo Democrático da Alemanha (PDS), presidente do grupo de trabalho de política económica do seu partido — que propõe, como solução para os problemas da imigração, «não acabar com essa imigração, mas antes abrir as fronteiras. É preciso que os países mais desenvolvidos não se isolem».

A nossa conversa começou, naturalmente, em torno da gravidade dos incidentes xenófobos um pouco por toda a Alemanha, com acções sistemáticas de agressão a centros de refugiados, que já fizeram múltiplas vítimas.

Um surto de racismo, cujas causas profundas os comunistas alemães do PDS tentam analisar, para melhor poder combater.

«A deterioração da situação económica e social, a falta de perspectivas, o medo de perder os postos de trabalho — medos e inseguranças canalizados contra os mais fracos» — são algumas das causas apontadas pelo PDS.

A que há que acrescentar uma outra — a política do governo, a propaganda de que haveria «demasiados estrangeiros», com «excesso de regalias».

Com tal política, o governo, longe de combater o racismo, partilha de facto responsabilidades do que se está a passar.

Klaus Steinitz refere, a propósito, a falta de actuação das autoridades contra os bandos agressores, e em particular as programadas alterações da lei, no sentido de restringir o direito de asilo. E conclui — «O governo não está preocupado com o que acontece aos estrangeiros, mas sim com a imagem de uma Alemanha insegura», com reflexos nomeadamente nos investimentos estrangeiros.

Neste quadro, o PDS, tem-se empenhado em acções de esclarecimento «com as pessoas em geral, com as populações locais — e não apenas com as iniciativas no Parlamento — pois o contacto humano é essencial». Acções de esclarecimento em que se sublinha que a crise social está ligada ao desemprego e falta de habitação e nada tem a ver com a presença de estrangeiros (cujo o peso numérico é aliás insignificante a leste).

A situação socioeconómica do leste da Alemanha (ex-RDA) foi outro dos grandes problemas abordados por Klaus Steinitz.

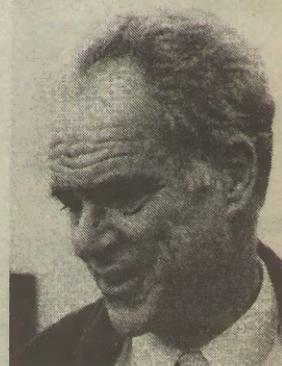
E os factos e os números são impressionantes.

A forma como se processou a unificação da Alemanha provocou uma situação desastrosa na ex-RDA, que antes se situava entre os 15 países mais desenvolvidos do mundo.

A unificação forçada da moeda, o confronto das indústrias com uma situação de concorrência, sem que lhes tenha sido dado tempo de adaptação, a perda de 70% do mercado (com os países do Leste europeu e a ex-URSS) levou ao afundamento da actividade económica.

Os pequenos negócios, o comércio, foram abafados pelas grandes cadeias comerciais da Alemanha ocidental. Deixou pura e simplesmente de haver produtos do leste nas lojas. A indústria sofreu um retrocesso inédito. Relativamente a 1989, perdeu-se 30 por cento da produção. A produção agrícola, de leite e de carne ficou reduzida a metade. Aliás, mesmo havendo leite em abundância a poucos quilómetros, o que se vende nas lojas é esse (ou outro) produto proveniente do ocidente.

O desemprego tem sofrido sucessivos agravamentos. Os postos de trabalho na indústria foram reduzidos de 3 milhões para um milhão. Na agri-



cultura caíram de 800 mil para 240 mil.

Calcula-se que o défice em postos de trabalho anda actualmente pelos 4 milhões.

Claro que não são estes os números oficiais, que escamoteiam as dimensões do problema, ignorando nomeadamente o peso do trabalho precário — à tarefa ou temporário.

Entre as mulheres, a taxa de desemprego é esmagadora — 65%, ou seja, duas em cada três.

O que está em curso é a criação de uma economia dependente.

Dois terços das indústrias privatizadas ficaram nas mãos de grupos económicos ocidentais ou estrangeiros. A investigação na indústria foi praticamente anulada. O número de trabalhadores ligados à investigação passou de 80 mil para 25 mil, o que não só dificulta a inovação como retira perspectivas de futuro à juventude.

Acresce a tudo isto as enormes diferenças salariais entre o leste e o ocidente, actualmente da ordem dos 60%.

Neste contexto, o Partido do Socialismo Democrático defende um conceito alternativo de relações económicas e sociais, em que a criação de postos de trabalho e a melhoria da situação socioeconómica das populações seja a preocupação central.

Conceito alternativo baseado na reindustrialização, e no reconhecimento que o simples jogo do mercado não resolve, por si, os problemas, impondo-se uma política económica de Estado que assegure investimentos básicos em infra-estruturas e na renovação das empresas.

Isto só é possível com um processo de democratização, com a activa participação dos trabalhadores na vida das empresas (o que inclui o direito de voto), com um papel relevante por parte do Estado e dos Sindicatos, conclui Steinitz.

Este último aspecto foi posto de parte por meio de uma série de manobras e compromissos de Ieltsin, entendimentos com grupos parlamentares, nomeadamente com a União Cívica, campanhas na opinião pública, acordos com gestores influentes de importantes empresas — evitando assim o confronto aberto.

No Congresso pode ter lugar uma considerável renovação do Governo, mas isso nada alterará. Mesmo que sejam substituídas algumas figuras-chave, serão substituídas por outras com a mesma estratégia e apenas uma tática diferente: defendem uma maior moderação na transição para a economia de mercado, um mais forte papel do Estado nestes processos e na resolução de problemas sociais, mas mantêm a linha da implantação do capitalismo.

Os comunistas

Os comunistas, referiu Alexandre Iline, foram de facto proibidos de intervir como força política organizada depois de Agosto de 1991. O partido decompôs-se, foi interdito na Rússia e na Ucrânia, numa série de outros locais, até hoje o Ministério da Justiça do Cazaquistão recusa-se a aceitar o registo do Partido Comunista...

Agora, passado meio ano de processo no Tribunal Constitucional, foi tomada uma decisão de compromisso que permite refutar a acusação de que o partido seria uma organização criminosa e, por outro lado, fazer renascer o partido de baixo, sem outras estruturas que não sejam as organizações de base; em terceiro lugar, permite tirar a nódoa da actividade dos comunistas e iniciar a refundação do partido unindo os partidos que se constituíram a partir dos destroços do PCUS e do PC da Rússia.

Nesta tarefa está empenhado um Comité de Inicialização, constituído por vários membros do CC do Partido Comunista da Federação Russa e representantes de diversos partidos criados a partir daquele. Este Comité aprovou já um apelo que foi publicado no «Pravda» e coloca-se como principal objectivo da sua actividade a preparação do congresso para restaurar o Partido Comunista da Rússia.

Além disso, e ainda que com ressalvas, a decisão do Tribunal Constitucional permite aos comunistas levantar a questão da devolução do património ou, pelo menos, de parte do património que lhes foi ilegalmente confiscado.

Há muitos comunistas — diz Alexandre Iline — que não entraram para nenhum partido e não deixaram de ser comunistas. A maioria deles vai certamente aderir ao partido dos comunistas da Rússia que está a ser de novo organizado. Este partido tem todas as possibilidades para alcançar um número de membros não inferior a um milhão, e nele deverá unir-se a maioria dos comunistas que actualmente estão noutros partidos.

Mas, na opinião do vice-director do «Pravda», nem todos deixarão as formações a que agora pertencem. Estes novos partidos já são em número considerável, surgiram já diferenças nítidas entre eles... Assim, existirão vários partidos comunistas, mas há razões para existir uma força política mais potente que seja a base do bloco de forças de esquerda de orientação socialista — o Partido Comunista da Rússia. Agora é necessário preparar o Programa e os Estatutos deste partido, proceder ao seu registo oficial... Neste trabalho também o «Pravda» se vai empenhar, abrindo as suas páginas à discussão dos problemas da sociedade, da história, dos princípios gerais da economia, da ideologia, etc., bem como das soluções, de propostas construtivas.

Delegados de todo o País

Concluimos hoje a publicação de depoimentos de delegados recolhidos durante o 14.º Congresso do Partido. Com o colorido e o sotaque que aqui se pode ler, mostramos mais caras e histórias de comunistas que todos os dias dizem o que acham justo e actuam em conformidade. Por muito que isso custe... e pela satisfação que também dá.

Fernanda Alves

É uma prestigiada actriz portuguesa, com mais de 40 anos de carreira. Está a comemorar o 25.º aniversário como militante comunista. Fez parte da mesa que presidiu aos trabalhos deste Congresso. Dele leva uma impressão muito positiva: «Aqui esteve uma posição de grande dignidade e firmeza, fundamentalmente do camarada Álvaro Cunhal, que lamento que deixe de ser «o meu» secretário-geral, mas enfim, compreendo as razões para o abandono do cargo». Para Fernanda Alves o Congresso correu de uma forma «espectacular» apesar do problema levantado a propósito do voto secreto para eleição de delegados «que em minha opinião contrariaria completamente a ética do nosso Partido». «Esta é uma época que nasce, que vai ser muito difícil para nós, dada a conjuntura internacional... Antes do 25 de Abril os tempos eram muito difíceis mas eram também muito exaltantes... Agora, desde que houve esta crise na União Soviética, sinto-me muito renovada, com vontade de fazer muito mais coisas do que anteriormente».



que assisti nos debates preparatórios foi no entanto extremamente positiva, com um debate e opiniões muito alargadas, embora o número de militantes não tenha sido muito elevado». O trabalho de direcção do Partido e a mudança de secretário-geral foram algumas das questões mais levantadas, com a tónica geral a saudar positivamente as propostas avançadas.

Fernando Carvalhosa

É comerciante em Peso da Régua, depois de ter trabalhado cinco anos em França, na Renault. Numa zona onde é pequena a influência do Partido e onde são grandes as dificuldades que se colocam à acção dos comunistas (sobretudo devido «à muita força dos caciques do PSD»), faz «o melhor que posso». Na Régua é conhecido como comunista, e isso não obsta a que se dê com toda a gente. Acompanha as novidades da política, procura manter contactos regulares, mesmo que não formalizados em reuniões, com os outros camaradas. «Isto deve ser enfrentado com optimismo», diz com a autoridade de quem tem trabalhado para que melhores tempos venham.



Isidro Fino Henriques

Delegado pelo Couço, é militante do Partido desde 1946. Foi operário agrícola, hoje está reformado do trabalho na terra mas mantém várias tarefas no Partido (vende o «Avante!», cobra quotas, colabora nas iniciativas), nas Comissões de Base da Saúde, no MURPI. Talvez ainda com o balanço de uma entrevista que tinha dado, também durante o Congresso, para uma rádio, recordou ao pormenor a greve que, em Junho de 1958, parou a aldeia, em protesto contra a burla eleitoral que roubou a vitória a Humberto Delgado, e as represálias que se seguiram e que fizeram com que Isidro fosse 4 anos para a clandestinidade e 6 meses para o Aljube. Está «completamente emocionado» com o Congresso, lamenta que seja necessário substituir Álvaro Cunhal, mas acrescenta de imediato que «se ele tivesse agora 40 anos, não tinha lutado como lutou».



Carlos Plácido

Médico e cientista, membro da DORViana do Castelo. «Sou membro do Partido há 45 anos, com trabalho partidário feito em Lisboa, na emigração e mais recentemente em Viana do Castelo». Não sendo um minhoto de origem, sê-lo-á por adopção, pois tem ali raízes familiares. «Este Congresso representa a expressão máxima da própria democracia partidária e, ao mesmo tempo, de um sentir colectivo da maior projecção, dadas as circunstâncias do momento». Embora não pudessem em Almada expor todos os problemas da sua região, os comunistas de Viana do Castelo pensam que eles integram-se em grande parte no conjunto para os quais os comunistas portugueses, em geral, estão neste momento voltados. Os custos da interioridade, os atrasos no desenvolvimento do distrito são preocupações maiores dos comunistas minhotos.



António Caldeira

Tem 46 anos e vai ficar reformado a partir de 1 de Janeiro. Isto tudo porque é funcionário do Banco de Portugal, onde vão ser extintos, a médio prazo,



perto de dois terços dos postos de trabalho. Diz que ser comunista ou activista sindical - ou as duas coisas, como é o caso - «traz as suas dificuldades», nomeadamente quanto à progressão na carreira. A par das informações subjectivas das chefias, pesam também no ambiente dos bancos os sistemas de remuneração não fixos. Na banca privada, então, não há direitos que sejam respeitados, a começar pelos horários com isenção. Por haver fartas razões, «o descontentamento vai-se acumulando» e António Caldeira espera «que mais pessoas tomem consciência da situação e se manifestem contra isto».

Maria Manuel Martins da Costa

De 18 anos, veio ao Congresso pela Concelhia de Grândola e é membro da JCP. Achou a reunião de Almada muito participada e «deu uma ideia geral sobre a actual actividade do partido». «Esta é uma forma de conhecermos os problemas reais que existem em todo o país e as posições que o Partido tem sobre essas matérias». Na fase preparatória, nas reuniões em que participou, registou poucas críticas e poucas propostas de alteração, uma concordância generalizada com os documentos propostos mas, ao mesmo tempo, as pessoas mostraram-se interessadas e participantes.



José Luís Bucho

31 anos, membro da DORPortalegre e da Comissão Concelhia de Ponte de Sor. Neste concelho a discussão preparatória do Congresso foi bastante participada, aberta, alargada a todos os problemas. De qualquer modo «todos os assuntos que digam respeito à melhoria das condições de vida das populações, quer do concelho quer do próprio distrito de Portalegre (que é um dos mais desertificados e mais envelhecidos do país), são assuntos que geralmente vêm mais à discussão nas nossas reuniões, são assuntos com que nós, os comunistas, nos preocupamos bastante». A fixação dos jovens, de empresas, uma melhor gestão dos recursos humanos existentes, melhor formação profissional, são problemas particularmente sentidos naquela região. «Temos de combater com todas as nossas forças os custos da nossa interioridade mas mantendo a nossa ruralidade», defende Luís Bucho. Foi a primeira vez que participou como delegado num Congresso do PCP.



Maria Helena Rocha

Vice-presidente do Conselho Directivo da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE), presidente da Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes e da DORSetúbal. As questões sobre o funcionamen-

to interno do Partido e a eleição de delegados ao Congresso foram os temas mais debatidos nas reuniões onde Helena Rocha participou. «Há um dado interessante na freguesia de Sarilhos Grandes, que foi o facto de ter sido a própria Assembleia que propôs os delegados ao Congresso».

«Este Congresso é muito importante, é de facto aquele ânimo que nós precisamos para continuar no dia-a-dia a nossa luta», conclui.



João Bilou

É na CM de Évora responsável pela secção de cultura, área a que tem estado ligado desde 1969 e que encara como «uma actividade de futuro». «É importante as pessoas continuarem a contribuir para que a cidade mantenha a classificação de património mundial», sublinha este dirigente concelhio do Partido e do movimento associativo. João Bilou mostra-se «bastante satisfeito» com a forma como o Congresso decorre, considerando-o «uma boa resposta» do PCP às dificuldades e problemas ainda recentes.



Manuel Camacho

Engenheiro de minas e vereador na Câmara Municipal de Aljustrel, membro da DORBeja. Destaca o facto de este Congresso ter reforçado a unidade e a coesão do PCP. Por outro lado «o Congresso é um manancial de contribuições dos mais variados sectores da vida nacional, com intervenções que por vezes são mesmo muito exaustivas e rigorosas». A indústria mineira está em situação muito difícil. «O Partido tem tentado apoiar os trabalhadores, através dos seus eleitos no poder local e nos sindicatos, mas as pessoas estão um pouco amedrontadas com o espectro do desemprego, muitas foram já despedidas ou reformadas antecipadamente, o que dificulta muito a nossa acção, com reflexos naturais nos debates preparatórios do Congresso». Mas Manuel Camacho conclui que o avolumar dos problemas acabará por fortalecer o Partido, porque é o único que apoia os trabalhadores, e os outros não dão a resposta necessária «a não ser em épocas de campanha eleitoral».

Vitalina Roque Sollo

Presidente da Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo, é professora primária na escola de São Geraldo, onde andam apenas 6 alunos: «É uma escola para fechar no próximo ano, e como esta há outras. A desertificação vê-se nas aldeias, diminui a população e a gente nova». Faz parte das comissões concelhia



e local do Partido, e foi eleita com mais 8 delegados num plenário da cidade. Acha que entrar para o trabalho autárquico «é complicado, mas interessante» e, às tantas, «a gente sente-se responsável, há sempre mais coisas para fazer» e o empenho nunca mais se esgota.

Jorge Manuel Almeida Neto

23 anos, da JCP em Coimbra onde tem na Junta de Freguesia de Santo António dos Olivais o pelouro da Acção Social e Juventude.



Estudante-trabalhador. A contestação por parte da juventude ao aumento das propinas tem mobilizado os jovens comimbricenses: «o movimento parte muito de Coimbra, no qual os comunistas têm tido uma grande importância para a sua dinamização». A falta de apoio às iniciativas dos jovens é outro dos problemas, e o pelouro de que Almeida Neto é responsável na sua junta de freguesia é uma novidade, talvez mesmo em todo o distrito, trabalhando-se neste momento na tentativa de conjugação de esforços com todas as associações juvenis no sentido de se conseguir promover iniciativas conjuntas.

Na fase preparatória deste Congresso estes e outros problemas dos jovens acabaram por estar presentes na discussão, com destaque para o problema da droga e toxicod dependência, «problema muito grave em Coimbra».

Natividade Soares

Veio do Porto, onde é funcionária do Centro Regional de Segurança Social. Aqui já estão a querer pôr em prática a lei dos disponíveis, o que, somado à prevista transferência de serviços para os seguros privados, leva esta dirigente sindical, que também faz parte da comissão de trabalhadores do Centro, a dizer que «o futuro é bastante preocupante» para toda a função pública. A par da actividade sindical e política (foi eleita para o Conselho Regional do Partido), mantém o seu trabalho no CRSS, pois acha «fundamental manter o contacto com os trabalhadores e o serviço». Dessa convivência nasce a opinião de que «as pessoas estão muito cépticas em relação a este Governo, lutam, mas não acreditam que este Governo resolva os problemas». «Vamos lá ver se as convencemos a votar para outro Governo nas próximas eleições».



Paulo Neto

Da Comissão Concelhia de Mértola, lembrou o trabalho desenvolvido pela autarquia e por gente de reconhecido nome que se têm empenhado no desenvolvimento do património arqueológico do concelho. Para ele este Congresso é uma grande vitória dos comunistas e uma resposta para aqueles que diziam que o PCP estava condenado ao desaparecimento. A

organização do Partido em Mértola enfrenta algumas dificuldades se comparada com a situação vivida em anos anteriores, sobretudo na altura da Reforma Agrária, «quando ela representava vida, trabalho, desenvolvimento». A liquidação da Reforma Agrária prejudicou a força do PCP no concelho, mas «a organização do Partido funciona ali normalmente, como é exemplo a participação nas reuniões que fizemos no concelho no âmbito da preparação deste Congresso». A situação social, o desemprego e o desenvolvimento regional no Alentejo foram os temas mais debatidos nessas reuniões.

Isaura Reis

É do Fundão e vive na Covilhã há onze anos. É professora do preparatório, vereadora na CM com vários pelouros, faz também parte da concelhia e da direcção regional do Partido, e até há pouco foi activista e dirigente sindical. Como sucede com outros delegados que entrevistámos, também lhe sobra pouco tempo livre para outras coisas que queria fazer. Acha que houve «envolvimento e discussão» no debate que precedeu o Congresso, embora com «poucas propostas de alteração», o que se deve a «rigor no texto escrito e posições bem fundamentadas». Na experiência autárquica refere a luz vermelha da direcção central do PS ao entendimento com a CDU no concelho e diz que «no dia-a-dia entendemo-nos, mas depois eles têm dificuldade em concretizar o que se acorda».



Adelino da Silva Nunes Pereira

30 anos, pertence à Concelhia de Aveiro e faz parte da célula técnica do PCP na fábrica da Renault. É um membro recente do Partido, sabe que a célula onde está integrado já foi bastante maior, e assinala a fraca participação no debate preparatório para o Congresso: «estávamos lá três ou quatro militantes». Razões para isso: «talvez a responsabilidade seja também da própria célula. As reuniões entre nós têm sido cada vez mais espaçadas, mas pretendemos agora resolver esse problema». Na fábrica, um dos maiores problemas existentes diz respeito à discriminação salarial entre trabalhadores da mesma categoria profissional. Os comunistas e os sindicalistas podem no entanto reunir nas instalações da própria empresa e, até agora, nunca foram levantados problemas a esse nível. Para este recente militante do PCP, o Congresso surge como uma novidade que é ao mesmo tempo «um agradável momento» de elevada participação, de unidade e reforço dos comunistas.



Rui Sacramento

É um dos seis delegados eleitos em Portimão. Faz parte da Concelhia do Partido, e teve um papel de relevo na reorganização local do PCP no início dos anos 60 e logo após o 25 de Abril de 1974. Já foi operário metalúrgico (em França) e empregado de escritório, hoje é técnico avaliador e pequeno empresário. Ao «Avante!» realça a necessidade de, mantendo o projecto e os objectivos do Partido, bem como a sua influência entre os trabalhadores e nos sindicatos (em particular na hotelaria), «introduzir intervenções na chamada à luta de novos sectores», pois no concelho onde vive e é vereador pela CDU houve importantes mudanças sociais: praticamente desapareceram as antigas indústrias de conservas, enquanto o turismo ganhou um lugar predominante na actividade económica de Portimão, cidade onde 70 por cento da população activa está no terciário e há cerca de 2 mil pequenos e médios comerciantes.

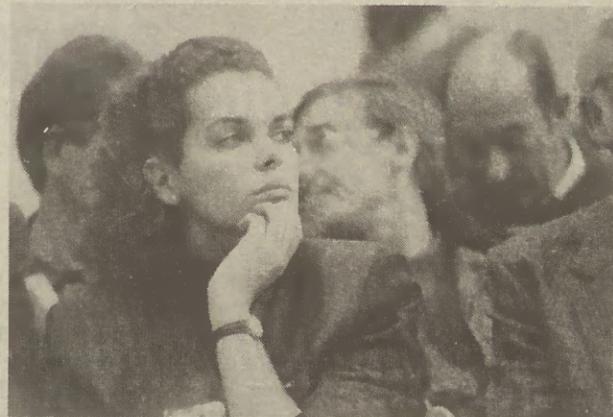
Manuel Pombinho

Da DORBeja e presidente do Sindicato da Agricultura daquele distrito. A grave situação da agricultura no Alentejo foi tema naturalmente abordado na discussão durante a fase preparatória do Congresso. «A verdade é que a única solução viável para os problemas dos alentejanos, quer para a agricultura quer para os outros sectores de actividade, seria a concretização da Reforma Agrária. Foi a Reforma Agrária, quando existiu, que deu emprego às pessoas, havia desporto, grupos culturais... Tudo isso tem vindo a desaparecer, as pessoas deixaram de ter o seu posto de trabalho assegurado, tiveram de ir para a emigração e hoje em muitas aldeias só se encontram os mais idosos e as crianças que andam na escola». Uma situação que prejudica o Partido em termos eleitorais, já que muitas pessoas ligadas ao PCP saíram recentemente da região.

A política agrícola para a região, imposta pelo Governo e pela CEE, tem sido de tal maneira criticada que um dos fenómenos recentes na região é a coincidência de opiniões sobre a matéria entre sindicatos e associações patronais.

José Manuel

Espera que a CDU suba bastante a sua votação nas eleições autárquicas de 1993 na Taboadela, em Guimarães, onde foi eleito para a Assembleia de Freguesia e tem desenvolvido valioso trabalho; além disso, nas listas já em preparação devem surgir caras novas, revela. Dirigente regional do Partido e do sindicato dos metalúrgicos (de cuja secção de Guimarães e Famalicão é coordenador), José Manuel diz que há empresas em crise



no distrito, mas não as da cutelaria; há, no entanto, dificuldades e muitos obstáculos ao trabalho sindical e político em todas elas.

António Teixeira Silvestre

Está integrado na Organização Regional de Coimbra e é membro da Junta de Freguesia daquela cidade. Participou em quatro ou cinco reuniões de preparação do Congresso em debates significativamente participados. «Este Congresso foi um congresso de maior abertura. Penso que havia questões que estavam um pouco compartimentadas e que efectivamente agora se avançou, com uma certa liberalização que agora está mais acentuada». Localmente os problemas que preocupam mais a população são a rede viária, o saneamento (em 50 por cento da freguesia de Coimbra, pura e simplesmente, não existe) e o ordenamento do território.

Serafim Ferreira da Silva

É vendedor de rolamentos, viaja pelo País e dos seus contactos de trabalho nasce a opinião de que «há empresários que optam pelo bom negócio e põem de parte o fanatismo político». Outros, porém, não vão em modernices e, então, «é melhor não adiantar a conversa na política». Em Vermoim, onde vive e não está limitado pelas obrigações profissionais, dedi-

ca o tempo disponível à actividade do Partido, quer na freguesia, quer a nível da Comissão Concelhia da Maia. Ainda lhe sobra energia para outras guerras, como as recentes movimentações dos pais da escola primária local para que fossem feitas indispensáveis obras de recuperação do edifício.

Manuela Pinto Ângelo

Membro da DORSetúbal e da Comissão Concelhia de Almada, 39 anos. «Conseguimos aqui neste Congresso realizar um trabalho muito bom, temos excelentes propostas para o trabalho futuro, assim tenhamos força para as concretizar...». Esta uma primeira impressão sobre esta reunião magna dos comunistas portugueses. Na fase preparatória do Congresso fizeram-se muitas reuniões em Almada para debate dos documentos, relativamente participadas: «não atingimos os números que gostaríamos e verificaram-se igualmente algumas lacunas no conhecimento dos militantes do conteúdo dos documentos em discussão». Apesar disso, registou-se na generalidade um grande interesse pelo Congresso e um grande consenso em torno das propostas avançadas. Os Estatutos, a questão da construção de uma alternativa democrática (nomeadamente com o Partido Socialista) foram os documentos e pontos mais debatidos durante a discussão.

Pedro Miguel Santos Glória

18 anos, está integrado na Organização Concelhia de

Loures e é membro da Juventude Comunista Portuguesa. É a primeira vez que é eleito delegado a um Congresso do PCP e na fase preparatória, nas reuniões em que esteve, apercebeu-se de algumas dificuldades de promoção de debates em algumas organizações predominantemente juvenis. «Há dificuldades de organização, sobretudo junto dos estudantes-trabalhadores», diz-nos Pedro Glória que se disse impressionado com a profundidade do debate em Almada.

Ana Amélia Guimarães

É há dois anos professora do secundário em Vizela. Como o apelido confirma, é natural de Guimarães, de cuja Assembleia Municipal faz parte, tal como da Concelhia do Partido. Com a sua colocação no coração do Vale do Ave, e a dar aulas aos cursos nocturnos logo no primeiro ano, deparou com «miúdos com 14 anos que já trabalhavam desde os 11 ou 12». Agora tem cursos diurnos, e de novo lhe aparece o fenómeno do trabalho infantil: «Muitos miúdos abandonam a escola e vão trabalhar ainda muito novos, as famílias são relativamente numerosas e eles não têm outra hipótese». Achando que é necessário fazer algo para mudar a sociedade que alberga injustiças deste género, a Ana Amélia cedo se envolveu na política: «Fui para a JCP com 14 anos, e logo depois para o

Partido». Hoje com 26, entende que «não há outra hipótese» a não ser no PCP, pois «apesar de coisas com que não concordo plenamente, é deste lado que eu quero estar».

Arménio Carlos

Membro do Comité Central, electricista, afirma que este Congresso «demonstra que este partido está com uma grande confiança para encarar as questões que se lhe colocam, transmitida pelas intervenções dos vários delegados, assim como pela forma de estar e participar neste Congresso». No sector a que está ligado, o dos transportes em Lisboa, Arménio Carlos registou na fase preparatória do Congresso uma discussão muito interessante relativamente às Teses, com um apoio generalizado aos documentos apresentados sem prejuízo de um elevado número de alterações propostas ou de maior ou menor polémica na discussão. Nestas reuniões apareceram mesmo alguns militantes que já há alguns anos não participavam regularmente em reuniões do Partido mas que agora quiseram regularizar a sua situação.

Cílio Pereira Correia

É desde 1984 médico no Hospital de Viseu. Iniciou os contactos com o PCP ainda quando estudava em Coimbra: «Tive a felicidade de frequentar o mesmo café que Joaquim

Namorado, e conversámos muito». Entrou para o Partido em 1979. Actualmente reside em Tondela, onde foi eleito delegado. Mantendo a ligação a associações culturais e desportivas e cargos dirigentes nas estruturas sindicais da classe médica, integra a Concelhia e a direcção regional do PCP. É de opinião que houve «grande participação» no debate pré-congresso, «embora os documentos fossem densos e de difícil apreensão», o que não obsteu a que se verificasse «acordo global nas questões essenciais». Agora, a direcção regional deverá «adequar à nossa intervenção no distrito as nossas reflexões», quer as do Congresso, quer as do encontro de quadros de Junho passado, de modo a «reforçar a ligação aos trabalhadores, vencer a pressão do caciquismo e ultrapassar barreiras».

Ferreira Dias

Enfermeira e dirigente sindical. Afirma que neste meio profissional, até pelo tipo de horários e envolvimento intensos que geralmente se verificam, o nível de participação em reuniões partidárias não é muito elevado, «problema que não é em vésperas de Congresso que pode ser resolvido». «Aqui a militância dos comunistas passa muito pelo trabalho no interior da organização sindical, como sucede neste momento em torno das modificações que o Governo quer impor no Serviço Nacional de Saúde». Ferreira Dias foi eleita pela primeira vez delegada a um Congresso do PCP, «até porque sou uma militante relativamente recente» e acha que «esta é uma forma de reunião entre comunistas extremamente importante para reforçar as nossas convicções».

Marco Pita Santos

Delegado da JCP, estuda no liceu Vicente Jaime Moniz, onde há 3 anos não se realizam eleições para a direcção da Associação de Estudantes. No ano passado esteve nas lutas contra a PGA e agora participa num grupo que tenta dinamizar a vida associativa na escola. Têm tido dificuldades, nomeadamente por o Conselho Directivo precisar autorização do Governo Regional para dispensar os alunos das aulas quando é preciso fazer reuniões. Pelo tom - e por o Marco contar que as eleições não se têm efectuado porque o anterior presidente da Associação, da JSD, está a braços com um processo judicial por problemas nas contas há 4 anos e não querem deixar outras pessoas tocar nos papéis - pode-se adivinhar que falamos do Funchal, de onde vem também o resto desta história: mesmo sem dispensa, foi convocada uma RGA em que estiveram uns duzentos ou trezentos alunos e as eleições estão marcadas para 19 de Dezembro.



TRABALHADORES

Na Marinha Grande

Forte protesto contra leilão da FEIS

Greve na Siderurgia; ameaça de falência na Ideal; Panasqueira pode encerrar; má gestão no STCP, a maior empresa de transportes do Norte, com 3600 trabalhadores

Um corte do trânsito na Marinha Grande e um forte protesto da população na via pública, sexta-feira passada, resultaram numa acção vitoriosa perante a tentativa do Governo no sentido de liquidar definitivamente a possibilidade de reabertura da Fábrica Escola Irmãos Stephens, empresa histórica e emblemática da indústria vidreira em Portugal.

Com o apoio expresso do presidente da Câmara da Marinha Grande, Barros Duarte, evitou-se a continuação dos leilões de venda e hasta pública e manteve-se a possibilidade de conservar a parte produtiva sem desmantelamento, o que pode permitir a compra da fábrica com metade do seu pessoal.

Antes do encerramento, ordenado pelo Governo, a

empresa mantinha ao seu serviço um quadro com mais de 300 trabalhadores.

Num comunicado de 10 do corrente, a CGTP condenava o leilão da FEIS e exortava os trabalhadores «a prosseguirem a sua luta pela reabertura da fábrica». Segundo o «Avante!» averiguou, essa reabertura é possível, embora com metade do pessoal.

Em comunicado divulgado a semana passada, os presidentes da Câmara e da Assembleia Municipal consideram que «não estando fatalmente comprovada a inviabilidade económico-financeira da empresa; pelo contrário, sendo até pública e notória a possibilidade da sua recuperação, tal medida (os leilões) constitui um grave atenta-

do à economia local e mesmo nacional».

Ainda na semana passada, protestos sindicais e apelos à luta faziam-se sentir em grandes empresas ameaçadas principalmente com redução do pessoal e má gestão. Greve na Siderurgia (Maia e Seixal), apelo à «vigilância e luta» no STCP (Serviço de Transportes Colectivos do Porto), recusa

do provável encerramento das Minas da Panasqueira, oposição à falência da Ideal de Coimbra e ao desmembramento dos CTT, vem como a falta de cumprimento do contrato colectivo de trabalho na Renault de Setúbal salientaram-se entre as preocupações de sindicatos e outras organizações representativas dos trabalhadores.

Salários da Função Pública

Segunda proposta do Governo rejeitada pelos sindicatos

• Manifestação no Porto

A primeira reunião com representantes do Governo para tratar dos aumentos salariais da Administração Pública no próximo ano não permitiu desbloquear as negociações. A Secretaria de Estado do Orçamento, na segunda proposta que adiantou sobre o assunto, quinta-feira passada, não foi além dos 5 por cento. No Porto quinhentos trabalhadores responderam no dia seguinte ao apelo da União dos Sindicatos (USP), manifestando-se contra a nova proposta que «o Governo procura impor».

Na manifestação de 11 do corrente, na Rotunda da Boavista, o primeiro-ministro foi o principal visado. Num dos cartazes exibido pelos manifestantes convidava-se Cavaco Silva a «experimentar viver com 40 contos por mês».

O ministro das Finanças, o chefe do Executivo e o ministro do Emprego eram caricaturados num outro



À semelhança do que sucedeu em Lisboa (foto de 3 do corrente), os trabalhadores da Administração Pública manifestaram-se no Porto com significativa adesão. Recusaram mais uma vez as tentativas do Governo para fazer aprovar salários ainda mais baixos no ano que vem

Aduaneiros à espera

Para minorar os efeitos do despedimento de que serão vítimas no fim do ano, os trabalhadores aduaneiros esperam que a Secretaria de Estado do Orçamento lhes apresente um conjunto de medidas sociais entre elas a majoração do subsídio de desemprego e das indemnizações, condições especiais de reforma e acções de formação profissional adequadas à reintegração no mercado de trabalho. Manuela Leite, secretária de Estado do Orçamento, prometeu aos sindicatos um «pacote legislativo» nesse sentido, mas para já o que se sabe é que, a partir de Janeiro de 1993, com a entrada em vigor do Mercado Único Europeu, deixam de existir barreiras alfandegárias. Muitos dos 8500 trabalhadores aduaneiros em despachantes e empresas já receberam cartas de despedimento.

Numa conferência de Imprensa, quinta-feira em Lisboa, os dirigentes sindicais do sector manifestaram-se dispostos a permanecer à porta da Secretaria de Estado do Orçamento até que a titular do cargo lhes entregue o documento prometido.

Os sindicalistas apontaram, por outro lado, a circunstância de haver trabalho no sector. Em Valença do Minho, por exemplo, foram contratados a prazo dois trabalhadores em Novembro. Mas, segundo os sindicalistas, os despedidos terão sérias dificuldades em arranjar emprego. Trata-se, como lembrou Manuel Lopes, da Comissão Executiva da CGTP, de trabalhadores com elevada especialização técnica. Ser-lhes-á praticamente vedado um emprego do mesmo nível de segurança e remuneração.

cartaz que os identificava como «a equipa dos disponíveis».

Os negociadores sindicais, que consideram «inaaceitável» a proposta do Governo, pertencem à Plataforma Reivindicativa para a Administração Pública (CGTP), à Frente Sindical para a Administração Pública (DESAP/UGT) e ao Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado (STE). Estes sindicatos têm actuado em unidade nas negociações e

na luta, designadamente na greve nacional de 13 de Novembro e na manifestação efectuada a semana passada em Lisboa.

Depois da reunião com a secretária de Estado do Orçamento, Manuela Leite, fonte sindical disse à Lusa que o Governo «cumpriu a praxe negociada», mas não apresentou «valores que permitam qualquer acordo».

Na sequência de uma outra feita há cinco meses, a nova proposta de aumentos

Manter a unidade

Uma vigília em frente à Assembleia da República em 15 do corrente e uma presença de protesto nas galerias de São Bento no dia seguinte, foram anunciadas sexta-feira pelo Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores. «Por salários justos, pela estabilidade de emprego e por carreiras dignas» há que prosseguir a luta. Acrescenta

o STFPSPA que o Governo se limita a «baralhar e dar de novo». A nova reunião marcada para esta semana indica que os negociadores do Executivo «apenas procuram ganhar tempo, por não terem obtido espaço de manobra para passar à imposição».

O STFPSPA reafirma a «disposição de prosseguir a luta em ampla unidade».

salariais para a Administração Pública sobe agora apenas meio ponto percentual, situando-se nos 5,5 por cento para os salários inferiores a 128 100 escudos e em 5 por cento para os superiores a essa importância ilíquida mensal.

Segundo a Lusa, a Plataforma Reivindicativa propõe 12 por cento para os aumentos em 1993; a FESAP pretende aumentos de 4 por cento acima do referencial que vier a ser negociado no Conselho Económico e Social; e o STE propõe 2 por cento acima desse mesmo referencial.

Entretanto, em Ponta Delgada, o Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local contestava, a semana passada, a intenção do Governo açoriano de abolir a remuneração complementar concedida aos funcionários públicos da Região.

Para o STAL, «a contenção de despesas do Governo ou simplesmente da dívida da Região» não pode ser feita à custa dos trabalhadores.

O projecto de Mota Amaral foi rejeitado em abaixo-assinados remetidos à Assembleia e ao Governo da Região Autónoma dos Açores.

Debates na Saúde

Sobre «Sistemas de Saúde nos Anos 90 — O Caso Português», o Sindicato dos Médicos da Zona Sul realiza hoje, quinta-feira, no Hotel Roma, às 21 horas, um debate público. Participam os drs. Francisco Ramos, Carlos Costa e Vítor Ramos, que falarão sobre economia da Saúde, administração hospitalar e me-

dicina familiar, respectivamente.

Amanhã em Évora, com início às 10 horas, a União dos Sindicatos do Distrito de Évora promove, por sua vez, um seminário sobre o Estatuto do Serviço Nacional de Saúde. A iniciativa decorrerá na sede do Sindicato dos Trabalhadores da Administração (STAL) naquela cidade.

Médicos

Horas em atraso

As dívidas de hospitais por horas extraordinárias prestadas pelos médicos continuam a acumular-se por todo o País. Segundo António Bento, dirigente do Sindicato Independente dos Médicos (SIM), as dívidas individuais atingem, na maior parte dos casos, o meio milhar de contos. Nos hospitais devedores, citados também por Mário Jorge, presidente do Sindicato dos Médicos do Sul, incluem-se o Curry Cabral, o Santa Maria, o Centro Hospitalar de Coimbra e os Centros de Saúde do distrito de Faro. Casos há em que as dívidas individuais atingem os dois mil contos. A dívida deve atingir no total vários milhões de contos.

Entretanto, os enfermeiros de Coimbra decidiam agendar formas de luta contra os atrasos nos pagamentos de horas complementares e outras dívidas resultantes do congelamento de escalões.

Arrogância do PSD/Açores

O Secretariado da Direcção da Organização da Região Autónoma dos Açores do PCP tem vindo a denunciar as arrogantes urgências com que o PSD regional tem vindo a bombardear a Assembleia Legislativa Regional.

Um verdadeiro «pacote de medidas legislativas, com urgência e dispensa de exame em comissão, isto é, para serem rapidamente e sem discussão aprofundada com os restantes partidos» pretende ser imposto pela maioria absoluta do PSD na Assembleia dos Açores, como refere um recente comunicado da DORAA, que esclarece:

«Esse "pacote" inclui a revogação das compensações financeiras aos Municípios nas Ilhas onde estejam bases estrangeiras; a revogação dos descontos nas taxas de energia às Associações de Bombeiros; a revogação dos apoios complementares aos alunos do Ensino Secundário naturais das Ilhas não abrangidas por ele, e ainda a revogação do "complemento salarial" (vulgo acréscimo salarial ou subsídio de insularidade) aos trabalhadores da Administração Regional.

Este conjunto de decretos legislativos regionais, em vigor desde a última legislatura (tendo sido um deles até aprovado por proposta do PSD), são todos de conteúdo predominantemente social e respeitadores da especificidade regional (sempre defendida pelo PCP, mas também pelo partido que agora os pretende revogar — o PSD).

Este "pacote" legislativo não pára de um "Pacote de Revogações" que, ao contrário de produzir legislação de acordo com as realidades regionais, apenas visa eliminá-la, dias contra a opinião de vastos sectores diversos, mesmo dentro das fileiras do PSD.

Por esta mesma razão o Governo Regional pretende fugir ao debate nas Comissões do ALR, e ao diálogo com os parceiros sociais directamente visados pelo "Pacote de Revogações", tencionando pedir a urgência e a dispensa de exame em Comissão para a sua apresentação à ALR.

«Na sequência da suspensão dos apoios à aquisição de habitação, e das propostas com vista a retirar a capacidade de funcionamento da ALR, atentando contra a dignidade do principal Órgão da Autonomia, este "Pacote" enquadra-se na perspectiva de reforço do autoritarismo e governamentalização da vida regional, com vista a impor, contra a vontade dos açorianos, uma política restritiva para os anos imediatos, a qual o PSD pretende que venha fundamentalmente a incidir sobre os trabalhadores e a população.»

CAMARADAS FALECIDOS

Dalila da Fonseca

Faleceu com 81 anos de idade e muitos de militância comunista a camarada Dalila da Fonseca. Nascida em 1911 na Cidade da Praia, Dalila da Fonseca aderiu ao PCP na segunda metade dos anos 30. Presa pela primeira vez e julgada em Tribunal Militar Especial em 1937, a camarada voltaria a ser presa e condenada por várias vezes — em 38, 39, 42 e 45, desde 1942 como militante do Partido na clandestinidade. Foi para Moçambique no final dos anos 40, continuando aí até final dos anos 70 a desempenhar tarefas do Partido e participando na actividade dos movimentos de libertação, nomeadamente na Felimo e no ANC. O seu funeral realizou-se na passada terça-feira.

Manuel Monteiro

Após prolongada doença, faleceu no passado dia 10 o camarada Manuel de Almeida Monteiro. Contava 78 anos e estava organizado no Comité Local de Porto Salvo, Concelho de Oeiras, do PCP.

À família dos camaradas falecidos, o colectivo do «Avante!» apresenta as suas condolências.

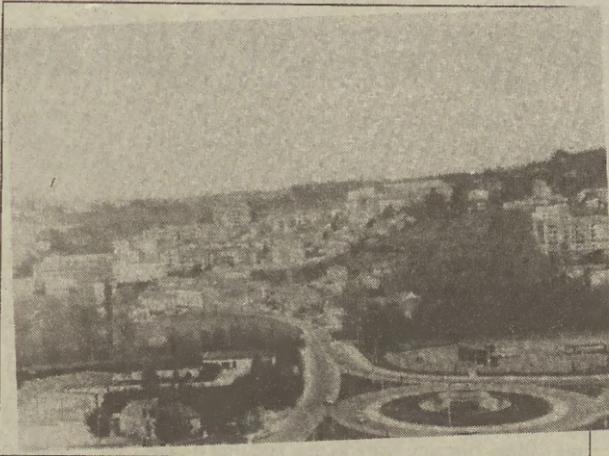
Ernesto Joel Rosado

Por lamentável lapso, não apareceu correctamente escrito o nome do camarada Ernesto Joel Rosado, quando demos a notícia do seu falecimento. O camarada Rosado pertencia à Célula do Bairro 3, do Alto do Seixalinho, Barreiro. À família do camarada, apresentamos as nossas desculpas.

PCP

Críticas ao Orçamento

Interrompida pelo destaque dado naturalmente ao Congresso do Partido, retomamos a publicação de excertos de notas divulgadas por DOR's do PCP apreciando criticamente o Orçamento de Estado para o próximo ano, cujas disposições atingem negativamente o desenvolvimento regional e subtraem às autarquias somas substanciais.



Leiria

Reunida em finais do passado mês de Novembro, a DORLEI tornou público um comunicado no qual, para além da apreciação feita ao trabalho preparatório do Congresso e da análise de aspectos relevantes da situação social, se destacava, a respeito da proposta governamental de Orçamento do Estado:

«Mais uma vez, após consecutivas promessas de solução o PIDDAC regional incluído no Orçamento de Estado para 93, não prevê qualquer verba visando a resolução dos graves problemas ambientais e do Património regionais, bem como são escassas as iniciativas de promoção do melhoramento da rede viária regional.

«Com o objectivo de contribuir para a resolução de uns e vincular o Governo desde já para 1993 ao início da solução de outros, a DORLEI do PCP aprovou um conjunto de propostas a formalizar pelo Grupo Parlamentar do PCP no âmbito da discussão em curso do Orçamento de Estado. Essas propostas visam, entre outras, a despoluição da Lagoa de Óbidos, da Baía de S. Martinho, o estudo da despoluição do Vale da Cela (Alcobaça), o início da resolução dos problemas da água de Mira D'Aire, o arranjo da zona envolvente do Mosteiro da Batalha, a recuperação do Forte de Peniche, a eliminação da Ponte das Barcas na Nazaré e rectificação e alargamento do troço da EN 242 entre Quinta-Nova e Nazaré, construção de um Hospital para servir as populações de Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande e Castanheira de Pêra e zona envolvente, construção da Doca para embarcações da sardinha no Porto de Peniche.»

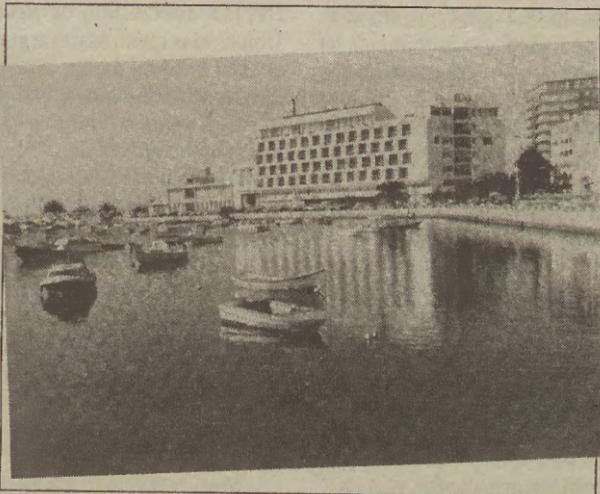
Algarve

No plenário realizado em 30 de Novembro, a DORAL, que fazia então um balanço

resposta à situação que, mesmo em termos imediatos, está colocada, em relação ao gravíssimo problema do abastecimento de água à população, em qualidade e quantidade, e deixa cair medidas de apoio ao desenvolvimento económico regional.

«Constituem, entre outros, exemplos do que se afirma, o corte de 830 000 contos para a construção do Hospital do Barlavento o que equivale a dizer que, passadas as eleições, deixou de interessar ao Governo; o corte de mais de 3 milhões de contos para apoio a culturas regadas a Barlavento e Sotavento, o que significa que para o Governo a agricultura algarvia deixou de ser uma prioridade; o abandono de compromissos para a construção do Centro de Saúde em Silves; e o corte de 70 000 contos nas verbas atribuídas aos serviços sociais da Universidade do Algarve. «Trata-se de um Orçamento em que se evidencia o profundo fosso entre os objectivos da política deste Governo e os reais interesses e necessidades que se colocam ao desenvolvimento do Algarve e ao bem-estar da sua população.

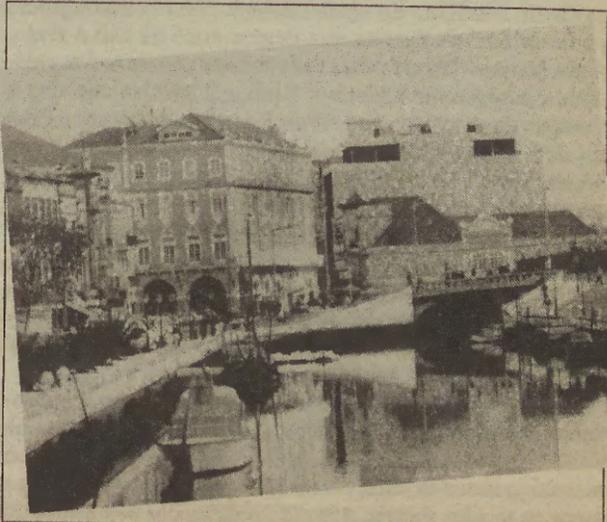
«Nesse sentido, o Plenário da DORAL aprovou um conjunto de propostas para que, na discussão na especialidade, possam ser introduzidas através do Grupo Par-



«Escandaloso é ainda o facto de os cortes nas verbas serem seleccionadas de forma a penalizarem sobretudo as autarquias que não são geridas por maiorias da cor política do Governo, numa manifestação de extrema governamentalização no exercício de uma política em que cada vez mais aparecem fundidos os interesses do aparelho partidário do PSD com os do Estado.

«Quanto às verbas inscritas no PIDDAC/93 para o Algarve o que desde já se pode adiantar é que significam um corte de 1 milhão e 900 mil contos em relação ao que estava previsto, situação agravada pelo facto de duas obras públicas (Via do Infante e infra-estruturas a Sotavento) absorveram 60% do investimento previsto para a região. O que resta, para além de ser pouco, é mal distribuído. O Governo, com esta proposta, abandona o apoio a importantes obras de carácter social, despreza o centro e interior do Algarve. Não dá

lamentar do PCP, no sentido de minorar os efeitos negativos do conteúdo deste orçamento. Ao mesmo tempo solidariza-se com a luta dos eleitos do Poder Local e apela aos eleitos da CDU para se empenharem no sentido de contribuir para que a jornada de luta decretada pela Associação nacional de Municípios e pela Associação Nacional de Eleitos nas Freguesias, marcada para



dia 11 de Dezembro, tenha a expressão e a força do justo protesto que é necessário desenvolver contra esta política e este Governo.»

Aveiro

Em nota divulgada no princípio do corrente mês, a Comissão Executiva da DORAV apreciava assim as verbas atribuídas às autarquias do distrito de Aveiro no OE para 93:

«A Comissão Executiva da DORAV do PCP, ao debruçar-se sobre as questões do Orçamento de Estado e dos seus reflexos na região, não pode deixar de chamar a atenção da opinião pública do Distrito para o facto de, uma vez mais, se estar a preparar a violação da Lei das Finanças Locais pela via do orçamento de Estado sonhando às autarquias do Distrito cerca de 4 milhões a que teriam direito durante o ano de 1993.

«Se a este montante juntarmos os 2,8 milhões sonhados durante o ano em curso, então teremos um total de 6,8 milhões de contos que permitiriam muito investimento autárquico num Distrito em que, segundo vozes do próprio Governo, apenas 54% da população está servida por abastecimento domiciliário de água, contra 77% a nível nacional.

«A Comissão Executiva da DORAV considera que a proposta de verbas a transferir do Orçamento de Estado para as autarquias do Distrito constitui uma ofensa ao Poder Local e um atentado contra os interesses do Distrito, apesar de manter a opinião de que os municípios do Distrito não são modelos de gestão e de manifestar o seu desacordo pela generalidade da política autárquica que neles vem sendo seguida.

«Porque não defende a política do quanto pior melhor e porque, indo ao fundo da questão, quem é prejudicada é a população do Distrito, a Comissão Executiva da DORAV do PCP exige que a Assembleia da República corrija esta situação, sublinha o enorme significado do recente II Encontro Nacional de Autarcas que juntou cerca de 4000 eleitos locais e manifesta o seu acordo com as decisões nele tomadas, nomeadamente o encerramento das instalações das autarquias no dia 11 de Dezembro, dia da votação do Orçamento de Estado.»

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Carlos Carvalho no Parlamento sobre o Tratado de Maastricht

«Continuaremos a lutar para que não entre em vigor e para que Portugal não fique aprisionado no colete de forças dos projectos federalistas e dos interesses do grande capital»

Por imposição do PSD e do PS a Assembleia da República debate hoje o Tratado de Maastricht e propõe-se proceder amanhã à sua aprovação parlamentar para ratificação.

O PCP reafirma hoje e aqui que se trata de um propósito que não serve os interesses nacionais nem a «construção de uma Europa» de progresso e justiça social.

O PCP salienta que se trata de um facto que não prestigia as instituições democráticas e o próprio Parlamento.

O PCP mantém que o Tratado de Maastricht é inconstitucional, facto que não é alterado com a rejeição da nossa impugnação pelo PS e PSD.

O PCP sublinha que, mesmo que a Assembleia da República aprove o Tratado de Maastricht, continuaremos a lutar com muitos outros portugueses de diversas orientações políticas e ideológicas para que o Tratado de Maastricht não entre em vigor e para que Portugal, os seus interesses e a sua soberania não fiquem aprisionados no colete de forças dos projectos federalistas e dos interesses do grande capital.

Este debate parlamentar, e a aprovação de Maastricht que é o seu explícito objectivo, culminam não um intenso e amplo debate nacional que a natureza do Tratado e as suas graves consequências para a vida nacional e o futuro de Portugal inteiramente justificavam e exigiam. Mas um processo de viva oposição do PSD e do PS a esse debate, um processo de fuga a um esclarecimento profundo sobre o conteúdo do Tratado, um processo de desprezo e medo pela manifestação da vontade popular.

A aprovação parlamentar de Maastricht desejada pelo PSD e pelo PS culmina a persistente recusa, com argumentos inteiramente falaciosos, dos dois partidos à realização de um referendo nacional sobre o Tratado de Maastricht desejado pela maioria dos portugueses, e que teve a sua mais sólida expressão na rejeição da proposta do PCP para que em sede de revisão extraordinária da Constituição fosse introduzida na lei fundamental uma norma transitória que, sem modificação do estatuto constitucional do referendo e antes de qualquer adaptação da Constituição a Maastricht, permitisse a realização de uma consulta popular sobre o Tratado da União Europeia.

A aprovação parlamentar para ratificação do Tratado de Maastricht culmina uma prolongada atitude de cegueira e de autismo perante tudo o que se passou nos últimos seis meses na Europa de completa insensibilidade perante as divisões que o Tratado provoca nos povos europeus, perante a forte oposição que suscita perante os obstáculos jurídicos e políticos e as imensas dificuldades que cercam e atingem a viabilidade da sua próxima entrada em vigor.

A aprovação parlamentar para ratificação do Tratado de Maastricht feita a toque de caixa para que o Governo possa aparecer em Edimburgo com a ratificação no bolso, representa uma lamentável instrumentalização da Assembleia da República. Não ao serviço de uma entrada em vigor do Tratado em 1 de Janeiro, que toda a gente sabe estar completamente comprometida. Mas unicamente ao serviço de formas de pressão sobre outros Estados que ainda não o ratificaram e não tencionam ratificar tão cedo, e ao serviço da postura de «bom comportamento» face aos processos de que o Governo do PSD proclama ser a grande linha de defesa dos interesses nacionais e da posição negocial portuguesa.

E tudo isto quando os defensores de Maastricht nem sequer têm qualquer garantia, antes pelo contrário, quer quanto à dimensão financeira do Fundo de Coesão, quer quanto à aprovação do Pacote Delors II!

Depois do Não Dinamarquês não faltaram as declarações solenes sobre as intenções democráticas, sociais e descentralizadoras dos autores do Tratado, que aliás se intensificaram a partir do resultado do referendo francês. No dia seguinte podia-se ler: «A Europa será democrática ou não o será», dizia Jacques Delors; ela «deverá estar próxima dos cidadãos», acrescentava Helmut Kohl; «É preciso explicar a Europa» disseram em coro vários Primeiros-Ministros e Chefes de Estado, o que juntamente com a subsidiariedade e as declarações de respeito pelas identidades nacionais passaram a ser poções mágicas «salvadoras» de Maastricht..., tal como há pouco aqui ouvimos em repetição pelo Senhor Ministro.

Hoje em vésperas de mais uma Cimeira já não há quem não diga mal do Tratado, a começar pelos defensores da sua ratificação. Procuram sacudir a água do capote e tirar a fotografia para a História, face aos maus tempos que se anunciam. Desculpam-se sobre a falta de alternativas.

A crise é evidente e não é segredo para ninguém. Em Bruxelas, depois do referendo suíço, já se fala do «nado morto» de Maastricht e do «Espaço Económico Europeu». A crise monetária abana os alicerces do SME, a crise económica gangrena os tecidos sociais. A erosão política dos defensores do

Tratado é visível, como é infelizmente visível a crise mundial alimentada e explorada pelos nacionalismos e fundamentalismos. No entanto, em Lisboa, PS e PSD, surdos-mudos aos acontecimentos, apressam-se a ratificar o inexistente.

Nós não aceitamos a política dos factos consumados, nem os maniqueísmos do tipo «Maastricht ou caos». Nós somos por uma «construção europeia» que responda às aspirações dos povos e às exigências dos novos tempos. Por uma Europa inteira, com uma efectiva dimensão social do desenvolvimento. Uma Europa de paz e cooperação e não por uma construção neoliberal, por uma Europa da desregulação e da lei do mais forte, por um Tratado que acentua o défice democrático.

Durante anos falou-se do défice democrático para referir a limitada democraticidade do processo de decisão política a nível comunitário.

Com a perspectiva do Tratado da União Europeia passou-se a falar de duplo défice democrático para aludir a limitação de competências dos parlamentos nacionais e a degradação da democraticidade das instituições, que é inerente à transferência de poderes dos Estados para a Comunidade Europeia.

Nós, comunistas portugueses, julgamos que há razões para falar em triplo défice democrático; a falta de debate, de intervenção dos cidadãos, de informação, as mistificações e chantagens inerentes a todos este processo que antecedeu a aprovação do Tratado.

Este terceiro défice encontrou uma expressão maior na recusa do referendo pelo PS e PSD. Mas traduziu-se também em muitos outros actos e episódios lamentáveis.

Depois de se negar a amputação da soberania que o Tratado comporta passou a argumentar-se que tal não era nada de novo pois o País já alienara soberania quando aderiu à NATO, ao Tratado de Roma, e quando aprovou o Acto Único. Mas quem assim argumenta «esquece-se» de dizer que com Maastricht há um salto qualitativo, que se acaba com o direito de veto e que se alargam as decisões por maioria, que Portugal perde o direito de dizer «NÃO» quando estejam em causa interesses vitais.

O Tratado de Maastricht implica e significa uma alteração de natureza qualitativa do processo de integração comunitária com substanciais implicações políticas que alteram o equilíbrio de poderes actualmente existente entre os Estados e as instâncias supranacionais da Comunidade.

E é indesmentível que essa alteração está orientada no sentido da natureza federal da Comunidade Europeia.

Na verdade, em Maastricht, na boa técnica da dissimulação, foram eliminadas as referências ao «processo gradual conduzindo a uma União de vocação federal» e à «perspectiva de um reforço do carácter federal da União».

Mas a supressão dessas referências não foi acompanhada de qualquer alteração do seu conteúdo substancial. Por razões tácticas dos chefes de Governo que assinaram o projecto de Tratado, visando limitar a oposição dos respectivos povos à sua ratificação, o federalismo foi suprimido mas o conteúdo manteve-se.

De facto, e como reiteradamente temos afirmado e demonstrado, o que basicamente está colocado pelo Tratado de Maastricht é o abandono pelos Estados-membros dos seus poderes soberanos em áreas fundamentais da garantia da independência e da soberania nacionais, nomeadamente no âmbito da emissão de moeda, das políticas monetária, cambial e orçamental, das políticas externa, de defesa e de segurança interna e a transferência desses poderes soberanos para instituições e órgãos de decisão supranacionais, que não são politicamente responsáveis perante os parlamentos nacionais e os povos de cada um e de todos os Estados-membros da Comunidade Europeia.

A União Económica e Monetária, apresentando-se como peça fundamental do Tratado, reporta-se quase exclusivamente a uma união monetária cujo objectivo último é a criação de uma moeda única.

Esse objectivo final, de índole marcadamente política e ao qual se pretende atribuir carácter irreversível, não é sustentado por razões de ordem económica, já que estas poderiam ser prosseguidas através da implementação de paridades duradouramente fixas entre as várias moedas.

O que a criação «irreversível» da moeda única evidencia, sem margem para sofismas, é a natureza federal da União, pois só a perspectiva de uma federação de Estados impõe uma moeda única.

É a partir do compromisso da moeda única que os autores e os fundamentalistas defensores do Tratado de Maastricht pretendem arrastar a uniformização e centralização das políticas económicas e conseguir uma União Política de base federal.



A criação do Banco Central Europeu é paradigmática. São-lhe conferidos poderes para definir e executar uma política monetária e cambial, cujo «objectivo primordial é a manutenção da estabilidade dos preços», e ao qual se subordinarão todas as políticas económicas na Comunidade.

Os bancos centrais nacionais, como o Banco de Portugal, perderão o essencial das suas competências e da sua autonomia, passando a funcionar como meras dependências executivas «regionais» do Banco Central Europeu. O qual será independente dos poderes políticos nacionais (e mesmo comunitário) e cuja Comissão Executiva será constituída por apenas seis membros, não eleitos e sem qualquer controlo democrático. Só por cegueira, má-fé ou humor de mau gosto é que nesta questão se pode falar de «soberania partilhada».

É que o essencial da política financeira e económica da União e dos Estados-membros será dirigida por uma instituição supranacional, de natureza federal, que não responde politicamente perante ninguém. Mas, evidentemente, o Banco Central Europeu não deixará de estar sujeito às relações de poder político e económico dos grandes países nem à pressão dos grupos transnacionais e dos interesses dominantes nos mercados financeiros, à imagem e semelhança do que hoje sucede com o Bundesbank.

O compromisso da moeda única, para além das implicações que pretende arrastar a nível da integração política de essência federal, tem profundos e nefastos efeitos económicos e sociais para os países menos desenvolvidos e periféricos, como Portugal.

O objectivo da moeda única impõe critérios de convergência exclusivamente financeiros, mecânica e uniformemente aplicáveis a todos os Estados-membros, sem terem em conta os estádios de desenvolvimento económico e social de cada um e as profundas diferenças na vulnerabilidade de cada economia nacional para enfrentar choques externos e crises assimétricas.

Essa exigência que o Tratado impõe nos critérios de convergência nominal é irracional e contrária à necessária e primordial convergência económica no âmbito dos níveis de desenvolvimento económico e social, incidindo mais negativa e pesadamente sobre os países menos desenvolvidos como Portugal.

Para a Alemanha poderá ser prioritária a «estabilidade de preços» com uma inflação da ordem dos 2% tendo em atenção o seu nível de desenvolvimento económico.

Mas o que é bom para a Alemanha e para o marco não tem necessariamente de ser bom para Portugal e para o escudo.

A prioridade para o nosso país é a de um elevado nível de crescimento e desenvolvimento económico e social que permita uma aproximação rápida das estruturas económicas, dos níveis de produtividade, de rendimentos, de segurança social, de condições de trabalho, à média comunitária.

E essa prioridade nacional não é compatibilizável com uma união monetária assente nos dogmas neoliberais e em directrizes conservadoras e classistas da política económica, com uma concepção claramente monetarista da economia, que privilegia exclusivamente os aspectos financeiros e omite as condições necessárias para atingir objectivos reais de crescimento económico, de níveis de vida e de protecção social, de mais justa repartição da riqueza criada.

A verdade é que no quadro definido pelo Tratado de Maastricht no quadro de moeda única, de políticas monetária e cambial únicas, de sujeição a orientações gerais de política económica de maior concorrência internacional, de competição em muitos produtos com países do terceiro mundo, por acréscimo sofrendo processos de ajustamentos estruturais, Portugal ver-se-á impossibilitado de crescer mais rapidamente que os restantes países comunitários.

A verdade é que, ao mesmo tempo que o Tratado sujeita Portugal a uma estratégia económica supranacional, inevitavelmente

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Ratificado Tratado de Maastricht Perda de soberania não incomoda PS e PSD

A Assembleia da República aprovou faz hoje uma semana a ratificação do Tratado de Maastricht. Na votação, corolário de um processo marcado pela ausência de um debate profundo ou de qualquer auscultação popular, sem surpresa, PS e PSD deram o "sim". Em sentido contrário foram os votos dos deputados de "Os Verdes", CDS e PCP, com este último a explicitar que não baixará os braços e que prosseguirá a luta para que o Tratado não entre em vigor e os interesses e a soberania de Portugal sejam salvaguardados.

Estas foram de resto as grandes questões que estiveram no centro do debate e marcaram a clivagem entre defensores e opositores do Tratado, com os primeiros a enaltecerem por todos os meios as virtudes de uma União Europeia que dizem corresponder plenamente aos interesses do País, e estes últimos, numa posição distinta, a sustentarem a sua recusa na base dos perigos que comporta uma Europa federalista e centralista.

Sem diferenças assinaláveis entre si, PSD e PS expressaram assim ao longo do debate as suas convicções europeístas, tudo, claro

está, em nome dos "interesses actuais de Portugal", levando mesmo a sua identificação nesta matéria ao ponto de não regatearem mútuos aplausos, troca de galhardetes que no caso da bancada laranja se estendeu em rasgados elogios ao "sentido de Estado" dos socialistas.

Sobre o próprio conteúdo do Tratado e suas consequências negativas para o País, designadamente ao nível da perda de soberania, essas, porém, foram questões sobre as quais os dois partidos pouco ou nada disseram, passando pelo assunto como gato sobre brasas. Talvez porque, mais prosaicamente, como tratou de chamar a atenção Octávio Teixeira, o seu desejo de ratificar a todo o custo o Tratado não esteja afinal dissociado do "seu objectivo e interesse fundamental" que é a "transformação da Europa comunitária num efectivo «bloco económico e político-militar»", sob o comando das grandes potências comunitárias.

E assim sendo, como insistiu em assinalar o líder parlamentar comunista, não admira por conseguinte que para o PS e PSD tudo o resto seja acessório, trate-se da transferência de soberania nacional para

órgãos supranacionais ou das orientações da UEM prejudiciais ao desenvolvimento económico e social do País, do facto de o Tratado subalternizar a dimensão social e a orientação para o desenvolvimento ou mesmo de impor de forma exclusiva e irreversível a concepção monetarista como a única admissível para a política económica da União e de cada um dos Estados-membros.

Contrariando a ideia de que o Tratado de Maastricht é "a sequência lógica e inevitável do Tratado de Roma e do Acto Único Europeu", coube ainda a Octávio Teixeira esclarecer que tal não é verdade, porquanto, precisou, sendo de facto "um dos modelos possíveis", não é menos verdade que "é um péssimo modelo" - "para nós um modelo inaceitável", enfatizou -, existindo em sua opinião soluções alternativas.

"O aprofundamento da cooperação comunitária pode e deve fazer-se com base na salvaguarda das soberanias e independências nacionais, e orientar-se fundamentalmente para o desenvolvimento económico e social de todos os países, e em especial os que se apresentam

mais atrasados", adiantou a propósito, antes de tecer duras críticas aos "fanáticos de Maastricht" que impediram o esclarecimento dos portugueses sobre estas matérias, substituindo o debate nacional por "debates em circuito fechado no âmbito das comissões especializadas".

Para a bancada comunista, cujas posições ao longo do debate foram igualmente defendidas pelos deputados Carlos Carvalhas (ver intervenção nestas páginas), Lino de Carvalho e António Filipe, motivo de críticas foram ainda noutro plano o bloqueio do PS e PSD à realização de um referendo e, por último, a natureza marcadamente federalista do Tratado de Maastricht, claramente visível, entre outros aspectos, na criação de uma moeda única e de um Banco Central Europeu, na imposição de regras vinculativas para os orçamentos nacionais, na atribuição de uma identidade jurídica internacional (autónoma dos Estados membros) no âmbito da política externa e de segurança comum, na generalização da regra do voto por maioria nas decisões do Conselho.

crises e recessões. A verdade é que nestas condições o nosso país se verá objectivamente impedido de progredir no sentido da convergência económica, com os países mais desenvolvidos e ficará condenado a permanecer cada vez mais na cauda do pelotão comunitário.

(...)

Como o confirma, de modo eloquente, o facto de os países mais ricos e poderosos, designadamente Alemanha, França, Itália e Reino Unido, recusarem frontalmente o chamado «Pacote Delors» que, de forma insuficiente embora, procurava compensar efeitos negativos e corresponder na prática aos compromissos implícitos no Tratado para com o reforço da «coesão económica e social».

Igualmente no que respeita à dimensão social da Comunidade, nada ou pouco se avança. Fala-se na União económica e monetária e na União política, mas nunca se refere, sequer, a perspectiva de uma União social.

Pelo contrário, o que o Tratado de Maastricht reafirma é que a política social, se em política se pode falar, se orienta pelas prescrições mínimas, na prática, pela igualização por baixo e não pela «harmonização no progresso».

Isto é, o Tratado de Maastricht secundariza as políticas social e de desenvolvimento económico, e privilegia a concepção monetarista de uma economia em que impere um «liberalismo sem regras e sem ética».

A vertente económica e financeira do Tratado de Maastricht, implicando perdas de soberania, tem uma dimensão política que não pode ser sonogada.

Mas a perda de soberania verifica-se igualmente na Política Externa e de Segurança Comum, onde é introduzida a possibilidade de voto maioritário na execução da política externa e onde, a prazo, se aponta para uma defesa comum, de que é elemento pioneiro o corpo de exército franco-alemão.

Perdas de soberania ainda, nas questões da justiça e assuntos internos, nas políticas de vistos e de imigração, na restrição do direito de asilo.

De facto, a União Europeia desenhada em Maastricht está concebida para possibilitar o domínio dos mais fortes e não para realizar o desenvolvimento e a justiça social.

Está a preparar-se mais para ser uma superpotência militar do que um factor de paz.

Constrói-se mais como uma Europa de polícias e serviços de informações, uma Europa xenófoba e racista, do que uma Europa dos direitos, uma Europa humanista e aberta ao mundo.

Por tudo isto, o caloroso apoio do PS ao Tratado de Maastricht e o facto de em todos os momentos e questões fundamentais deste processo — reacção ao Não Dinamarca, argumentação viciosamente catastrofista sobre as alegadas consequências de Maastricht, recusa do referendo nacional, acordo de revisão constitucional, pressa na ratificação antes da cimeira de Edimburgo — o PS ter estado sempre estreitamente aliado ao PSD constituem factos extremamente negativos na actual situação política, facilitando a ofensiva global do Governo.

A reconstituição pelo PS de um «bloco central» pró-Maastricht não se limita a pôr novamente em evidência que o PS e PSD, por entre a gritaria e o espalhafato da política-espectáculo e dos duelos verbais em matérias acessórias, partilham uma considerável comunidade de interesses e de projecto.

Mas mais do que isso, o PS ao apoiar Maastricht está objectivamente a aceitar toda a afectação da capacidade de decisão nacional que o Tratado representa, está a aceitar todos os consangüinamentos em matéria de política orçamental, económica e social que o Tratado impõe. São factos indistigáveis.

No fim do século XX o traço caracterizador da Europa não é o desaparecimento ou fusão das nações num produto uniforme, incarácterístico e empobrecido, mas sim a afirmação da sua riqueza e diversidade cultural, étnica, linguística. As aspirações dos povos à convivência, à cooperação, respeito mútuo, à pluralidade, democracia e desenvolvimento não se podem apagar, nem esmagar com relações de dominação.

Ter consciência da existência e da necessidade de respeitar as nações e o fenómeno nacional não é contemporizar com o nacionalismo, o racismo e a xenofobia. É antes contribuir para isolar e impedir que vingam esses fenómenos que tentam

medrar no terreno do descontentamento social, do cosmopolitismo, do afastamento dos cidadãos do processo de decisão política a nível nacional e a nível comunitário. O patriotismo é distinto do nacionalismo e é mesmo uma forma adequada de combater tal preversão e o modo como a extrema-direita a tenta instrumentalizar.

Para o PCP é claro, entretanto, que há aspectos que com vantagem podem ser regulados a um nível interestadual numa base de igualdade e de efectiva cooperação o que não se verifica com Maastricht.

Maastricht não responde aos desafios deste fim de século e desde logo ao desemprego, à precariedade do emprego e à pobreza.

A comunidade conta com mais de 15 milhões de desempregados e 53 milhões de pobres e é evidente que não é Maastricht que responde a estes problemas. Pelo contrário, agravá-los-á. Só uma verdadeira cooperação mutuamente vantajosa e iniciativas comunitárias de crescimento para cada País lhes poderão dar resposta, o que implica desde logo recusar o monetarismo e a prevalência da convergência monetária, o ultra-liberalismo, o banco central e a moeda única tal como estão perspectivados.

(...)

Maastricht não responde aos desafios deste fim de século, nem corresponde à construção de uma Europa inteira de paz e cooperação onde o nosso país se pudesse inserir em pé de igualdade e com efectivos apoios para a materialização de uma economia moderna, desenvolvida e solidária.

(...)

E que fique claro:

O Tratado é escrito, da primeira à última linha, na pressuposição de que se destina a ser subscrito por doze países. Todo o sistema de votação e funcionamento tem esse pressuposto.

O artigo 236.º do Tratado de Roma só permite a revisão por todos os Estados membros e o citado artigo R/2 do Tratado de Maastricht só permite a entrada em vigor com o depósito dos instrumentos de ratificação de todos os Estados membros. Nem a Dinamarca, nem nenhum Estado pode ser vincula-

do sem a ratificação do Tratado por todos e cada um dos Estados membros.

Pode pretender-se que assim não o é, mas só fazendo prevalecer o malabarismo político em prejuízo das normas do Estado de Direito que se diz defender.

Será mais um momento em que as imposições cegas e arbitrárias de maiorias prevalecerão sobre as declarações solenes de princípios.

Será mais uma prova de que a «construção» de uma Europa humanista e democrática cede perante a eurofúria burocrática que anseia colocar o poder e as instituições longe dos povos, longe dos órgãos democraticamente legitimados, entregues a castas fechadas, bem remuneradas, e sem controlo dos cidadãos e das instituições que os representam.

Não é esse o caminho que propomos, nem para a Europa, nem para Portugal.

É para nós inaceitável uma Europa em que a coesão económica e social pouco mais é do que uma imagem atrás da qual se esconde a nudez das desigualdades sociais regionais.

É para nós inaceitável e intolerável um Portugal amputado na sua soberania, com uma vida democrática empobrecida, subalternizado e dependente, com uma economia vulnerável e apendicular, com a exploração desenfreada, difíceis condições de vida nas metrópoles e amplas regiões desertificadas.

Continuaremos a nossa luta e intervenção por um País digno, livre, desenvolvido, parte de uma Europa inteira, de paz, de justiça social.

Por isso mesmo, rejeitamos a constituição de um directório das grandes potências europeias ditando as regras aos outros países, rejeitaremos o domínio de burocracias sem legitimação nem controlo democrático.

Por isso, por Portugal e pela Europa rejeitamos Maastricht!

(Extractos da Intervenção produzida dia 9 pelo secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, na Assembleia da República)

Leis eleitorais PSD quer mais deputados com menos votos

Apesar das suas flagrantes inconstitucionalidades, sobem hoje a plenário dois diplomas da maioria governamental sobre as leis eleitorais para a Assembleia da República e para as autarquias. Para trás fica a rejeição pelo PSD no final da passada semana de dois recursos interpostos pelo PCP e PS com vista à sua não admissão, iniciativas fundamentadas precisamente no facto de os dois diplomas colidirem no seu articulação com a Lei Fundamental.

Na sequência de anteriores chamadas de atenção quanto aos propósitos que fazem correr nesta matéria o partido do Governo, o PCP irá certamente no debate de hoje apontar de novo as inconstitucionalidades presentes nos dois diplomas, os quais, nos seus objectivos essenciais, visam distorcer a proporcionalidade, defraudando-a, por forma a permitir ao PSD, como sublinhou João Amaral na semana finda, "conseguir mais deputados com menos votos". Para o deputado comunista é a "violação do princípio da representação propor-

cional" que está em causa, bem como o estabelecimento implícito de uma "cláusula-barreira que a Constituição expressamente proíbe". Exemplificando, João Amaral recordou que, no primeiro caso, se este projecto fosse aplicado nas últimas eleições, o CDS em vez de cinco teria dois deputados e o PSN nenhum, revertendo todos esses mandatos, incluindo os que a CDU perderia, para o PSD; no segundo caso, explicou, a cláusula-barreira significaria que em nenhum dos trinta círculos se poderia eleger deputados com menos de cinco por cento, e no círculo nacional exigir-se-ia uma votação de cerca de três por cento.

Quanto ao diploma sobre as leis eleitorais para as autarquias, do que se trata é da violação do princípio constitucional da conversão dos votos em mandatos pelo método proporcional de Hondt, isto é, de acordo com as palavras de Odete Santos, da "transmutação de maiorias relativas em maiorias absolutas na formação de executivos municipais".

O serviço público de televisão

A degradação da programação da televisão portuguesa fica a marcar negativamente este final de ano. Justificadamente se coloca no centro das atenções de quantos se preocupam com o seu impacto cultural, social e político, a necessidade de debater o conceito de serviço público.

Quando, há alguns anos, os comunistas previram as consequências da privatização da TV, muitos foram os que, sob a pressão de interesses políticos e económicos, defenderam posições contrárias. Hoje, muitos deles manifestam a sua indignação diante da frenética disputa de audiências na base do «Audimat» que se está a traduzir numa quebra assinalável da qualidade e diversidade, no estímulo consumista, no fraccionamento da atenção em condições susceptíveis de afectarem o normal desenvolvimento psicológico dos públicos mais jovens, no abandono da língua portuguesa.

Os sinais da degradação

Antes do início das emissões dos canais privados de televisão, a RTP iniciou alterações assinaláveis na sua programação numa perspectiva de concorrência de televisão «comercial».

Confundindo deliberadamente a necessidade de assegurar elevadas e diversificadas audiências com os desígnios da publicidade, a RTP apostou numa programação que fosse paga por aquela, assim fazendo perigar a necessária independência para a realização do serviço público.

A RTP começou a reduzir a produção, mantendo apenas em projecto o seu Centro de Produção, investiu na compra de enlatados, na proliferação de concursos, sorteios e telenovelas brasileiras, removeu a qualidade da programação dos horários nobres em benefício de ficções medíocres e programas indigestos, viabilizou a invasão da publicidade em todos os tipos de programas.

A concorrência

Com o início das emissões da SIC, o panorama agravou-se. A SIC seguiu o modelo da RTP e nem sequer na informação soube ser significativamente diferente. O nível de programação baixou ainda mais.

Disputando um «bolo» publicitário que não cresce em função do número de canais, a guerra das audiências instalou-se: desrespeitaram-se os telespectadores com alterações abruptas das programações anunciadas, aumentou ainda mais a oferta de telenovelas, de concursos despidos de qualquer interesse cultural, de sorteio, a publicidade passou a violar abertamente as leis e a ética, o debate político interpartidário está a desertar o canal de maior audiência e dos horários nobres.

E no que respeita a outras condições exigidas no concurso, o canal privado diz que «Não somos produtores. Somos meros difusores» para pôr em causa o pagamento dos 4% sobre a publicidade para o apoio ao cinema português...

Dos cadernos de encargos a que os canais se comprometeram, dos objectivos genéricos da actividade televisiva expressa na Lei da Televisão e de outros requisitos apontados nos mais recentes estatutos da RTP, que resta?

A entrada em Janeiro de mais um operador nesta «guerra» da publicidade/

Publicamos hoje o documento do serviço público de televisão que foi divulgado na conferência de imprensa do PCP sobre política cultural realizada em 30 de Novembro, no CT da Soeiro Pereira Gomes, e onde foi também dada a conhecer a posição do Partido sobre o OE para a Cultura (que inserimos na edição de 3 de Dezembro). No encontro com os jornalistas, como informámos, participaram os camaradas António Abreu, Viriato Jordão, José Manuel Vargas, Artur Ramos e Mário Castrim.

/audiências tornará a situação ainda mais insustentável.

Entretanto, a Alta Autoridade para a Comunicação Social tem estado silenciosa neste campo e nem sequer se fez representar no recente colóquio internacional sobre o futuro serviço público de televisão (1) porque a pessoa destacada para o efeito...

foi nomeada para funções de apoio ao Governo.

Entendemos que a AACS deve rapidamente intervir neste processo, no cumprimento das suas atribuições.

A RTP está, pois, a abandonar o serviço público. Os canais das duas empresas não cumprem os fins genéricos, pela Lei da Televisão, deveriam presidir à sua actividade.

E, no entanto, como aliás foi reconhecido no referido colóquio internacional, o serviço público é essencial e importa desenvolver em cada país o debate sobre ele para melhor fundamentar decisões nacionais e decisões da conferência ministerial europeia de Praga sobre política de comunicação social, em 1994.

As responsabilidades do Governo

O Governo tem em todo este processo altas responsabilidades.

Não promoveu o debate público sobre o serviço público de televisão ao longo de todo o período que antecedeu o início das emissões privadas de modo a não se assistir ao degradante espectáculo da disputa de audiências, sem qualquer respeito pela integridade das obras e pelos princípios gerais que definem a actividade de televisão em Portugal, ou pelos direitos dos telespectadores. Mesmo este colóquio tardio promovido pelo Secretariado Nacional do Audiovisual, que teve aspectos positivos, não previu o convite aos sindicatos, profissionais de televisão em Portugal, ou pelos direitos dos telespectadores. Mesmo este colóquio tardio promovido pelo

Secretariado Nacional do Audiovisual, que teve aspectos positivos, não previu o convite aos sindicatos, profissionais de televisão em número significativo, associações culturais.

O Governo não investiu na empresa de serviço público de forma a dar resposta aos desafios do aumento da produção face à nova situação, que incluíse a elevação da qualidade e a inovação para captar audiências e o recurso à experimentação e utilização de novas tecnologias, que mais nenhum operador tem possibilidades de fazer.

O Governo fechou os olhos a uma histórica corrida às audiências como se elas fossem um fim em si quando no serviço público elas não são um meio para garantir publicidade mas um meio para garantir o interesse regular dos telespectadores.

O Governo prepara a redução do serviço público à prestação de serviços concretos — sejam eles a difusão internacional, os tempos de antena, os programas religiosos e as emissões para as regiões autónomas —, não fazendo aplicar uma concepção de serviço público como filosofia não comercial de informação e programação.

Assim, o Governo descaracterizou o serviço público ao mesmo tempo que o instigou a concorrer desenfreadamente com as televisões privadas que o Governo clama constantemente só terem sido possíveis por intervenção sua.

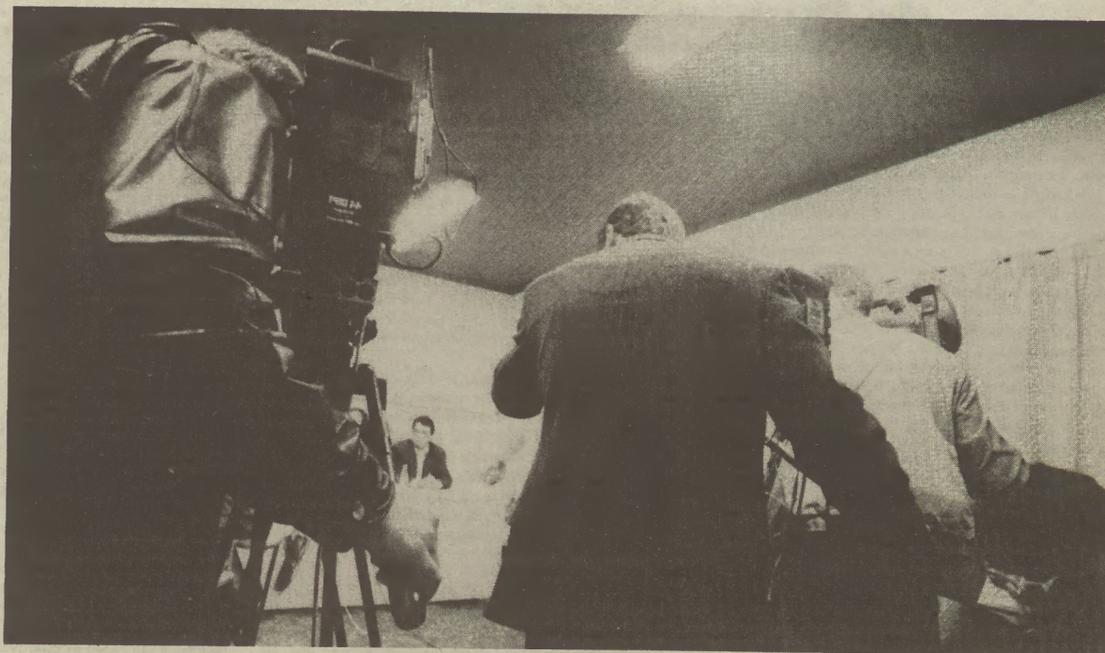
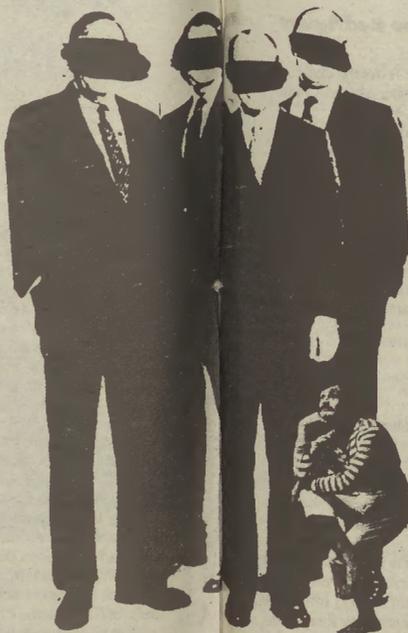
O Governo nada fez para criar o Conselho de Opinião previsto nos novos estatutos da RTP enquanto nomeia sucessivas administrações que se destinam a aplicar soluções «rentáveis» que passam pela eventual redução da já escassa produção própria — nomeadamente de acção — e por despedimentos.

Uma concepção inaceitável de serviço público

As declarações, no colóquio que temos vindo a referir, do ministro Marques Mendes e as declarações, produzidas noutras circunstâncias, pelo futuro presidente da RTP, revelam uma concepção de serviço público incompatível com as necessidades do País, do desenvolvimento cultural, das possibilidades abertas pelo desenvolvimento tecnológico. E revelam uma disposição de investimento apenas dirigido para o uso da RTP como uma política do Governo.

A fórmula equívoca do ministro «produzir ou incentivar a produção» como primeiro objectivo do serviço público quando o Centro de Produção da RTP não sai do papel e a palavra de ordem é produzir concursos, sorteios, fazer transmissões de futebol, passar mais telenovelas e outros enlatados, em prejuízo de tudo o resto, torna claro que aquele «ou» significa que à RTP noutras áreas estará destinado o papel de difusor de programas americanos e japoneses e de multinacionais de produções ditas «europeias».

Mesmo que o ministro não pudesse faltar a este colóquio poderia não ter citado, hipocritamente, outros objectivos do serviço público como se estivessem a ser cumpridos ou como se o Governo estivesse interessado em os ver



cumpridos quando é exactamente o contrário que acontece, com especial destaque para a afirmação da «identidade cultural» e a «difusão de obras genuínas da cultura» que a televisão serviria. Ou ainda para o respeito de princípios de independência impossíveis de discernir por detrás da governamentalização que presidiu à feitura dos novos estatutos da RTP, ou para o pluralismo, o rigor e a objectividade, quando o debate político interpartidário está a desaparecer e aumentam as marginalizações de correntes de opinião e organizações sociais e políticas de implantação significativa na sociedade portuguesa.

O serviço público que defendemos

1. Defendemos um serviço público de televisão assente em dois canais que se completem e assegurem — sem especialização — a satisfação de interesses culturais e recreativos diversos e somos contra a transformação de algum deles em «canal cultural», um canal de «miríades», ou contra qualquer tipo de «ghettos» na programação.

2. Defendemos um serviço público generalista, aberto à criatividade, às experimentações, que se liberte da rotina da

reprodução dos esquemas de programação habituais e que incorpore e estimule os avanços tecnológicos, que não abdique de um papel pioneiro e indutor da programação de outros canais.

3. Defendemos como indispensável a entrada em funcionamento do Centro de Produção da RTP e o reforço dos subsídios do Estado com um sentido que seja, não apenas a indemnização compensatória pelos serviços a que o governo quer reduzir a concepção de serviço público, mas o de permitir realizar o modelo que aqui propomos.

4. Defendemos um serviço público que, face à necessidade crescente de apoios do Estado e à crescente intervenção dos interesses comerciais através das centrais de publicidade, veja asseguradas garantias de independência. O que, entre outras medidas, exigirá a desgovernamentalização da RTP, hoje negada pelo seu mais recente estatuto e limitações na publicidade, de modo a que esta não interfira com a natureza dos programas, com a dignidade dos direitos dos seus criadores, não exceda certos limites por hora de emissão, não se sobreponha a outras imagens e não constitua um fim em si.

5. Defendemos um serviço público que pratique em todos os seus canais, em horário nobre, o debate pluralista, o debate político interpartidário e, em geral, o confronto das diferentes correntes de opinião e o rigor, isenção e objectividade.

6. Defendemos um serviço público que não recorra à violência gratuita ou à violência da tensão psicológica, à violência da mediocridade, à violência do apelo consumista.

7. Defendemos que, sem eludir qualquer questão ou problema grave que afecte a sociedade e o quotidiano dos cidadãos, é possível gerir os suportes visuais das notícias de forma a utilizar racionalmente os serviços informativos e guardando para os períodos nocturnos os aspectos mais chocantes e mais capazes de perturbar a maturação psicológica dos espectadores mais jovens.

8. Defendemos um serviço público que desenvolva o espírito crítico dos portugueses, permitindo-lhes formar opinião, na base de diferentes opiniões, e elevar o seu grau de exigência em relação à própria programação.

9. Defendemos um serviço público que estimule a criatividade, tanto pela dinamização das suas estruturas e meios técnicos e humanos como pela colaboração com entidades privadas de produção. Que promova os autores portugueses, o cinema e teatro nacionais, os actores e todos os que podem contribuir com a sua inteligência e talento para a criação e fruição dos programas. Que estimule novos valores fazendo disto uma prática corrente e não remetida apenas para uma área de actividade ou um programa da grelha. Para que a produção nacional venha a ter o primeiro lugar que lhe cabe na programação.

10. Defendemos um serviço público permanentemente preocupado com a defesa e promoção da língua e da cultura portuguesas.

11. Defendemos um serviço público que, de facto, dê voz às inúmeras expressões de diversidade social e regional (não confundível com as disputas entre presidentes de clubes de futebol ou com o confronto «norte-sul» entre capitalistas) e seja capaz de descentralizar a informação e a programação, fazendo circular Portugal entre os portugueses.

12. Defendemos um serviço público que coopere com os PALOP's e chegue aos emigrantes espalhados por todo o mundo, liberto de atitudes neocolonialistas, da governamentalização da informação e de critérios de baixa qualidade.

13. Defendemos, enfim, um serviço público gerido de forma transparente e que premeie os mais capazes, que defina regras claras e públicas para o seu funcionamento — nomeadamente regras que assegurem o respeito por princípios e permitam chamar à responsabilidade os mais responsáveis.

Lisboa, 30 de Novembro de 1992.

O Organismo de Direcção do Sector da Comunicação Social

(1) «Serviço Público de Televisão — Que futuro?», 23 e 24 Nov. 1992, Hotel Tivoli, iniciativa do SNA.



O grande inimigo da Humanidade

■ Miguel Urbano Rodrigues

O desembarque de tropas norte-americanas na Somália foi apresentado como acto de humanismo inspirado por sentimentos de abnegação e generosidade. Uma gigantesca operação mediática, similar à montada durante a Guerra do Golfo, escondeu o objectivo real da iniciativa. Não foi a solidariedade às famélicas populações somalis, vítimas de guerras tribais, que motivou a intervenção dos EUA. Ele insere-se numa perigosa estratégia de poder.

O Conselho de Segurança cumpriu mais uma vez um papel instrumental. Mandatou os Estados Unidos para a tarefa que eles pretendiam desempenhar. A ajuda ao povo da Somália é necessária e indispensável. O dispositivo militar de cobertura ao auxílio humanitário somente seria, contudo, aceitável se a força das Nações Unidas fosse constituída por contingentes com efectivos equilibrados, sob comando de um general originário de um pequeno país. Não foi o que aconteceu. A força desembarcada é comandada por um estado-maior norte-americano e a esmagadora maioria dos soldados pertence ao Exército, à Marinha e à Força Aérea dos EUA.

Quando um político como Henry Kissinger se interroga sobre o que pretendem os EUA e o *New York Times* manifesta apreensão pela ausência de um calendário e temor de que as tropas norte-americanas se instalem por tempo indeterminado no Corno de África — a reflexão sobre o episódio da Somália torna-se necessária e urgente. Os objectivos humanitários são simples pretexto para uma operação que se insere no desenvolvimento da estratégia imperial dos EUA.

Lei da selva

Em Outubro, a promulgação da Lei Torricelli por George Bush foi outro marco nessa estratégia. O chamado *Cuban Democracy Act* não deve ser somente visto como iniciativa tendente a reforçar o estrangulamento económico da Ilha socialista. É também um ensaio, um teste, dirigido sobretudo aos aliados ocidentais de Washington. Até onde permitirão eles que os EUA avancem na ambição de imporem à humanidade a sua vontade discricionária?

É inquietante, em primeiro lugar, a docilidade com que o Congresso votou desta vez uma lei que fere princípios fundamentais do Direito Internacional.

Ao pretender, por um acto do Poder Legislativo dos EUA impor punições a países e empresas estrangeiras que mantenham com Cuba um comércio normal — a Lei Torricelli coloca a humanidade perante uma situação inédita. A atitude norte-americana envolve um perigoso desafio à comunidade mundial.

Cabe perguntar, depois da promulgação da Lei Torricelli, se o Direito Internacional existe ainda para os EUA?

A Carta da ONU determina que os estados-membros da Organização se «abstenham de recorrer à ameaça ou ao uso da força contra a integridade territorial ou a independência política de qualquer Estado ou a qualquer outra forma incompatível com os propósitos das Nações Unidas». Desenvolvendo esse princípio, a Carta dos Direitos e Deveres Económicos dos Estados estabelece que «nenhum Estado poderá tomar medidas económicas, políticas ou de qualquer outra índole, nem fomentar o emprego de tais medidas, com o objectivo de coagir outro Estado para obter dele a subordinação do exercício dos seus direitos soberanos».

A Carta de Organização dos Estados Americanos (OEA) de que os EUA são signatários dispõe, por outro lado, no seu art.º 19: «Nenhum Estado poderá aplicar ou estimular medidas coercitivas de carácter económico e político para forçar a vontade soberana de outro Estado e obter deste vantagens de qualquer natureza.»

O Congresso dos EUA e a Casa Branca jogam pois às urtigas a letra e o espírito da Carta da ONU e da Carta da OEA. A Lei Torricelli consagra o primado da Lei da Selva.

A «Pax Americana»

A Lei Torricelli está impregnada de ódio a Cuba. Os EUA sentem rancor pela ilha. Não apenas porque o seu povo levou adiante uma revolução socialista na América. Dói-lhes talvez ainda mais que Cuba demonstre diariamente a vitalidade do socialismo e o defenda num tempo em que este acabou na Europa e no próprio país onde nasceu.

A resposta americana não implica somente a negação da democracia. Ao promulgarem a Lei Torricelli, os EUA anunciam a sua disposição de se comportarem efectivamente como polícia do mundo — sonho inquietante, próprio de um Estado com aspirações autocráticas.

George Bush expressou um grande contentamento ao assinar a 23 de Outubro, em Miami (rodéado da escória contra-revolucionária cubana), esse monstruoso diploma. Estava, afinal, a dar um passo mais na direcção do grande desígnio que tornou público após a guerra do Golfo: «De todas as nações do mundo somente os EUA têm a estatura moral e os meios para atingirem esse objectivo (...). Somos os pais da Nova Ordem.»

Não foi, assinale-se, original. Retomava, num contexto novo, o mito da nação predestinada, o messianismo culti-

vado pelos chamados *pais da Pátria*. Já Jefferson dizia que apenas os EUA poderiam salvar a humanidade, redimindo o homem dos seus pecados...

O objectivo da Nova Ordem de figurino norte-americano nada tem, contudo, de humanista. Visa a eternização da hegemonia militar e política (a económica foi a pique) que os EUA passaram a exercer no mundo após a implosão do socialismo na URSS e a desagregação do estado multinacional resultado da Revolução de Outubro de 1917.

O resultado do ambicioso projecto está à vista. Dois anos de calamidades, desordens e violência são elucidativos, como amostra, daquilo que o homem pode, no limiar do século XX, esperar da *Pax Americana*.

ONU condena EUA

A Lei Torricelli — repito — não constitui uma iniciativa isolada. Insere-se na política de dominação mundial dos EUA que William Neikirk caracterizou no «*Chicago Tribune*», condensando-a nesta síntese expressiva: «Seremos o polícia do mundo e estaremos em condições de meter na ordem, com os nossos punhos, os recalcitrantes!» (9.9.1990).

A Lei Torricelli é uma consequência lógica da política esboçada no famoso documento secreto do Pentágono (divulgado pelo *New York Times* em 8.3.92) intitulado *Guia de Planificação da Defesa Preventiva do Reaparelamento de um Novo Rival*. Nesse estranho estudo teórico, os estrategos do Departamento de Defesa não se limitam a conceber cenários de futuras (e desejadas) guerras e intervenções militares dos EUA. Afirmam com muita clareza que os EUA não podem admitir que os seus próprios aliados europeus e japoneses venham a dispor de um poder militar que reduziriam a sua dependência política de Washington.

O documento afirma sem rodeios que os EUA não estão dispostos a abdicar da sua hegemonia militar; tudo farão, pelo contrário, para lhe conferir um carácter permanente, impedindo que a Europa atinja no terreno dos armamentos um nível comparável ao seu.

Desta vez as coisas não saíram, porém, como Washington esperava. A Lei Torricelli desencadeou uma vaga de protesto de amplitude mundial. A América Latina insurgiu-se com veemência contra a pretensão norte-americana de aplicar as leis dos EUA fora do país. Os aliados europeus usaram palavras duras, tal como o Canadá. A Comunidade Europeia informou Bush de que os Doze «não aceitam que os EUA unilateralmente determinem e restrinjam as relações económicas e comerciais com qualquer país estran-



EM FOCO

Savimbi quer eternizar divisão de Angola

geiro sem que o Conselho de Segurança da ONU, considere que ele ameaça a paz ou a ordem de outras nações». Ora não é esse o caso de Cuba.

A surpresa maior para os EUA veio, porém, das Nações Unidas. A Assembleia Geral aprovou o projecto de resolução apresentado por Cuba.

O texto deixa claro que os EUA violaram instrumentos jurídicos internacionais de que são signatários e que consagram a liberdade de comércio e navegação. A votação consagrou pelas proporções e significado uma derrota histórica dos EUA.

Washington não conseguiu desta vez encontrar aliados dispostos a fazer o seu jogo. Apenas dois países, Israel e Roménia (para vergonha dos respectivos povos) votaram ao lado dos EUA contra a Resolução. O secretário de Estado Butros Ghali ficou incumbido de elaborar um relatório sobre o cumprimento da Resolução (cujo valor é sobretudo moral) pelos EUA. Estados membros da ONU, que eventualmente tenham ferido o Direito Internacional através de medidas similares às de Torricelli, foram instados a tomar as providências necessárias à sua eliminação e à anulação dos respectivos efeitos.

A advertência do Che

Poucas vezes na história da humanidade, talvez nunca, o Direito foi tão invocado como é hoje por um Estado que, afirmando-se defensor e intérprete dos seus princípios e valores, os desrespeita tanto e, em seu nome, tripudia com arrogância sobre a liberdade e a dignidade do homem.

Neste final do século XX, os EUA imitam a atitude da Roma imperial.

A Nova Ordem que Bush proclamou (e à qual Bill Clinton se propõe dar continuidade) assenta numa mundividência que atribui aos EUA a condição do povo predestinado, para tutelar a humanidade por eles hierarquizado e desprezado. É uma Ordem monstruosa que não respeita o direito dos povos a serem livres e que calca aos pés a dignidade do homem.

A guerra mediática comandada dos EUA dificulta muito, no dia-a-dia, a assimilação dessa evidência. Mas nem sempre a mentira funciona.

No caso da Lei Torricelli os EUA foram desmascarados e sofreram nas Nações Unidas uma derrota sem precedentes. O mérito cabe por inteiro ao heróico povo de Cuba.

A história confirma que a advertência do Che foi oportuna e lúcida: o imperialismo norte-americano é presentemente o grande inimigo da Humanidade.



Depois de um período de absoluta histeria, durante o qual insultou tudo e todos, incluindo as Nações Unidas e a sua representante em Angola, Margaret Anstee, a Unita mudou de tática. Pela primeira vez, começa a falar do seu objectivo nesta fase da luta: que venha a ONU e proceda à «separação» dos contendores.

Sublinhe-se que, em Angola, não se pode em boa verdade falar de beligerantes. Apenas há um beligerante. É aquele que se recusa a aceitar o resultado das eleições. (O facto de a Unita ter, com imensa facilidade, ocupado dezenas de municípios deve-se apenas a que não estava lá ninguém para se lhe opor. Quando muito, havia uma pequena força policial, muito pequena mesmo. Lá onde a força policial é um pouco maior, os «bravos» de Savimbi fogem como lebres.)

Há muito que se esperava que o Savimbi, derrotado nas urnas, tirasse da cartola um coelho destes. O que, entretanto, preocupa é que se não vê, da parte das Nações Unidas, a começar pela «senhora da ONU», como aqui se chama a Margaret Anstee, qualquer gesto claro que invalide esta tática savimbiana.

Jonas Savimbi prometeu «somalizar» Angola. Será que é isso que está a fazer? Muito sofrimento está a causar. Conseguirá um desembarque de *marines* para «separar» as facções «em confronto»? Estará na ideia de Savimbi uma «operação humanitária» que o deixe com uma grande parte do território, sabe-se lá por quanto tempo? (Os turcos invadiram Chipre em 1974 e ainda lá estão, dividindo ilegalmente aquele país mediterrânico.)

*
**

Primeiro foi Caxito, depois Ndalatando, depois, numa assentada Uíge, Negage e ataques ao Soyo, Mbanza Congo, Kuito-Bié, Sumbe, Porto Amboim e Gabela. Já para não falar das dezenas de municípios e comunas que a Unita ocupa militar e ilegalmente.

Os assassínios selectivos sucedem-se. Foi a família Marcelino, foi o médico David Bernardino, foi uma freira portuguesa. Estas são as vítimas cujos nomes ultrapassaram, por razões evidentes, o anonimato. O facto de a Unita não ter qualquer reboço em assinalar personalidades como estas, deixa-nos perceber o massacre que vai pelo país fora. Sobas, dirigentes locais do MPLA, funcionários do Estado e das autarquias, jovens em idade militar têm sido mortos por todo o lado. Há notícias que vão chegando a Luanda através de pessoas que fogem ao terror da Unita. A palavra fascismo aparece cada vez com mais frequência.

*
**

O que é que eles querem?, poderão alguns perguntar. A resposta está clara para quem quiser olhar para o panorama com olhos de ver. O que a Unita quer é o poder. Só que não conhece outra forma de lutar por ele que não seja a de destruir e matar. É assim a Unita. Ou melhor, é assim o seu chefe e foi assim que ele e os seus mais próximos educaram os seus militares. A Unita não tem militantes, tudo está sujeito à disciplina e estratégia militar.

Os poucos civis que surgem, são mais ou menos como o dr. Carlos Jorge Veiga Morgado, vulgo dr. Morgado, personagem que usa o título de Ministro da Saúde e que se encontra «sob protecção» das autoridades em Luanda depois dos acontecimentos de 31 de Outubro e 1 de Novembro.

Entre os papéis apanhados à Unita figura um «Plano de Saúde na Situação de Crise».

O «Plano», assinado «O Ministro da Saúde» etc., é

um documento que pormenoriza o que, na mente esquisita do dr. Morgado, seriam «mexidas de prevenção», «tendo em conta a actual situação (...) em especial na Cidade Capital — Luanda».

O homem sabia os nomes dos subordinados, todos enfermeiros, segundo se depreende, e onde se encontravam. Trata-os pelos postos que vão de Tenente-Coronel a soldado. Descreve os pontos fortes da Unita na cidade de Luanda o que é útil para a história dos acontecimentos (note-se que eles correspondem ao essencial à apreciação feita pelas FAA). Fala das «clínicas» como se de coisa séria se tratasse.

Nem por um momento lhe passa pela cabeça que o que se escreve no papel não tem necessariamente de corresponder à

realidade. Ele vive outra realidade. Vive no universo de Savimbi, do acreditar cegamente, do obedecer ainda mais às escuras. No dia 2 de Novembro, deve ter-se sentido muito surpreendido. Foi levado sob protecção das autoridades, depois de se ter «levantado toda a kwacharia», no dizer saboroso de um luandense.

No documento sobre o «plano de saúde», o dr. Morgado faz algumas revelações interessantes:

1. Confirmação da participação dos «Armazéns Wapossoka» nas actividades militar-conspirativas dos «maninhos».

2. Confirmação de que a Unita sempre contou com os militares das FAA provenientes das FALA: «Como reforço da capacidade de actuação da área da Saúde, propomos a utilização dos Enfermeiros vindo [para Luanda] para as FAA, que actualmente Quartel CMDTE Economia», diz o dr. e, mais adiante, para o «Motel terá de transferir-se os seguintes camaradas enfermeiros que estavam destinados às FAA...» e ainda no «Hotel Trópico (...) o Maj. Manuel Nunda, que poderá coordenar e pedir apoio ao Hotel Alameda, onde se concentram os Cdas, das FAA».

3. Confirmação de que a operação — como se vê em outros documentos — de Luanda estava há muito a ser preparada. Diz o dr. Morgado: «Não colocar de fora, como objectivo militar, em caso de conflito generalizado, o Hospital Militar Principal. Este Hospital possui (sic) boas condições de material e capacidade e poderemos (sic) contar com o apoio dos Médicos e Enfermeiros que são nossos Simpatizantes naquele estabelecimento, desde que as FAPLA, os MINSE e os Coope-rantes Cubanos sejam neutralizados e uma segurança garantida. Nesta altura poderíamos (sic) mobilizar todos os nossos quadros e concentrar naquele Hospital».

Foi tudo tão diferente... No dia 2 de Novembro, sob protecção do Governo, o dr. Morgado devia estar perplexo.

A propósito, o que quer dizer «sejam neutralizados» em unitês?

INTERNACIONAL

Haiti

Uma organização haitiana dos direitos humanos anunciou que 1867 pessoas foram mortas por motivos políticos desde o golpe militar de Setembro de 1991 que depôs o presidente Jean Bertrand Aristide.

A Plataforma dos Grupos Haitianos de Defesa dos Direitos do Homem afirma que o número de mortos pode ser superior a três mil, devido aos casos não relatados à organização.

O dirigente da organização, Paul Dejean, que falava numa conferência de imprensa por ocasião do aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem, disse que não se sabe quantas pessoas foram mortas por soldados ou esquadrões da morte.

A organização precisou que perto de metade das vítimas tinha menos de 25 anos, e mais de metade dos casos ocorreu na região de Port-au-Prince, capital do Haiti.

Saara

Setecentas pessoas foram detidas pelas autoridades marroquinas no Saara Ocidental desde 21 de Setembro passado, denunciou, em comunicado, a Associação de Famílias de Prisioneiros e Desaparecidos Saarianos (Afapredesa).

A «população civil saariana vive num ambiente de terror», diz o comunicado, acrescentando que os saarianos de El Ayoun se manifestaram em 13 de Novembro para «protestar contra a presença marroquina e a indiferença da Minurso (Missão das Nações Unidas para o Saara Ocidental)».

A concluir, a Afapredesa pede a formação de comissões imparciais para avaliar a situação dos direitos humanos «nos territórios ocupados» por Marrocos, que administra o Saara Ocidental, onde continua pendente a realização de um referendo sobre a autodeterminação.

Líbia

Países do Norte de África pediram a anulação das sanções que a ONU impôs à Líbia por Trípoli recusar entregar os suspeitos da autoria dos atentados contra dois aviões, que mataram 440 pessoas.

Os ministros dos Negócios Estrangeiros da Líbia, Marrocos, Argélia, Tunísia e Mauritânia condenaram, em comunicado, após dois dias de reuniões na capital marroquina, todas as formas de terrorismo.

Os ministros pediram ao Conselho de Segurança que anule o embargo aéreo imposto à Líbia em 15 de Abril para forçar Muammar Kadhafi a ajudar os Estados Unidos, Reino Unido e França a julgarem os terroristas.

Washington e Londres têm recusado a oferta de Kadhafi no sentido do julgamento dos dois suspeitos se efectuar na Líbia ou num país neutro.

O governo líbio repudiou de novo as sanções impostas pela ONU. Continua a recusar entregar os suspeitos aos Estados Unidos e à França para julgamento.

ONU

Os Estados membros da ONU terão de apresentar por escrito os seus comentários sobre um possível alargamento do Conselho de Segurança o mais tardar até 30 de Junho de 1993, decidiu a Assembleia Geral da Organização.

Numa resolução aprovada por consenso, que reconhece o papel fundamental do Conselho de Segurança na manutenção da paz e da segurança internacional, a Assembleia Geral pede ao secretário-geral da ONU, Butros Ghali, que comente as opiniões que forem formuladas sobre a questão.

Alemanha, Japão, Brasil, Argentina, México, Índia, Nigéria e Quênia já manifestaram a vontade de se tornarem membros permanentes do Conselho de Segurança.

RAS

O governo sul-africano admitiu a realização das primeiras eleições gerais não-segregadas antes do final do próximo ano, convergindo na exigência colocada nesse sentido pelo Congresso Nacional Africano, ANC.

A admissão foi feita pelo ministro do Desenvolvimento Constitucional, Roelf Meyer — Abril de 1994 — à cooperação das forças políticas sul-africanas, capítulo onde exigiu a clarificação do posicionamento do PAC sobre a violência, para a retomada do diálogo deste movimento com Pretória.

O governante sublinhou que o executivo sul-africano gostaria ver o PAC e Forças da Direita participarem nas conversações multipartidárias que, segundo antecipou, poderão ser retomadas antes de Fevereiro.

Palestina

Repressão na Faixa de Gaza

As negociações israelo-árabes recomeçaram, após a interrupção de um dia, por ocasião do quinto aniversário da Intifada. Um recomeço sem novidades. «Todos os indícios mostram que Yitzhak Rabin aguarda a tomada de posse de Clinton», referiu o vice-presidente da delegação palestina, Saeb Erakat. Os palestinianos sublinham que as propostas israelitas apresenta-

das na mesa de conversações estão aquém das declarações de Rabin, que recentemente se referiu à «entidade palestiniana» (até há pouco ignorada no vocabulário político de Israel) e admitiu a possibilidade de assinatura de um acordo de paz em 1993.

Entretanto, prossegue a repressão nos territórios ocupados.

Um palestiniano foi morto

e 60 outros foram feridos por soldados israelitas no campo de refugiados de Jabalia e na cidade de Gaza (faixa de Gaza, ocupada).

Khaled Mohamad El-Askari, 26 anos, foi morto durante as manifestações realizadas após o levantamento do recolher obrigatório em Jabalia.

Trinta palestinianos foram igualmente feridos no campo

de refugiados em confrontos com os soldados.

Na cidade de Gaza, 30 outros palestinianos foram atingidos pelos tiros dos militares israelitas.

Com esta morte, eleva-se para 967 o número de palestinianos mortos por tiros de soldados ou de colonos israelitas desde o começo da Intifada, segundo um balanço feito com base em dados palestinianos.

Países da Linha da Frente acusam a África do Sul

Os Estados da Linha da Frente concordaram que a África do Sul pode estar a preparar novas tentativas de desestabilização nos países vizinhos.

Os sete países da África Austral, reunidos em Harare, apelaram à comunidade internacional para pressionar Pretória a desistir de qualquer acto de agressão ou provocação.

Numa declaração divulgada após uma cimeira de seis horas, o grupo denuncia recentes violações do espaço aéreo de países da região pela aviação sul-africana e a alegada aquisição de caças sofisticados à Rússia por Pretória.

Também acusa a África do Sul de ter secretamente ajudado a Unita na sua tentativa para tomar o poder em An-

gola após as eleições que deram a vitória ao MPLA, do presidente José Eduardo dos Santos.

A declarada final da Cimeira salienta também que o ministro sul-africano da Lei e da Ordem, Hernus Kriel, disse que o governo de Pretória poderia autorizar as forças de segurança a perseguirem atacantes além-fronteiras como «último recurso»

para combater a violência.

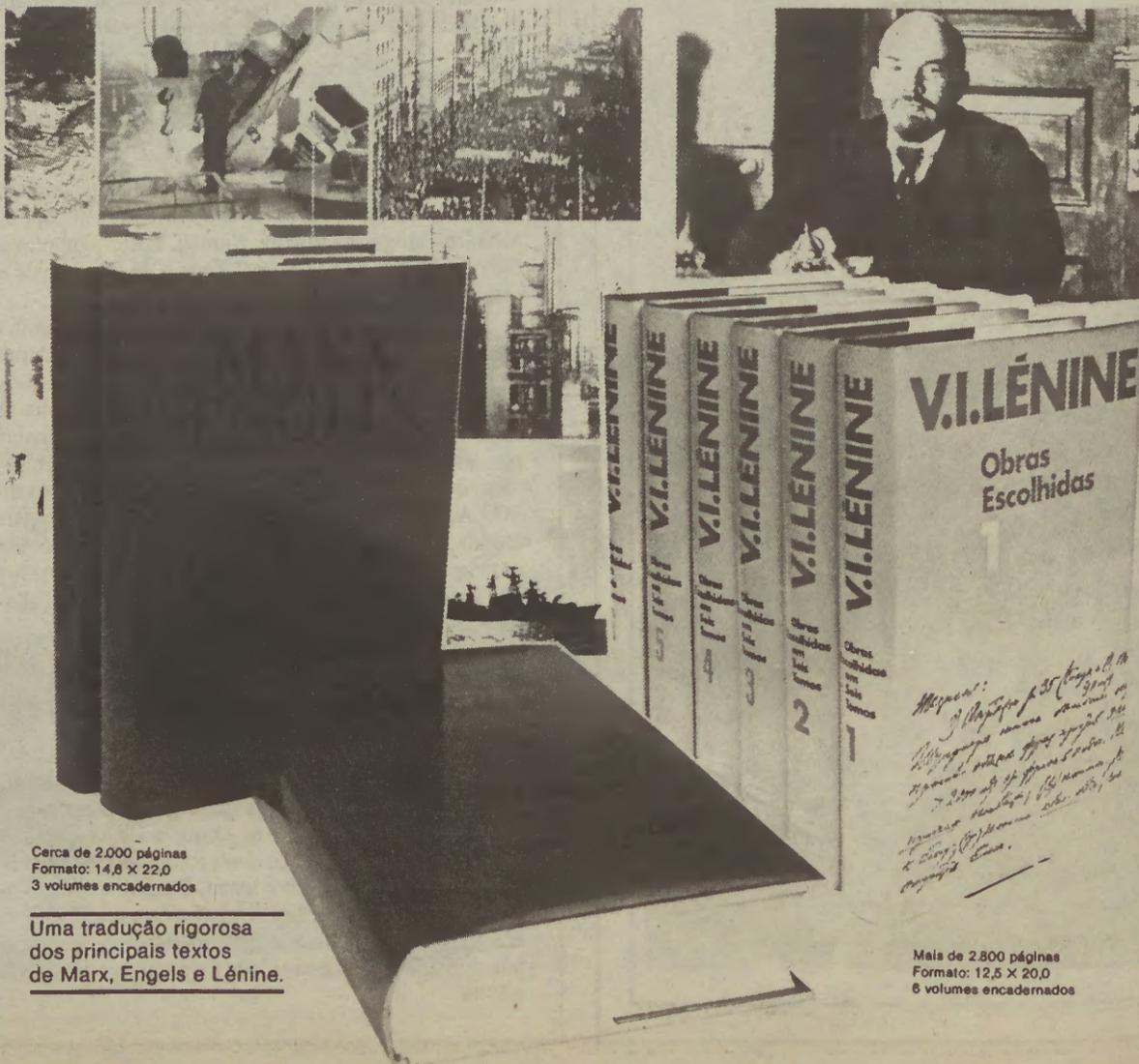
Os líderes da Linha da Frente «condenam estas ameaças e apelam à comunidade internacional para que persuada a África do Sul a desistir deste tipo de política».

A declaração apela ainda ao líder da Unita, Jonas Savimbi, para respeitar os resultados das eleições em Angola.

Os clássicos do marxismo-leninismo

Obras Escolhidas de Marx-Engels em 3 tomos

Obras Escolhidas de V. I. Lénine em 6 tomos



Cerca de 2.000 páginas
Formato: 14,8 x 22,0
3 volumes encadernados

Uma tradução rigorosa
dos principais textos
de Marx, Engels e Lénine.

Mais de 2.800 páginas
Formato: 12,5 x 20,0
6 volumes encadernados

Gazetilha

Actualidade – I

Na entrevista, Savimbi confessou: tudo o que se passou em Luanda e provocou tanta desdita culpa dele não foi. Sinceramente. A culpa toda foi da sua gente da gente da UNITA. Por si, não desejava o que se deu. A sua tropa é que desobedeceu...

Ele até disse: não se metam nisso. É péssimo serviço. Não provoquem ninguém... Os meninos, porém, malcomportados, atacaram, mataram. Mereciam bem uns açoites bem dados...

Conclusão de boms tom depois da «festa»: Savimbi é bom – a UNITA de Savimbi é que não presta...

Actualidade – II

É assim a posição oficial: – Isto vai bem. Só que, aproximando-se o Natal há, por esse país, já muito quem diga que isto vai mal. Estão os comerciantes indispostos com a magreza da Caixa: são as grossas despesas, os impostos e o poder de compra tanto em baixa que os stocks lá ficam tantos são os escolhos. As pessoas esticam o pescoço, para as montras – só a ver. Comer, comprar, gozar – só com os olhos.

Mais um sonho adiado. Tão longe fica a ideia de Belém. E o Cavaco animado: – Isto vai bem...

Sim, sim. Mas pra quem?

Actualidade – III

Não nos bastava um Couto de anedota. Não nos bastava um Braga de deserto. Não bastava um Cavaco Chico Esperto. Não bastava o Orçamento de batota.

Não bastava a TV feita bolota novela e futebol a céu aberto nas duas estações, que o desconcerto de um combate feroz leva à derrota.

Não bastavam os discursos do Loureiro. Não bastava a barbicha do Pinheiro. Não bastavam de Eurico os sábios modos.

Como se não bastasse, esta semana separa-se o Carlinhos da Diana. Desgraçados de nós. Choremos todos!

■ IGNOTUS SUM

PONTOS CARDEAIS

Saraivas

O Director do "Expresso", José António Saraiva, atravessa um nítido défice de credibilidade desde que foi forçado a entregar a direcção efectiva do jornal ao Director Adjunto. Percebe-se, por isso, que recorra crescentemente a argumentos de autoridade. Agora deu-lhe para invocar a autoridade paterna. É bom ter cuidado, tratando-se de memórias da luta antifascista. Muita gente se lembra que o pai Saraiva referia com ingénuo orgulho a companheiros de prisão que os PIDEs do Porto lhe tinham dito que era fisicamente muito parecido com Álvaro Cunhal. Vê, José António, que nestas matérias não se pode fazer fé nas opiniões do António José...

Pornografias

Muito aplicados e em prosa igualmente eriçada de citações, transcrições e outras evocações, os comentadores encartados Jaime Nogueira Pinto e Vasco Pulido Valente dedicaram-se, na passada semana e nos respectivos semanários onde cobram as suas douradas opiniões, a desenterrar o fascismo

espanhol a propósito do centenário do nascimento do ditador Franco. Uma coincidência que não se ficou por aí. Na verdade, apesar de o primeiro atacar a efeméride num alucinado estado de paixão e o segundo haver começado por coreografar uma definitivamente bizarra memória pessoal "de esquerda", ambos confluíram na mesma conclusão: o fascismo franquista foi o que de melhor podia ter acontecido ao povo espanhol, na versão *hard core* de Nogueira Pinto, ou o mal menor, no caligrafar *soft* de Pulido Valente. Enfim, *nuances* típicas da pornografia.

Avaliações

Em seminário promovido na Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lisboa pelo Instituto Irene Lisboa, os professores queixaram-se de falta generalizada de condições e meios para a concretização do novo modelo de avaliação dos alunos do ensino básico, determinado pelo Governo e já em funcionamento este ano lectivo. Embora se compreenda a apreensão dos docentes, não podemos deixar de realçar a coerência governamental

nesta matéria: se o Executivo de Cavaco Silva pretende reduzir, aos milhares, o número dos professores e rebotar com o ensino público no País, por que razão se havia de preocupar com essa coisa de avaliar os alunos, mesmo que as dificuldades sejam provocadas pelas suas "reformas" na Educação?

Desavenças

Segundo parece, americanos e franceses estão a entrar em desacordo quanto aos objectivos para que foram enviados em missão da ONU, para a Somália. Enquanto os primeiros insistem em privilegiar a ajuda humanitária, os segundos defendem a necessidade de desarmar os grupos armados que se combatem naquele país, o que, naturalmente, pode conduzir a uma perigosa internacionalização do conflito. Dá ideia que, pelo menos aqui e até agora, os norte-americanos estão a demonstrar melhor memória que os franceses: é que enquanto estes últimos se limitaram a iniciar a guerra contra o povo vietnamita (donde, aliás, saíram derrotados), aqueles foram os primeiros a pagar o pesado preço da derrota final.

frases da Semana

"Não, não estava nada à espera! Acho que ela é uma rapariga muito interessante, muito bonita e ele é um rapaz muito inteligente... A separação é uma coisa disparatada!"

☞ (D. Duarte de Bragança, sobre a separação de Carlos e Diana — «Semanário», 12-12-92)

"Veja... a partir de agora os casais, à mínima desavença, vão separar-se. Vão olhar para os Príncipes de Gales e pensar que se eles o fizeram eles também o podem fazer. E não vão fazer nada para resolver os problemas que surjam entre eles."

☞ (Idem)

"Não vimos nós agora, na dura e áspere cidade de Edimburgo, na altura mesma em que a soberana de Inglaterra, defensora da fé, presidia à reunião de chefes de Governo e de Estado de toda a Europa, uma princesa sua filha, divorciada já, jurar fidelidade para a vida e para a morte a seu segundo marido, enquanto o herdeiro do trono e sua esposa tomavam lugar à mesa dos políticos europeus, mas bem longe um do outro?"

☞ (Raul Rego, «Os deuses humanizam-se» — «Jornal de Notícias», 15-12-92)

"Quer dizer que também a fé evolui com a política. Ou não será que também a política é uma fé, entrelaçando-se na mente de todos a crença nos homens e nos deuses?"

☞ (Idem)

"Pela TVI, cujo futuro é hoje entregue solenemente nas mãos de Nossa Senhora. Para que, sob a sua benção, seja um poderoso e eficaz instrumento de evolução plena da sociedade portuguesa. Oremos, irmãos."

☞ (Roberto Carneiro, presidente da TVI, em Fátima — «Expresso», 12-12-92)

"O confronto directo desapa-rece mas não o confronto com o Canal 1, que passa para uma segunda fase. Trata-se, mesmo, com esta decisão, de reforçar o confronto. O Canal 1 tem vindo a perder audiência e permanece o nosso adversário."

☞ (Francisco Pinto Balsemão, presidente da SIC — «Expresso», 12-12-92)

"É por isso que a guerra estupidificante das audiências das telenovelas e do futebol é apenas o suporte mais acessível de um quotidiano cinzento donde parece ter emigrado para sempre não só a esperança mas a própria possibilidade de uma alegria colectiva e partilhada."

☞ (Frei Bento Domingues — «Público», 13-12-92)

"Estou convencido que a Unita ganhou."

☞ (Jonas Savimbi — «SIC», 12-12-92)

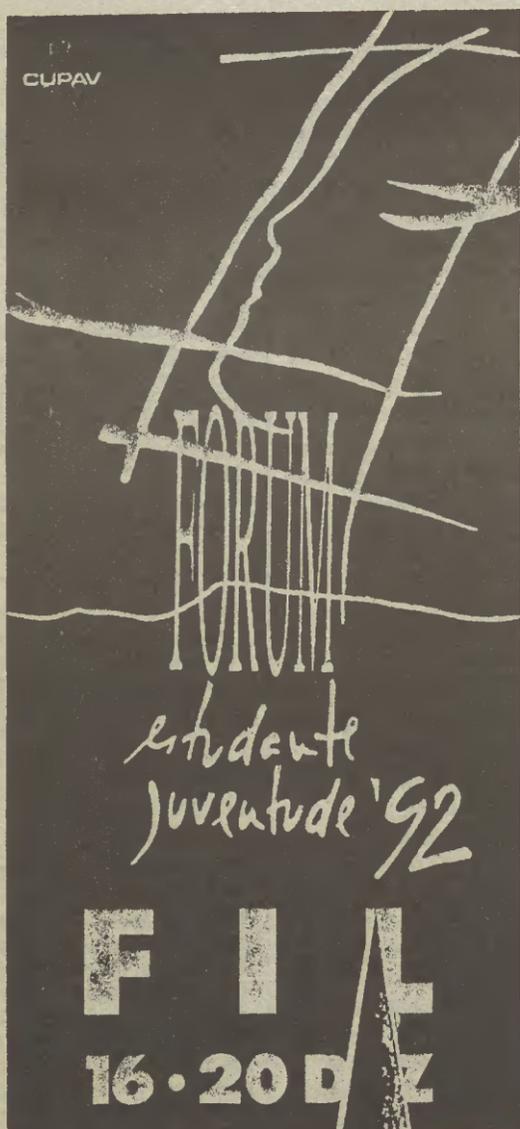
"É uma matéria que não tenho acompanhado..."

☞ (Ferreira do Amaral, MOPC, sobre as chamadas «chamadas eróticas» — «O Diabo», 15-12-92)

"Apesar de esta ser a sessão de encerramento não podia deixar de vir aqui falar sobre o terceiro pilar."

☞ (Dias Loureiro, na discussão sobre Maastricht, na AR — «Expresso», 12-12-92)





**No stand
da JCP:**



* Exposição sobre as lutas estudantis e a acção da JCP

* Distribuição de folhetos da organização do ensino secundário da JCP sobre o acesso ao ensino superior e da organização do ensino superior da JCP sobre a situação do ensino superior e o aumento das propinas



Viaje no Fim do Ano para Cuba

com a Associação de Amizade
Portugal-Cuba

Rua Rodrigo da Fonseca, 107, r/c Esq.

Tel. 65 73 05



Debates:

no concelho de Cascais...

Neste próximo fim-de-semana, a organização do Partido em Cascais promove dois debates-convívio em que estarão em foco as conclusões do XIV Congresso.

O primeiro, no sábado, decorre a partir das 16 horas no Centro de Trabalho de Cascais (Rua Sapadores Caminhos de Ferro, 5). Estará presente o camarada Romeu do Rosário.

No domingo, o encontro é no Centro de Trabalho de Tires, igualmente às 16 horas, por iniciativa da Comissão de Freguesia de S. Domingos de Rana.

... e no Barreiro

O XIV Congresso, as suas principais conclusões e a forma como a organização do Partido no Barreiro as projectará na sua intervenção futura estarão em debate no convívio que a Comissão de Freguesia de Verderena promove no sábado - no Centro de Trabalho concelhio a partir das 16 horas.

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
JUVENTUDE COMUNISTA PORTUGUESA

PASSAGEM DO ANO 1992/1993



COM O CONJUNTO MUSICAL

Melodias e Saudade

No Pavilhão do Parque JOSÉ AFONSO

Há Serviço de Bar



Inscrições no CT

Comissão Concelhia de Setúbal



* da célula da Festa do Avante!

- artesanato: loiças, xailes e objectos de jade da ex-URSS; bonecas e artesanato vário de Cuba, China, Peru.

- rum cubano

Aberta no CT da Av. António Serpa, de 2ª a 6ª feira das 10 às 19h

* da Comissão Concelhia de Cascais

- artesanato

- loiças

- bebidas

- livros

- brinquedos

Aberta no CT de Cascais, diariamente das 15 às 20h, à 2ª e à 4ª feira até às 22h

* da Comissão de Freguesia dos Olivais

- artesanato nacional
e internacional

- brinquedos

- roupas

Aberta no CT dos Olivais, à 2ª, 3ª, 4ª e 6ª feira das 15 às 17h, à 5ª das 19 às 22h e ao sábado das 15 às 19h

* do CT da Boavista

- artesanato nacional
e estrangeiro

- brinquedos, utilidades, plantas

- electrodomésticos

- mercearia e bebidas

- livros, discos, cassetes vídeo

Aberta de 2ª a 6ª, das 10 às 13, das 15 às 19 e das 21.30 às 23h, ao sábado e domingo das 15 às 19h

* da Comissão Concelhia da Marinha Grande

- vidros, cristais e cerâmicas

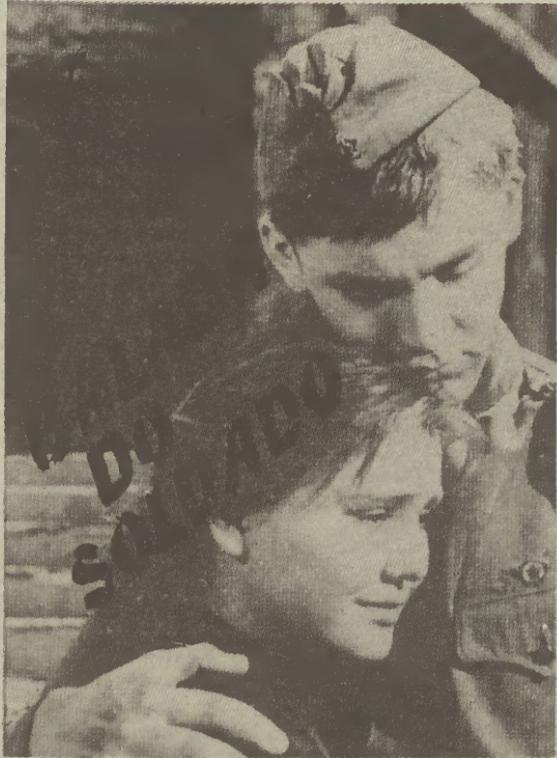
- mantas e roupas

- brinquedos

- livros

Aberta até 24 de Dezembro

Televisão



BALADA DO SOLDADO

Realização: Grigori Tchukhrai

Após ter destruído um tanque inimigo, Aliocha obtém seis dias de licença.

O tempo de um salto a casa e de um beijo à mãe. Também o tempo de dramáticos encontros e do nascer de um primeiro amor com a meiga Shura que a guerra cortará de imediato.

Impiedosa visão das misérias da retaguarda recusando heroísmos balofos e acentuando problemas humanos, este trabalho de Grigori Tchukhrai é excelente exemplo da rejeição dos «modelos estalinianos» que tinham imperado no cinema soviético durante mais de duas décadas.

O cineasta atinge aqui um dos pontos altos da sua carreira, justamente galardoado com o «prémio da melhor realização» no Festival de Londres.



SÉRIE FILMES SOVIÉTICOS

- 001 - O COURAÇADO POTEMKINE
- 002 - A MÃE
- 003 - ESCRAVA DO AMOR
- 004 - A BALADA DO SOLDADO
- 005 - AMOR EM TEMPO DE GUERRA
- 006 - A GREVE

Preço Unitário: 3500 escudos
Pacote de 3 filmes: 10 000 escudos

Cinema de qualidade em sua casa

DESCONTO ESPECIAL
15%

Via CTT À cobrança (Zona Grande Lisboa)

Faça os seus pedidos para:

crac serviços, CRL
VIDEO cracfilmes
Apartado 90
Queluz Ocidental
2746 QUELUZ CODEX

Quinta, 17



- 07.30 Bom Dia
- 10.00 Rua Sésamo
- 10.30 Loja de Ideias
- 11.00 A Segunda Viagem
- 11.30 Notas para Si
- 12.00 Cullnária
- 12.20 Mico Preto
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.30 Gerações
- 13.55 BD, a 9ª Arte
- 14.25 Ponto por Ponto
- 15.25 Cinco Dias (ver «Filmes na TV»)
- 16.40 Rua Sésamo
- 17.10 Brinca Brincando
- 17.45 Ana dos Cabelos Ruivos
- 18.40 Roda da Sorte
- 19.15 Cinzas
- 20.00 Telejornal
- 20.35 Pedra Sobre Pedra
- 21.40 Desenhos Animados
- 21.50 Simpsons
- 22.15 O Fogo de Gabriel
- 23.15 Sexualidades
- 00.05 24 Horas
- 00.55 Remate



- 09.00 Videotexto
- 10.30 Que Família!
- 10.55 Infantil
- 11.45 Grandes Esperanças
- 12.30 A Última Fronteira
- 13.00 Cheers, Aquele Bar
- 13.30 Vira o Vídeo
- 14.00 Agora, Escolha!
- 15.20 TV2 Informação
- 15.30 Euroritmias
- 16.20 Imagens e Realidade
- 17.15 Chá das 5
- 18.10 Carrocel
- 18.50 TV2 Informação
- 18.55 Acção em Miami
- 19.50 Dramazine
- 20.30 Murphy Brown
- 21.00 Jornal das Nove
- 21.45 Barriga de Aluguer
- 22.40 Um Dia nas Corridas (ver «Filmes na TV»)
- 00.35 Teatro: «Boas Festas»



- 16.30 Sic Notícias
- 16.35 Batman
- 17.00 MTV
- 17.30 Responder à Letra
- 18.00 Sic Notícias
- 18.10 Praça Pública
- 18.30 Plumas e Lantejoulas
- 19.30 Jornal da Noite
- 20.05 De Corpo e Alma
- 21.10 Placard Electrónico
- 21.40 Repórter da Mela-Noite
- 22.35 Conta Corrente
- 23.40 Cuidado com as Aparências
- 00.10 Último Jornal

Sexta, 18



- 07.30 Bom Dia
- 10.00 Rua Sésamo
- 10.40 Loja de Ideias
- 11.00 Agora é que São Elas
- 11.30 Cullnária
- 11.45 Lotaria de Natal
- 12.20 Mico Preto
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Gerações
- 13.55 Faces da Cultura
- 14.25 Ponto por Ponto
- 15.20 Macau (ver «Filmes na TV»)
- 16.40 Rua Sésamo
- 17.10 Brinca Brincando
- 17.40 Caderno Diário
- 17.45 Ana dos Cabelos Ruivos
- 18.40 Roda da Sorte
- 19.15 Cinzas
- 20.00 Telejornal
- 20.35 Pedra Sobre Pedra
- 21.40 Desenhos Animados
- 21.50 Marina, Marina
- 22.20 Um Sonho de Mulher (ver «Filmes na TV»)
- 00.20 24 Horas
- 01.10 Remate
- 01.25 O Rapto do Presidente (ver «Filmes na TV»)



- 09.00 Videotexto
- 10.30 Que Família!
- 10.55 Infantil
- 11.45 Francofolia
- 12.35 A Última Fronteira
- 13.00 Cheers, Aquele Bar
- 13.30 Vira o Vídeo
- 14.05 Agora Escolha!
- 15.25 TV2 Desporto - Basquetebol
- 17.00 Os Gatos
- 17.15 Chá das 5
- 18.15 Carrocel
- 18.50 TV2 Informação
- 18.55 Rotações

- 20.00 O Altar dos Holocaustos
- 21.00 Jornal das Nove
- 21.45 Barriga de Aluguer
- 22.30 Interiores
- 23.30 A Esperança Nunca Morre (ver «Filmes na TV»)
- 01.40 Outras Músicas



- 16.30 Sic Notícias
- 16.35 Elvis
- 17.00 MTV
- 17.30 Responder à Letra
- 18.00 Sic Notícias
- 18.10 Praça Pública
- 18.30 Plumas e Lantejoulas
- 19.30 Jornal da Noite
- 20.05 De Corpo e Alma
- 21.00 Futebol - Paris St.Germain/ Marselha
- 22.45 A Mosca II (ver «Filmes na TV»)
- 00.40 Último Jornal
- 00.50 Boxe
- 01.20 Os Amores de Lídia

Sábado, 19



- 08.00 Canal Jovem
- 12.15 Luta Livre Americana
- 13.05 Parlamento
- 13.55 Clube Disney
- 15.25 A Menina dos Telefones (ver «Filmes na TV»)
- 17.30 Felra de Música
- 18.05 Arca de Noé
- 18.45 Você Decide
- 19.45 Totoloto
- 20.00 Jornal de Sábado
- 21.10 Felicidade
- 22.20 Parabéns
- 23.30 Na Noite do Crime (ver «Filmes na TV»)
- 01.05 Tempo de Felicitas (ver «Filmes na TV»)



- 08.00 Caminhos
- 08.30 Novos Horizontes
- 09.00 Universidade Aberta
- 12.00 Viva o Palhaço (ver «Filmes na TV»)
- 13.45 Cinzas (Compacto)
- 16.00 TV2 Desporto
- 22.00 Jornal Nacional
- 22.30 Força de Elite
- 23.25 Salomé
- 00.45 Acerto de Contas



- 14.00 Sic Notícias
- 14.05 Aventuras dos T-Rex
- 14.35 Portugal Radical
- 15.00 O Bárbaro e a Guelxa (ver «Filmes na TV»)
- 17.00 MTV
- 18.00 Sic Notícias
- 18.10 Praça Pública
- 18.30 Plumas e Lantejoulas
- 19.30 Jornal da Noite
- 20.05 De Corpo e Alma
- 21.10 Benny Hill
- 21.45 Desporto Espectacular
- 22.20 Água na Boca
- 23.10 A Companhia dos Lobos (ver «Filmes na TV»)
- 01.00 Último Jornal

Domingo, 20



- 08.00 À Mão de Semear
- 08.25 Canal Jovem
- 11.30 Missa
- 12.30 70 x 7
- 13.00 Notícias
- 13.05 A Menina do Futuro
- 13.30 Top +
- 14.30 Olha que Dois
- 15.40 Beverly Hills 90210
- 16.30 Olá Amigos (ver «Filmes na TV»)
- 17.20 Sons do Sol
- 18.20 Chefe mas Pouco
- 18.50 Preço Certo
- 20.00 Jornal de Domingo
- 21.10 Felicidade
- 22.40 Casa Cheia
- 23.25 Grande Área
- 00.40 Conversa Afurada



- 08.00 Desenhos Animados
- 08.30 Os Persuasores
- 09.00 Tudo Menos Isso
- 09.30 Reglões
- 10.30 Forum Musical
- 11.30 Gente da Frente
- 13.00 Herança
- 13.30 Realce
- 14.00 Os Novos Invasores
- 15.00 TV2 Desporto
- 20.15 Palavra Puxa Palavra

- 21.00 No Cumprimento do Dever
- 22.30 Jornal Nacional
- 23.00 FBI - Caça ao Homem (ver «Filmes na TV»)
- 00.45 O Grande Jogo



- 14.00 Sic Notícias
- 14.05 O Livro da Selva
- 14.35 Um Planeta, uma Família
- 15.05 Tómbola (ver «Filmes na TV»)
- 16.40 MTV
- 17.30 Terminal Max
- 18.30 Encontros Imediatos
- 19.00 Benny Hill
- 19.30 Jornal da Noite
- 20.20 Giras e Plosas
- 20.35 Cosby Show
- 21.05 Sexta-feira, 13 (ver «Filmes na TV»)
- 22.55 Segredos
- 23.50 Último Jornal

Segunda, 21



- 07.30 Bom Dia
- 10.00 Rua Sésamo
- 10.30 Loja de Ideias
- 11.00 Chicos Espertos
- 11.30 Agora é que São Elas!
- 12.00 Cullnária
- 12.20 Mico Preto
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Natal dos Hospitais
- 18.45 A Roda da Sorte
- 19.20 Cinzas
- 20.00 Telejornal
- 20.40 Pedra sobre Pedra
- 21.50 Apanhados
- 22.25 Entre Famílias
- 23.40 Outras Guerras
- 00.30 24 Horas
- 01.15 Remate
- 01.30 Infância Amarga (ver «Filmes na TV»)



- 09.00 Videotexto
- 11.30 Que Família!
- 10.55 Infantil
- 12.15 Eternos Novatos
- 12.40 A Última Fronteira
- 13.10 Cheers - Aquele Bar
- 13.30 Vira o Vídeo
- 14.05 Agora, Escolha!
- 15.30 Euroritmias
- 16.25 Viagem Infinita
- 17.15 Chá das Cinco
- 18.15 Carrocel
- 19.05 Acção em Miami
- 19.55 Cinemagazine
- 20.30 Murphy Brown
- 21.00 Jornal das Nove
- 21.45 Barriga de Aluguer
- 22.40 Frente a Frente
- 23.30 «La Cosa» (ver «Filmes na TV»)
- 01.00 Últimas Notas - Cliff Richards



- 16.30 Sic Notícias
- 16.35 Tracey Hullman Show
- 17.00 MTV
- 17.30 Responder à Letra
- 18.00 Sic Notícias
- 18.30 Plumas e Lantejoulas
- 19.30 Jornal da Noite
- 20.05 De Corpo e Alma
- 21.10 Placard Electrónico
- 21.40 A Costa de Mosquito
- 23.40 Internacional SIC
- 00.10 Último Jornal
- 00.20 Deixem Correr o Sangue

Terça, 22



- 07.30 Bom Dia
- 10.00 Rua Sésamo
- 10.30 Loja de Ideias
- 11.00 Os Irmãos Coração de Leão
- 11.30 Notas para Si
- 12.15 Mico Preto
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Gerações
- 13.55 O Futuro
- 14.25 Ponto por Ponto
- 15.30 Voando para o Rio de Janeiro (ver «Filmes na TV»)
- 17.10 Brinca Brincando
- 17.45 Ana dos Cabelos Ruivos
- 18.45 A Roda da Sorte
- 19.15 Cinzas
- 20.00 Telejornal
- 20.30 Mensagem de Natal do Primeiro-Ministro
- 20.45 Pedra sobre Pedra
- 21.50 Isto Só Vídeo
- 22.20 Indiana Jones - Crónicas da Juventude

- 23.45 De Caras
- 00.45 24 Horas
- 00.35 Remate



- 09.00 Videotexto
- 10.30 Que Família!
- 10.55 Infantil
- 11.40 Grandes Esperanças
- 12.30 A Última Fronteira
- 13.00 Cheers - Aquele Bar
- 13.30 Vira o Vídeo
- 14.00 Agora, Escolha!
- 15.35 Euroritmias
- 16.20 Extradimensões
- 17.15 Chá das 5
- 18.10 Carrocel
- 18.55 Acção em Miami
- 19.50 Aventura do Conhecimento
- 20.30 Murphy Brown
- 21.00 Jornal das Nove
- 21.45 Barriga de Aluguer
- 22.40 Cyrano de Bergerac (ver «Filmes na TV»)
- 01.00 Arsenal Hall Show
- 02.00 Últimas Notas



- 16.30 Sic Notícias
- 16.35 O Quinteto do Lado
- 17.00 MTV
- 17.30 Responder à Letra
- 18.00 Sic Notícias
- 18.10 Praça Pública
- 18.30 Plumas e Lantejoulas
- 19.30 Jornal da Noite
- 20.05 De Corpo e Alma
- 21.10 Placard Electrónico
- 21.40 Justiça Negra
- 22.40 Jogo da Verdade
- 23.30 Jogar em Casa
- 00.05 Último Jornal
- 00.15 Príncipe Carlos - Um Retrato

Quarta, 23



- 07.30 Bom Dia
- 10.00 Rua Sésamo
- 10.30 Loja de Ideias
- 11.00 Kelly
- 11.30 Mulher
- 12.00 Cullnária
- 12.20 Mico Preto
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.30 Gerações
- 13.55 Paragem no Tempo
- 14.25 Ponto por Ponto
- 15.00 O Caso do Agente 49 (ver «Filmes na TV»)
- 16.40 Rua Sésamo
- 17.10 Brinca Brincando
- 18.00 Ana dos Cabelos Ruivos
- 18.40 Roda da Sorte
- 19.20 Cinzas
- 20.00 Telejornal
- 20.35 Pedra sobre Pedra
- 21.30 Vamos Jogar no Totobola
- 21.45 E.T. - O Extraterrestre (ver «Filmes na TV»)
- 24.00 24 Horas
- 00.30 Remate



- 09.00 Videotexto
- 10.30 Que Família!
- 10.55 Infantil
- 11.45 Sarilhos com Elas
- 12.30 A Última Fronteira
- 13.00 Cheers - Aquele Bar
- 13.30 Vira o Vídeo
- 14.00 Agora, Escolha!
- 15.30 Euroritmias
- 16.20 Ao Sol
- 17.15 Chá das Cinco
- 18.10 Carrocel
- 19.00 Acção em Miami
- 19.50 TV Artes
- 20.00 Murphy Brown
- 20.30 Jornal das Nove
- 21.15 Barriga de Aluguer
- 22.30 Carlos Cruz - Quarta-Feira
- 23.30 Artes e Letras
- 00.30 A Parada dos Monstros (ver «Filmes na TV»)
- 02.15 Pop-Off



- 16.30 Sic Notícias
- 16.35 Aventura
- 17.00 MTV
- 17.30 Responder à Letra
- 18.00 Sic Notícias
- 18.10 Praça Pública
- 18.30 Plumas e Lantejoulas
- 19.30 Jornal da Noite
- 20.05 De Corpo e Alma
- 21.10 Placard Electrónico
- 21.40 Crimes
- 22.05 O Príncipe de Bel Air
- 22.40 Batalhas Conjugais
- 23.35 O Passageiro Imprevisto
- 00.05 Último Jornal
- 00.15 Diana - Um Retrato

Filmes na TV

5 Dias

«Five Days», (Gr.Br.). Realização de Montgomery Tully. Interpretação de Dane Clark, Paul Carpenter, Thea Gregory, Cecile Chevreau. P/B, 69 minutos.

A história é simples e resume-se a isto: um homem que pretende contemplar a mulher com o pecúlio do seguro de vida, por motivo da sua morte, elabora um plano para o seu próprio assassinato, sem saber, entretanto, que um outro plano para o matar havia já sido gizado... À partida com um argumento cheio de potencialidades, ignora-se qual o resultado final do filme, já que é desconhecido entre nós.

Quinta, 15.25, Canal 1

Um Dia Nas Corridas

«A Day at the Races», (EUA/1937). Realização de Sam Wood. Interpretação de Groucho Marx, Harpo Marx, Chico Marx, Margaret Dumont, Siegfried Rumann, Alan Jones, Maureen O' Sullivan. P/B, 105 minutos.

Se os mais saudosos cinéfilos poderão já ter ficado, afinal, de certo modo surpreendidos com

Filme cuja produção terá começado mal e terminado pior, as vicissitudes que o rodearam não ajudaram a que se tomasse propriamente um objecto filmico amado pelo seu criador. A história envolve três personagens - um caixeiro-viajante, Trumble, uma cantora de cabaret, Julie, e um antigo G.I., Cochran - que, primeiro, encontramos a fazer a travessia de barco entre Hong Kong e Macau e, mais tarde, num clube de jogo desta cidade dirigido por um tal Halloran. E o que depois se segue desvenda as aparências iniciais de algumas das personagens. Na realidade, o caixeiro-viajante é um polícia que procura atrair o dono do clube para fora de Macau, para o prender, mas acaba por ser morto e substituído por Cochran que, finalmente, captura Halloran e o entrega à polícia americana. Algumas cenas (ignora-se quais) foram filmadas por Nicholas Ray em substituição de Sternberg, que também não chegou a dirigir montagem. Mas nenhum deles fez penetrar no filme qualquer centelha que particularmente o recomende. Uma curiosidade.

Sexta, 15.20, Canal 1

A Mosca - II

«The Fly», (Canadá/1986). Realização de David Cro-

«História de fadas» à maneira do nosso tempo, este filme é dos tais em relação aos quais os normais princípios éticos devem ser postos rigorosamente de lado! O que acontece é que um arrogante, autoritário e frio financeiro, milionário (se bem nos lembramos, solteirão inveterado), encontrando-se em Los Angeles para abundantes e complexas reuniões de negócios, tem a necessidade de se apresentar em público com uma companhia feminina que dê bom tom à sua postura social, e em relação à qual não haja risco de ligação futura, pelo que, como em qualquer outra situação da sua vida «profissional», a solução é contratar e pagar os serviços de uma belíssima prostituta que fortuitamente encontra em Hollywood Boulevard e investir numa completa renovação do guarda-roupa desta. E, o que se segue, é que é o melhor da fita. Não só a promissora rapariga se revela absolutamente fabulosa, como os seus palpites, apoiados no sentido prático da vida, são algo a que o nosso milionário não vai poder resistir. E nós, com ele. Julia Roberts é verdadeiramente imparável em todos os fotogramas deste filme que, naturalmente, faz óbvia alusão a *My Fair Lady*. Um divertimento!

Sexta, 22.30, Canal 1

A Esperança Nunca Morre

«The Singer, Not The Song», (Gr.Br./1960). Realização de Roy Baker. Interpretação de John Mills, Dirk Bogarde, Mylène Démongeot, John Bentley, Laurence Naismith. Cor, 127 minutos.

Estamos em presença de um filme insólito, para a época em que foi realizado, já que, sem grandes camuflagens, ele dá conta da história da atracção sexual latente entre os personagens de um triângulo, mas no qual, ao contrário do que é habitual, o vértice para onde tudo converge é a figura de um homem, um sacerdote católico irlandês exercendo a sua missão desterrado numa pequena cidade do México, dominada pelo terror de um bandido mexicano. Um drama, em que o conflito afectivo sobreleva os aspectos aventureiros da história. E um trio de bons desempenhos, de Mills, Bogarde e Démongeot.

Sexta, 23.30, TV 2

O Rapto do Presidente

«The Kidnapping of the President», (Canadá/1979).



«E.T.», de Steven Spielberg



Os Irmãos Marx, em «Um Dia nas Corridas»

Realização de George Mendeluk. Interpretação de William Shatner, Hal Holbrook, Van Johnson, Ava Gardner, Miguel Fernandes. Cor, 114 minutos.

Quando de uma visita oficial ao Canadá, o Presidente dos EUA é raptado por um terrorista argentino agindo por conta própria e encerrado, como moeda de troca numa chantagem de cem milhões de dólares, num camião cheio de explosivos que se torna perigoso atacar sem que o Presidente pereça no empreendimento. Tensão, suspense, acção, num filme com óbvio final após os jogos políticos de bastidores. Mas, exceptuando ainda a aparição de uma Ava Gardner já madura, não mais do que isso.

Sexta, 01.25, Canal 1

Viva o Palhaço

«Merry Andrew», (EUA/1958). Realização de Michael Kidd. Interpretação de Danny Kaye, Pier Angeli, Baccaloni, Noel Purcell, Robert Coote. Cor, 102 minutos.

Sábado, 12.00, TV 2

O Bárbaro e a Gueixa

«Barbarian and the Geisha», (EUA/1958). Realização de John Huston. Interpretação de John Wayne, San Jaffe, Eiko Ando, So Yamamura. Cor, 105 minutos.

Um filme praticamente incógnito de John Huston, em que um dos seus intérpretes favoritos (aqui notoriamente num papel desajustado) desempenha a personagem de um embaixador norte-americano no Japão apaixonado por uma gueixa.

Sábado, 15.00, SIC

A Menina dos Telefones

«Bells are Ringing», (EUA/1960). Realização de Vincent Minnelli. Interpretação de Judy Holliday, Dean Martin, Fred Clark, Eddie Foy, Jean Stapleton, Ruth Storer, Gerry Mulligan. Cor, 121 minutos.

Mais uma série de belas canções num espectáculo de verdadeiro entretenimento - encenado pelo talento de Minnelli - a partir da adaptação livre de uma comédia musical da Broadway. Uma operadora de central telefónica apaixonou-se pelo dono de uma voz que se habituara a ouvir.

Sábado, 15.25, Canal 1

A Companhia dos Lobos

«The Company of Wolves», (Gr.Br./1984). Realização de Neil Jordan. Interpretação de Sarah Patterson, Angela Lansbury, David Warner, Stephen Rea, Tusse Silberg, Graham Crowden. Cor, 95 minutos.

Versão adulta, envolto em apropriado erotismo, da *História do Capuchinho Vermelho*, este filme de Neil Jordan contém algumas cenas de trucagem cinematográfica bem conseguidas - como a transformação, em lobos, dos aristocratas durante uma festa - que se arriscariam a ser os seus únicos factores de interesse, se não fosse o algo curioso toque psicanalítico que lhe é subjacente. A interpretação de Angela Lansbury, no papel da avó, contribui também para animar pela positiva este filme que, no entanto, se desenvolve com alguma lentidão.

Sábado, 23.10, SIC

Na Noite do Crime

«Men At Work», (EUA/1990). Realização de Emilio Estevez. Interpretação de Charlie Sheen, Emilio Estevez, Leslie Hope, Keith David. Cor, 95 minutos.

Charlie Sheen e Emilio Estevez estão às mil maravilhas na pele de dois amigos que trabalham na recolha do lixo e que, encontrando o corpo de um político num contentor, acabam eles próprios metidos numa história de corrupção política e de escândalo ecológico. Uma comédia policial, com acção e final previsíveis.

Sábado, 23.30, Canal 1

Tempo de Feiticeiras

«Season of the Witch», (EUA/1972). Realização de George A. Romero. Interpretação de Jan White, Ray Laine, Anne Muffly, Joedda McClain, Bill Thunhurst. Cor, 85 minutos.

«História de angústias, neuroses e alucinações em atmosfera de sortilégio, *Tempo de Feiticeiras* é uma visão irónica e mordaz da grande dispersão de sentimentos do Mundo moderno através da trajectória desesperada de uma mulher aterrorizada por pesadelos que a psiquiatria, o sexo e a religião não conseguem explicar» - Boletim de Informação da RTP *dixit*. Mais palavras, para quê? É a segunda dose da «Sessão Dupla»!

Sábado, 01.05, Canal 1

Tômbola

«Tombola», (Esp./1962). Realização de Luis Lucia. Interpretação de Marisol, Rafael Alonso, Roberto Camardiel. Cor, 86 minutos.

E esta, é a segunda dose do ciclo dedicado a Marisol!

Domingo, 15.05, SIC

Olá, Amigos

«Saludos, Amigos», (EUA/1943). Realização de Walt Disney. Desenhos animados. Cor, 40 minutos.

Uma curta viagem pela América Latina de alguns dos protagonistas mais celebrados dos Estúdios Disney, conta com a combinação entre desenho animado e imagem real e o «exotismo» da música, como principais ingredientes.

Domingo, 16.30, Canal 1

Sexta-Feira, 13

«Friday the 13th», (EUA/1980). Realização de Sean S. Cunningham. Interpretação de Betsy Palmer, Harvey Crosby, Adrienne King. Cor, 95 minutos.

Seguido por um interminável cortejo de continuações e uma série de televisão, *Sexta-Feira, 13* é um produto sanguinolento que conta as «proezas» de um homem que comete crimes em série num



Julia Roberts e Richard Gere, em «Um Sonho de Mulher»

certa falta de capacidade de resistência à passagem do tempo de que deu mostras *Uma Noite na Ópera* - transmitido na semana passada pelo Canal 1 - é de recear que, face a este *Um Dia nas Corridas*, algo de semelhante possa vir a passar-se. Seguindo o mesmo tipo de receita daquele, este segundo exemplar do ciclo que a RTP vem dedicando aos Irmãos Marx tem por base um argumento que, com alguns desvios de pormenor e situação, no fundo se insere na mesma linha: neste caso, os três comediantes metem-se na pele de um trio de figuras que vão tentar ajudar a bela e jovem proprietária de uma clínica de luxo a ultrapassar conjunturais dificuldades económicas. E se é verdade que, ao nível dos *gags* e da comicidade absurda de algumas situações, o talento e a originalidade do trio não sofre beliscadura de maior, é ao nível dos trocadilhos dos diálogos (precisamente um dos factores de maior engenho que nos ficara na memória) que provavelmente o envelhecimento e a previsibilidade dos processos agora mais se possa notar. De qualquer modo, um filme a não perder, com coisas memoráveis como as cenas de Chico a vender apostas para as corridas ou as cenas de sedução de Groucho ou, ainda, o impagável papel de *jokey* desempenhado por Harpo.

Quinta, 22.40, TV 2

Macau

«Macao», (EUA/1952). Realização de Joseph von Sternberg. Interpretação de Robert Mitchum, Jane Russell, William Bendix, Thomas Gomez, Gloria Graham. Cor, 80 minutos.

nenberg. Interpretação de Jeff Goldblum, Geena Davis, John Getz, Joy Boushel, Les Carlson. Cor, 100 minutos.

Mais uma vez, neste filme, estamos perante essa história de mutantes cujo clássico original, de que partiu, a SIC nos desvendou na semana passada: um biólogo descobre um processo tecnológico e científico que permite a transferência da matéria através da sua desintegração e posterior reintegração. Mas, um dia, ao tentar fazer a experimentação com o seu próprio corpo, o cientista não impede que uma mosca se introduza na máquina que inventou, pelo que o que sucede é verdadeiramente horrível: não apenas elementos da mosca se fundem com os seus próprios elementos, quando da reintegração, como (mais inquietante ainda) o seu comportamento é progressivamente sobrelevado pelo da mosca que habita em si. Para quem gosta do género, um intenso e brilhante filme de Cronenberg, sobretudo pelo estudo psicológico que encerra, mas com cenas absolutamente horripilantes, proporcionadas por um fabuloso trabalho ao nível dos efeitos especiais.

Sexta, 22.45, SIC

Um Sonho de Mulher

«Pretty Woman», (EUA/1990). Realização de Gary Marshall. Interpretação de Richard Gere, Julia Roberts, Ralph Bellamy, Jason Alexander, Laura San Giacomo, Alex Hydewhite, Amy Yasbeck. Cor, 115 minutos.

acampamento de Verão para jovens. Absolutamente gratuito, nojento e insuportável.

Domingo, 21.05, SIC

FBI - Caça ao Homem

«In The Line of Duty: The Twilight Murders», (EUA/1991). Realização de Dick Lowry. Interpretação de Rod Steiger, Michael Cross, Gary Basaraba. Cor, 100 minutos.

História da perseguição, com consequências trágicas e violentas, de um grupo de agentes do FBI ao principal dirigente de um fanático grupo de extrema-direita. Telefilme inserido em uma série (In The Line of Duty) baseada no relato ficcionado de factos reais, as referências apontam-lhe qualidade acima da média.

Domingo, 23.00, TV 2

A Célula

«La Cosa», (It./1990). Realização de Nanni Moretti. Cor, 60 minutos.

Desconhecido entre nós, trata-se de um documentário realizado por Nanni Moretti e rodado durante o período de intensa polémica e discussão em que o Partido Comunista Italiano, como tal, foi extinto, surgindo em seu lugar uma organização política a que foi conjuntamente dado o nome «La Cosa» - «A Coisa».

Segunda, 23.30, TV 2

Infância Amarga

«Il Prete e Belo», (It./1989). Realização de Carlo Mazzacurati. Interpretação de David Torsello, Massimo Santella. Cor, 95 minutos.

Segunda, 01.30, Canal 1

Voando para o Rio de Janeiro

«Flying Down To Rio», (EUA/1933). Realização de Thorton Freeland. Interpretação de Dolores Del Rio, Fred Astaire, Ginger Rogers. P/B, 89 minutos.

Em Voando para o Rio de Janeiro, Fred Astaire e Ginger Rogers encontravam-se pela primeira vez no cinema como um dos pares dançantes mais memoráveis do musical de Hollywood. Aqui, o argumento é apenas um suporte para os números musicais, de que se destacam The Carioca e, sobretudo, o número do corpo de baile nas asas do avião.

Terça, 15.30, Canal 1

A Costa de Mosquito

«Mosquito Coast», (EUA/1986). Realização de Peter Weir. Interpretação de Harrison Ford, Helen Mirren, River Phoenix, Jadrien Steele, Hillary Gordon, Rebecca Gordon, Conrad Roberts. Cor, 117 minutos.

Esgotado pelas frustrações da sua profissão e pela corrupção que o rodeia, um engenheiro, inventor e utópico, parte com a mulher e os seus quatro filhos para a selva das Honduras na tentativa de construir uma vida melhor e mais justa ao criar, à sua maneira, uma comunidade agrícola autogerida pelos próprios nativos que vem ali a encontrar. Mas eis que, no processo de transformação a que mete ombros, ele próprio vem a tornar-se num dogmático e incorrigível déspota... Um filme poderosamente emocionante e flagrantemente desiludido - como todo o objecto de cultura idealista - realizado com o habitual brilhantismo por

Cinema

	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A O Coração da Cidade	-	-	★★★
B O Jogador	-	★★★★	★★★★
C Twin Peaks	★★★★	★★★	★★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. Lawrence Kasdan — Londres (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); Quarteto/2 (14.15, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); S. Jorge/3 (13.45, 16.15, 18.45, 21.15); Terminal/2 (15.15, 18.00, 21.15) — Lisboa.
- B — Real. Robert Altman — Alfa/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); Amoreiras/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); Mundial/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) — Lisboa.
- C — Real. David Lynch — Alfa Club (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); Amoreiras/6 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); Fonte Nova/3 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30); Quarteto/4 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); S. Jorge/2 (13.45, 16.15, 18.45, 21.15) — Lisboa.

Peter Weir, contando com excelente argumento saído da pena de Paul Schrader e, mais uma vez, com a colaboração de um Harrison Ford desempenhando soberbamente um multifacetado e odioso papel. Um dos melhores filmes da semana.

Terça, 21.40, SIC

Cyrano de Bergerac

«Cyrano de Bergerac», (Fr./1989). Realização de Jean-Paul Rappeneau. Interpretação de Gérard Dépardieu, Anne Brochet, Vincent Perez, Jacques Weber. Cor, 133 minutos.

Terceira adaptação cinematográfica da maravilhosa peça de Edmond Rostand, este filme de Jean Tulard, um autêntico bailado de amor dos três principais personagens masculinos, Cyrano, Christian, o conde de Guiche, em torno da bela Roxane - pela intensa atmosfera poética que consegue transmitir, pelo constante movimento da câmara ao serviço do texto, pela própria originalidade da composição das personagens, é, sem dúvida, a melhor de entre todas as versões já realizadas, louvando-se a oportunidade da sua transmissão pela RTP uma semana após a da sua conhecidíssima versão hollywoodiana. Uma inesquecível interpretação da figura de Cyrano por Gérard Dépardieu.

Terça, 22.40, TV 2

O Caso do Agente 49

«A Case of PC 49», (Gr.Br./1951). Realização de Francis Searle. Interpretação de Brian Reece, Joy Shelton. P/B, 90 minutos.

Quarta, 15.30, Canal 1

ET - O Extraterrestre

«ET - The Extra-Terrestrial», (EUA/1982). Realização de Steven Spielberg. Interpretação de Henry Thomas, Dee Wallace, Peter Coyote, Robert MacNaughton, Drew Barrymore, K. C. Martel, Sean Frye, Tom (C. Thomas) Howell. Cor, 114 minutos.

Agora sim, entramos em pleno na quadra. Com um filme que, segundo a Variety, «é, provavelmente, o melhor filme de Disney que Disney nunca fez». Como ignorar, aliás, que, também perante os melhores e mais eficazes exemplos de Disney, os espectadores sabem que são magicamente manipuladas por uma fábrica de sonhos e efeitos especiais para deixar cair uma lágrima, e não se importam? E como não reconhecer que, como recorda Douglas Brode, a comovente cena final da despedida entre o pequeno Elliott e o afável extraterrestre nos sugere um paralelo com a cena em que a Branca de Neve se separa dos sete anões para partir para os braços do seu Príncipe? Êxito de bilheteira, como poucos, ET ficou pois como

um marco do cinema do maravilhoso e, se não se pode negar que muito do seu impacto se ficou a dever a uma fabulosa e implacável máquina de promoção, não menos verdadeiro é constatar-se que, sem dúvida, Spielberg se conta entre os cineastas que, partindo da sua condição de dominador das técnicas, das máquinas e dos efeitos, ao mesmo tempo sabe lidar com as emoções - afinal, como dizia o outro, uma das «matérias» de que os filmes são feitos.

Quarta, 21.45, Canal 1

A Parada dos Monstros

«Freaks», (EUA/1932). Realização de Tod Browning. Interpretação de Harry Earles, Wallace Ford, Daisy Earles, Olga Baclanova. P/B, 64 minutos.

Segundo todas as referências votado a um verdadeiro culto pelos cinéfilos do género, A Parada dos Monstros foi, durante largo tempo, um filme maldito, proibido por todas as censuras até ao seu

relançamento na década de 60, e tendo acarretado à carreira do seu próprio realizador - um especialista do filme de terror - fortes prejuízos. O certo é que este filme que dizem notável conta, com grande cruza e realismo, mas sem demagogia exibicionista, a história do ano de um circo que se apaixona por uma bela trapezista e que é objecto da tentativa de assassinio desta, por causa do dinheiro que possuía. É então que, num movimento de solidariedade para com o ano, todos os seus companheiros de circo - na realidade, um impressionante cortejo de seres deformados - impedem essa tentativa, desfigurando a trapezista e tornando-a, também ela, um «monstro» entre os seus iguais. A descobrir.

Quarta, 00.30, TV 2

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

Teatro

AUDITÓRIO DE BENFICA

Junta de Freguesia de Benfca, Av. Gomes Pereira, 17. Tel. 7154565. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00: O VERDADEIRO OESTE, de Sam Shepard, enc. António Feio.

CASA DA COMÉDIA

Rua S. Francisco Borja, às Janelas Verdes. De 3ª a sáb. às 22.00, dom. às 17.00. TAROT OU A VIAGEM DO LOUCO, texto e encenação de Filipe Crawford.

COMUNA

Praça de Espanha. Tel. 7271818 e 2752175. Sala Nova - De 2ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00: EDUARDO II, de Christopher Marlowe, enc. de João Mota, pelo Teatro da Comuna. Café Teatro - De 3ª a sáb. às 22.00, dom. às 17.00: NA MINHA RUA NINGUÉM PASSA, texto e encenação de José Carretas.

RITZ CLUB

Rua da Glória, 57. Tel. 3425140. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00: A CANTORA CARECA, de

Eugene Ionesco, enc. de Helder Costa, pela companhia A Barraca.

TEATRO MUNICIPAL DE ALMADA

Almada, Rua Conde Ferreira. Tel. 2752175. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. D. QUIXOTE, de António José da Silva, enc. de Joaquim Benite, pela Companhia de Teatro de Almada.

TEATRO MUNICIPAL MIRITA CASIMIRO

Estoril, Av. Fausto de Figueiredo. De 4ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. HAROLD E MAUDE, de Collin Higgins, encenação de Carlos Avilez.

TEATRO NACIONAL D. MARIA II

Rossio. Sala Garrett: de 3ª a sáb. às 21.00, dom. às 16.00. DUETO A SOLO, de Tom Kempinski, enc. Jacinto Ramos.

TEATRO DA TRINDADE

Largo da Trindade, 7-A. De 3ª a sáb. às 18.30. NOITES, de Carlos Manuel Rodrigues.

Tempo

Fim de semana

Tempo instável no Continente, com previsíveis períodos de chuva



PALAVRAS CRUZADAS

1															
2															
3															
4															
5															
6															
7															
8															
9															
10															
11															
12															
13															

HORIZONTAIS: 1 — Rivalizava; grande via central de comunicação (fig.). 2 — O m.q. dormir; doença que altera e decompõe a substância dos dentes. 3 — Amante; pássaro; sovaco. 4 — De preço elevado (pl.); ofereces; tomar a posição mais conveniente para ser retratado. 5 — Cheiroso. 6 — Escuta; caixa onde se recolhem os votos de um escrutínio. 7 — Proíbe; ant. cidade da Jónia, na costa do mar Egeu. 8 — Terreno onde se secam os cereais; discurssem. 9 Relativa à cidade (pl.). 10 — Cidade alentejana; curso natural de água; pároco. 11 — Tenta reproduzir o que outrem faz; nome masculino; molhar com baba. 12 — Gratuitas; lábia. 13 — Executava; desacertaram.

VERTICAIS: 1 — Rigoroso; «O...», romance de Thomas Mann. 2 — Vera; letras da palavra «lâmina». 3 — Congregar; caminhar para cá; vara de videira. 4 — Extensão de água cercada de terra; «eia!»; cingir. 5 — Que tem muitos anos; utilizada. 6 — Caminhe; trabalho; avenida (abrev.). 7 — Charrua; ardência. 8 — Conjunto de porcos; passar de dentro para fora. 9 — Ateado; escuridão. 10 — Batráquio; bigorna grande; consoante repetida. 11 — Farrapo; ter conhecimentos. 12 — Nome dado à aliança formada, em 1936, pela Alemanha e Itália; costume; roupa exterior. 13 — Soberanos; grande quantidade; formar as abas de um chapéu. 14 — Acolá; contr. da prep. «de» com art. «a». 15 — Dilata; reduziram a pó por meio de moínho.

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

HORIZONTAIS: 1 — Laca; pró; alto. 2 — Rama; apor. 3 — Edison; latada. 4 — Calara; arejar. 5 — Ato; lidar; ema. 6 — Rá; mu; nós; el; as. 7 — Tinto; sinal. 8 — Er; Lo; via; or; Ga. 9 — Gás; carro; fim. 10 — Içaria; rapara. 11 — Nababo; atirar. 12 — Olis; leão. 13 — Aros; faz; solo.

VERTICAIS: 1 — Pecar; Egina. 2 — Data; raça. 3 — Arilo; sabor. 4 — Casa; mil; ralo. 5 — Amor; uno; íbis. 6 — Anal; caos. 7 — Inova. 8 — Rápido; irriga. 9 — Assar. 10 — Alar; oral. 11 — Apar; eno; ates. 12 — Lote; lar; pião. 13 — Traje; farol. 14 — Dama; gira. 15 — Caras; amaro.

XADREZ

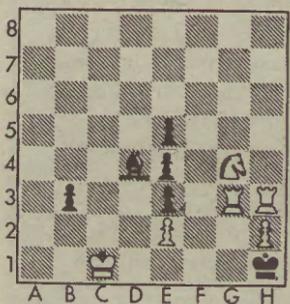
CCCLXXXIX
17 de Dezembro de 1992

PROPOSIÇÃO N.º 1992X097

Por: ADOLF KRAMER
Deutsche Tageszeitung, 1929

Pr: [6]: Ps.b3, f3, f4, f5-Bd4-Rh1

Br: [6]: Ps f2, h2-Cg4-Ts. g3, h3-Rç1

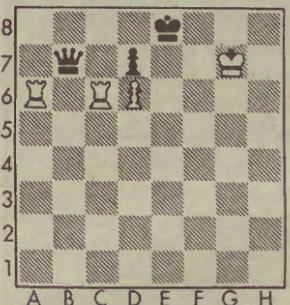


Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO N.º 1992X098

Por: A. S. GURVITCH
La Flotte Sovietique, 1960

Pr: [3]: P.d7-Db7-Ré8
Br: [4]: Pd6-Ts.a6, ç6-Rg7



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CCCLXXXIX

N.º 1992X097 [A.K.]: 1. Th7, Ba1; 2. Rb1, b2; 3. Ch6, R.h2; 4. Cf5++
N.º 1992X098 [A.S.G.]: 1. Tab6, Da8; 2. Tç8+, D:ç8; 3. Tb3, Da8; 4. Tç3+Rd8; 5. Rf8! e as br. ganham.

A. DE M. M.

DAMAS

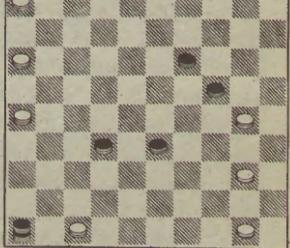
CCCLXXXIX
17 de Dezembro de 1992

PROPOSIÇÃO N.º 1992D097

Por: VAN TOL & VAN PROOYEN-NL

1.º Prémio «De Prins», 1950

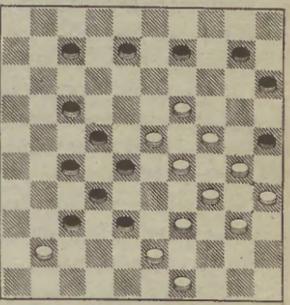
Pr: [6]: 1-19-24-32-33-(46)
Br: [7]: 6-16-26-30-40-47-50



Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO N.º 1992D098

Por: J. KOCHEN - NL, 1986
Pr: [13]: 7-8-9-10-15-17-22-25-27-28-32-37-38
Br: [12]: 19-23-24-29-30-34-35-39-40-41-43-49



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CCCLXXXIX

N.º 1992D097 [V.T. & V.P.]: 1. 47-41!, (24X44); 2. 50X37, (19-23*); 3. 16-11, (23-28*); 4. 11-7, (1X12); 5. 6-1-D, (12-17*); 6. 1-6, (17-22*); 7. 37-32!, (28X37*); 8. 6X28!, (37-42); 9. 28-37!!; (42X31); 10. 26X37!!+

A. DE M. M.

ÚLTIMAS

a talhe de FOICE

Os novos sheiks

“Dos seus estudos, sabia Lawrence como era profunda a rivalidade e o ódio racial entre os Árabes, antigos senhores do Levante, e os turcos, novos dominantes, de raça tartária. Explorando esses sentimentos políticos, Lawrence tentou agrupar as tribos mesopotâmicas, prometendo a reconstrução de um império árabe sob a chefia do Emir Fayçal, ao depois rei de facto. Trajando e vivendo a vida das tribos, Lawrence conseguiu organizar os Árabes num corpo militar compacto”, concretizando (para a Inglaterra) “o duplo objectivo de defender o canal de Suez e opor um dique à marcha germano-turca, que visava o famoso *Drank nach Osten*, a invasão do Próximo Oriente”.

(Grande Enciclop. Port. Brasileira).

Este Lawrence - de sua graça completa Thomas Edward Lawrence - é o tal da *Arábia* a que David Lean, dirigindo uma soberba interpretação de Peter O'Toole, deu perfil épico no (aliás, belíssimo) filme do mesmo nome, construindo um herói limpo das cínicas manipulações que a História cruamente regista e o império britânico aproveitou, independentemente da possível sinceridade que moveu este genuíno “homem das arábias”.

O coronel T. E. Lawrence, mesmo com os seus pretensiosos “Sete Pilares da Sabedoria” e toda a pulsão visionária que o haja motivado a protagonizar uma perigosa aventura de *inteligentsia* imperial, não deixou outra marca que não a do grande embuste britânico ao povo árabe nas primeiras décadas do século, remissiva e dramaticamente confirmado na imposição do Estado sionista do pós-guerra e decorrente tragédia do Médio Oriente, que aliás se arrasta até aos nossos dias.

Todavia, tanto na lenda como nos factos, *Lawrence da Arábia* não se apresentou aos povos árabes de factura na mão: a sua chegada ao deserto e à confiança das tribos fez-se pelo som da libra e do aço a tinir nas tendas dos chefes, como oferta dum *amizade britânica* a cuja posterior cobrança - e com língua de palmo - pouco adiantaram as etnobizarras do coronel a travestir-se de *sheik*. É quase tão antiga como o homem, esta táctica dos poderosos de comprar o domínio dos mais fracos através dum dádiva inicial. Basta uma mirada pela história dos impérios para se confirmar a constante perversidade escondida nas ofertas dos mais fortes: Júlio César dividiu e aniquilou a resistência gaulesa menos pelo gládio que por uma laboriosa teia de alianças; Kublai Khan dominou a Ásia doseando o ferro e o fogo com generosas suseranias e todos os modernos impérios coloniais souberam utilizar a missanga para abrir caminho até aos fabulosos recursos naturais dos “indígenas”. Mesmo na intervenção divina que a Bíblia relata, o salvador *maná* foi cobrado por Deus ao incomensurável preço da obediência absoluta...

Vem isto a propósito do bodo que dizem ir a Comunidade Europeia derramar sobre este jardim à beira-mar plantado, à razão de mais de um milhão de contos por dia e até ao fim do século. São os ricos a dar aos pobres - gaba-se Cavaco Silva em pré-campanha eleitoral, meneando o penacho de Robin Hood de paróquia. A história recente do capitalismo europeu confirma-o em toda a linha: a Alemanha e a França, ou a Inglaterra e o Benelux, mais não têm feito desde o pós-guerra que reerguer as suas economias na base da caridade militante. Aliás, os milhões da CEE que até agora vieram para Portugal, além de terem alargado algumas estradas e muitas contas particulares, já espalharam o seu bom samaritanismo por todo o País, nomeadamente substituindo a crescente falência da economia nacional por um florescente investimento estrangeiro.

O coronel Lawrence, ao menos vendeu os árabes julgando-se um *sheik*.

O Governo de Cavaco Silva limita-se a entregar alvarmente o País, gabando-se do preço.

HC

Moção de censura considera GATT altamente prejudicial para a Comunidade

O Grupo Coligação de Esquerda apresentou ao Parlamento Europeu uma moção de censura para condenar a atitude da Comissão da Comunidades Europeias nas negociações bilaterais com os Estados Unidos sobre o sector Agrícola do GATT.

Segundo a moção de censura - assinada por 72 deputados representando 8 grupos parlamentares e 11 países - «a Comissão excedeu o mandato que lhe foi conferido pelo Conselho e, contrariamente aos compromissos que assumiu, saiu do quadro da PAC, não teve em conta os compromissos assumidos pela Comunidade na Conferência do Rio e não obteve qualquer garantia de respeito pelo interesse global da Comunidade».

O texto da moção considera que «a Comissão excedeu o mandato que lhe foi conferido pelo Conselho em Novembro de 1990, confirmado na Cimeira de Birmingham de Outubro de 1992, para que obtivesse um acordo justo equilibrado de que constasse, entre outros os seguintes elementos: o reequilíbrio das medidas de protecção nas fronteiras; a igualdade de tratamento entre os diferentes instrumentos que servem de apoio à agricultura».

Estes dois elementos não foram contemplados no acordo «ao excluir a problemática da aplicação de direitos aduaneiros às importações de PSC (produtos de substituição dos cereais) e a outros produtos destinados à alimentação animal, ao impor uma taxa mínima de 5 por cento de importações obrigatórias para todos os produtos agrícolas, associada a restrições de exportação, e ao conceder um

regime mais favorável aos *deficiency payments* dos EUA».

A Comissão é acusada de sair do quadro da PAC, considerando-se que «a aplicação do acordo implicará inevitavelmente uma redução das quotas leiteiras, levará também a um aumento significativo da retirada das terras da produção, a uma diminuição suplementar da produção de gado bovino e à redução dos preços de numerosos produtos».

Os deputados signatários condenam igualmente que nas negociações do GATT não tenha sido levado em conta «o programa comunitário de política e de acção em matéria de ambiente e de desenvolvimento duradouro e os compromissos assumidos pela Comunidade e pelos Estados-membros na Conferência da CNUD realizada no Rio, nomeadamente no que se refere às relações Norte-Sul».

A moção constata que «na fase actual das negociações do GATT, nada garante um equilíbrio global, tal como está definido no mandato de negociação, segundo o qual os interesses da Comunidade Europeia, flagrantemente desprezados no sector agrícola, deveriam ser verdadeiramente tidos em consideração».

Por outro lado, «as concessões feitas pela Comunidade no sector agrícola não foram acompanhadas de contrapartidas similares por parte dos outros participantes no Uruguay Round, num momento em que o acordo sobre o GATT deve ser global e equilibrado dentro de cada sector de actividade (agricultura, indústria, serviços e propriedade intelectual)».

CGTP-IN saúda 14º Congresso do PCP

Comissão Executiva do Conselho Nacional da CGTP-IN endereçou uma saudação ao 14º Congresso do PCP, realizado nos dias 4, 5 e 6 deste mês, no Pavilhão «Cidade de Almada», em que formulava «os melhores votos de pleno sucesso dos seus trabalhos».

O texto da missiva afirma ainda: «nesta ocasião em que os comunistas portugueses debatem os seus objectivos programáticos, a CGTP-IN não quer deixar de assinalar o papel relevante que o PCP desempenhou na luta contra o fascismo e pela instaura-

ção das liberdades democráticas no nosso país, no âmbito das quais se inserem as liberdades sindicais, bem como da sua intervenção na consolidação da sociedade democrática em que vivemos. A identificação dos objectivos políticos do PCP com os interesses dos trabalhadores e a influência que desfruta no seio destes, realça a importância das conclusões a sair do seu Congresso como contributo para a construção do Portugal mais justo, mais solidário e desenvolvido, a que todos aspiramos».

Ferroviários paralisam amanhã

A Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários Portugueses convocou uma greve para amanhã, sexta-feira.

Esta forma de luta foi decidida depois de terem sido esgotadas todas as formas de diálogo tendentes a convencer o CG da CP a

sentar-se à mesa das negociações sem ser com o objectivo de impor as suas propostas, em vez de negociar responsabilmente com os Sindicatos.

A redução do horário semanal para 40 horas, acordado em 1991 entre o Conselho de Gerência e os Sin-

«Os Verdes» duvidam da aplicação dos fundos

O Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV) tem dúvidas quanto à forma de aplicação de «todos os milhões» atribuídos a Portugal através da duplicação dos fundos estruturais da comunidade, decidida na cimeira de Edimburgo.

A salvaguarda dos recursos naturais e a possibilidade dos futuros investimentos se «transformarem em agressões e crimes ambientais» estão entre as preocupações do PEV manifestadas no Conselho Nacional do partido realizado durante o fim-de-semana.

Como exemplos de anteriores «agressões e crimes ambientais», «Os Verdes» apontam os casos Via do Infante e a auto-estrada que através o Parque Natural da Serra de Aires e Candeeiros.

O órgão do PEV manifestou ainda a sua discordância perante a possibilidade de grupos de cidadãos independentes concorrerem às eleições autárquicas, considerando essa hipótese «demagógica».

A proposta do PSD de constituir executivos camarários apenas com elementos da lista do partido mais votado, mesmo sem maioria absoluta, foi apelidada pelos «Verdes» como «prepotente e centralista».

Durante o Conselho Nacional, «Os Verdes» decidiram realizar a 6.ª Convenção do partido «primeiro semestre de 1993».

Comité Central

Errata

Nas biografias dos camaradas eleitos para o Comité Central do Partido foram detectados alguns importantes lapsos que o «Avante!» vem hoje corrigir, apresentando ao mesmo tempo desculpas aos camaradas cujos elementos não apareceram completos.

O camarada Sérgio Teixeira foi eleito membro da Comissão Política do Comité Central.

Os camaradas Maria da Piedade Morgadinho e Virgílio Azevedo foram eleitos membros da Comissão Central de Controlo.

Todos eles, entretanto, constam das listas, com fotografias, dos organismos executivos a que passaram a pertencer.

A camarada Conceição Morais foi eleita como membro efectivo do Comité Central e não como membro suplente.

semanais superiores a 40 horas.

Esta paralisação tem ainda como objectivo manifestar o mais vivo repúdio dos trabalhadores contra a criação, ilegal, do quadro de excedentários na CP, para onde foram já atirados cerca de 1500 ferroviários.